



Ricardo Miguel de Campos Resende

Licenciado em Ciências de Engenharia do Ambiente

**A Agenda 2030 e os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável nas
Grandes Opções do Plano 2017**
– uma avaliação no contexto de políticas
públicas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
em Engenharia do Ambiente –
Perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais

Orientador: Professora Doutora Lia Maldonado Teles de
Vasconcelos, Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências
e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira
Arguente(s): Prof. Doutor Carlos Manuel Prudente Pereira da Silva
Vogal(ais): Prof.^a Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Maio de 2018



Ricardo Miguel de Campos Resende

Licenciado em Ciências de Engenharia do Ambiente

**A Agenda 2030 e os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável nas
Grandes Opções do Plano 2017**
– uma avaliação no contexto de políticas
públicas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
em Engenharia do Ambiente –
Perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais

Orientador: Professora Doutora Lia Maldonado Teles de
Vasconcelos, Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências
e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira
Arguente(s): Prof. Doutor Carlos Manuel Prudente Pereira da Silva
Vogal(ais): Prof.^a Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos



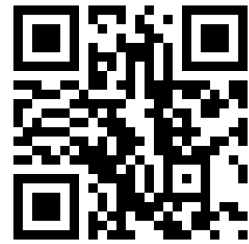
FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Maio de 2018

Copyright © 2018 | Ricardo Miguel de Campos Resende, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Universidade Nova de Lisboa

**A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Grandes Opções do
Plano 2017 – uma avaliação no contexto de políticas públicas**

A Faculdade de Ciências e Tecnologia tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares reproduzidos em papel, de forma digital ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor



“DO WHAT YOU CAN’T”

<https://youtu.be/jG7dSXcfVqE>

(Casey Neistat)

AGRADECIMENTOS

À Professora Lia Vasconcelos, por toda a inspiração, por todos os ensinamentos, e por todas as oportunidades que este desafio proporcionou.

Ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), nomeadamente à Dr.^a Maria Adília Lopes e à Eng.^a Natália Faísco, pela hospitalidade e acompanhamento durante o período de estágio.

À Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, a todos os docentes envolvidos no meu percurso académico, com natural destaque para o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, onde tanto aprendi e me identifiquei.

Ao João, ao Hélio e ao Diogo, e restantes amigos e colegas de curso, por toda a força e amizade.

Aos meus pais, por todo o apoio e por toda a liberdade que me deram ao longo da vida.

À minha Tia Isabel, por sempre ter acreditado em mim.

À Sara, por todo o amor e dedicação.

RESUMO

A cimeira histórica realizada em setembro de 2015, que teve lugar na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), juntou mais de 150 líderes mundiais para aderirem formalmente à nova agenda de desenvolvimento sustentável. Neste evento, foram apresentados e adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preveem até ao ano 2030, que todos os países desenvolvam políticas medidas e ações, com vista ao cumprimento de 169 metas, distribuídas pelos 17 Objetivos.

Como sugerem Johnston et al. (2007), se os líderes políticos realmente pretendem servir o interesse público, os instrumentos políticos devem estar completamente enraizados e testados contra os princípios de sustentabilidade. Nessa perspetiva, o principal objetivo desta dissertação é explorar uma metodologia que seja capaz de averiguar o grau de cumprimento dos ODS por parte de Portugal, avaliando as medidas e ações descritas nas Grandes Opções do Plano para 2017 e cruzando-as com as metas dos ODS. Para tal, recorreu-se a um modelo adaptado da metodologia *project-check*, usada frequentemente em planeamento e ambiente, na área da sustentabilidade.

Os resultados desta análise permitiram identificar quais foram as principais lacunas que as políticas públicas nacionais previstas para 2017 tinham em matéria de desenvolvimento sustentável. Pela análise crítica também foi possível reportar as tendências e sugerir trajetórias futuras, recorrendo a uma comparação com avaliações anteriores.

Pretende-se que a metodologia adotada sirva como uma potencial ferramenta de diagnóstico e avaliação indicativa dos ODS, aplicável a qualquer nação que adotou esta agenda de desenvolvimento, adaptando-a aos instrumentos políticos semelhantes em cada país.

Palavras-chave: ODS; Grandes Opções do Plano; Organização das Nações Unidas; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; *project-check*

ABSTRACT

The historic summit in September 2015, held at United Nations Organization headquarters, has brought together more than 150 world leaders to formally endorse the new sustainable development agenda. In this event, the Sustainable Development Goals (SDG) were presented and adopted, which foresee until the year 2030, that all countries develop policies and actions, with a view to meeting 169 targets, distributed among the 17 Goals.

As Johnston et al. (2007) suggest, if political leaders really intend to serve the public interest, policy instruments must be fully rooted and tested against the principles of sustainability. In this perspective, the main objective of this dissertation is to explore a methodology that can verify the degree of compliance of the SDG by Portugal, evaluating the measures and actions described in the Great Options of the Plan for 2017 and crossing them with the SDG targets. For this, it was used a model adapted from the project-check methodology, often used in planning and environment, in the area of sustainability.

The results of this analysis made it possible to identify the main gaps in national public policies foreseen for 2017, in matter of sustainable development. Through the critical analysis it was also possible to report trends and suggest future trajectories, using a comparison with previous evaluations.

It is intended that the adopted methodology serves as a potential tool for indicative diagnosis and valuation of SDG, applicable to any nation that has adopted this development agenda, adapting to similar political instruments of each country.

Key-words: SDG; Great Options of the Plan; United Nations Organization; Sustainable Development; Public Policies; *project-check*.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|------|
| AGRADECIMENTOS | I |
| RESUMO | III |
| ABSTRACT | V |
| ÍNDICE GERAL | VII |
| ÍNDICE DE FIGURAS | IX |
| ÍNDICE DE TABELAS | XI |
| SIGLAS E ACRÓNIMOS | XIII |
| | |
| I. Introdução | 1 |
| II. Enquadramento conceptual | 3 |
| 2.1 Relação entre os conceitos Sustentabilidade e Desenvolvimento | 3 |
| 2.2 Ferramentas para o Desenvolvimento Sustentável | 8 |
| 2.3 Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Sustentável e Ambiente | 9 |
| 2.4 Metamorfose da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) . | 10 |
| III. Caracterização e Diagnóstico | 15 |
| 3.1 Desenvolvimento Sustentável em Portugal na História Recente | 15 |
| 3.2 Instrumentos de política nacionais | 17 |
| 3.2.1 Grandes Opções do Plano do XXI Governo Constitucional | 17 |
| 3.2.2 GOP'17 – Grandes Opções do Plano 2017 | 17 |
| 3.2.3 Resultados alcançados | 22 |
| 3.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) | 19 |
| 3.2.1 Responsabilidades da implementação da Agenda 2030 em Portugal | 19 |
| 3.2.2 Objetivos e metas prioritárias do Governo | 20 |
| 3.2.3 Resultados alcançados | 22 |
| IV. Objetivos e Metodologia | 25 |
| 4.1 Objetivos | 25 |
| 4.2 Descrição da Metodologia <i>Project Check</i> | 25 |
| 4.3 Metodologia utilizada | 25 |
| 4.3.1 Adaptação do <i>Project Check</i> para o caso de estudo | 25 |
| 4.3.2 Estruturação da Check list de apoio | 26 |
| 4.3.3 Simbologia das pontuações atribuídas | 27 |

| | |
|--|-----------|
| 4.3.4 Metodologia para avaliação dos dados obtidos..... | 27 |
| V. Resultados e discussão | 29 |
| 5.1 Análise e exposição dos dados gerados | 29 |
| 5.1.1 Avaliação global dos resultados | 29 |
| 5.1.2 Avaliação individual de cada ODS | 31 |
| 5.1.3 Identificação de possíveis melhorias | 45 |
| 5.2 Comparação com a avaliação GOP 2016-2019 vs. ODS | 46 |
| 5.3 Limitações e dificuldades..... | 47 |
| 5.4 Considerações finais e desenvolvimentos futuros | 48 |
| VI. Conclusões | 51 |
| VII. Referências Bibliográficas | 53 |
| VIII. Anexos..... | 59 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - AS 25 PALAVRAS/FRASES MAIS FREQUENTES EM DEFINIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE | 5 |
| FIGURA 2 - PERCENTAGEM DAS MELHORES PRÁTICAS QUE CONTRIBUEM PARA A SUSTENTABILIDADE EM DIFERENTES DOMÍNIOS (NEXEMPLOS = 373) | 6 |
| FIGURA 3 - VISÃO COMUM DA RELAÇÃO ENTRE OS TRÊS EIXOS DO DS | 7 |
| FIGURA 4 - OS SISTEMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUBLINHANDO AS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS LOCAL, NACIONAL E GLOBAL, SUBLINHANDO TAMBÉM A NECESSIDADE DE INTEGRAR SOCIEDADE, ECONOMIA E AMBIENTE DE UMA FORMA MAIS HOLÍSTICA | 7 |
| FIGURA 5 - OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DISPOSTOS NOS RESPECTIVOS ÍCONES OFICIAIS | 11 |
| FIGURA 6 - ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO DOS VÁRIOS ATORES | 21 |
| FIGURA 7 - GRÁFICO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRES OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 (GOP'17) | 29 |
| FIGURA 8 - REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL DAS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS A TODAS AS METAS DOS ODS | 31 |
| FIGURA 9 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 1. ERRADICAR A POBREZA | 32 |
| FIGURA 10 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 2. ERRADICAR A FOME | 32 |
| FIGURA 11 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 3. SAÚDE E QUALIDADE | 33 |
| FIGURA 12 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE | 34 |
| FIGURA 13 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 5. IGUALDADE DE GÊNERO..... | 35 |
| FIGURA 14 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO..... | 36 |
| FIGURA 15 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 7. ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS | 36 |
| FIGURA 16 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 8. TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO | 37 |
| FIGURA 17 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS | 38 |
| FIGURA 18 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 10. REDUZIR AS DESIGUALDADES | 38 |
| FIGURA 19 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS..... | 39 |
| FIGURA 20 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 12. PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS | 40 |
| FIGURA 21 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 13. AÇÃO CLIMÁTICA..... | 41 |
| FIGURA 22 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 14. PROTEGER A VIDA MARINHA..... | 42 |
| FIGURA 23 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 15. PROTEGER A VIDA TERRESTRE | 43 |
| FIGURA 24 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES | 44 |
| FIGURA 25 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO ODS 17. PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS | 45 |
| FIGURA 26 - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA DA TRANSPOSIÇÃO DE CADA ODS NAS GOP 2016-2019 E NAS GOP 2017..... | 47 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - LISTA ABREVIADA DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 16 |
| TABELA 2 - Os ODS DISTRIBUÍDOS POR CADA ENTIDADE COORDENADORA EM PORTUGAL | 19 |
| TABELA 3 - ESTRUTURA DA <i>CHECK LIST</i> PARA CADA META DOS ODS | 26 |
| TABELA 4 - SIMBOLOGIA DAS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS E RESPETIVAS DESCRIÇÕES | 27 |
| TABELA 5 - MÉDIA GLOBAL DAS PONTUAÇÕES OBTIDAS PARA AS METAS DE CADA ODS | 30 |

SIGLAS E ACRÓNIMOS

DS – Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

GOP – Grandes Opções do Plano

GOP'17 – Grandes Opções do Plano 2017

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

I. INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) é uma noção relativamente nova para a Humanidade, tendo em consideração que apenas teve uma definição “oficial” em 1987, aquando da publicação do relatório Brundtland, cerca de 200 anos depois Revolução Industrial. Desde então, diversas conotações e interpretações têm surgindo, levando os críticos a atacarem o termo “Desenvolvimento Sustentável”, a as definições associadas, rotulando-o de contraditório e vago (White, 2013). Porém, apesar de todas as discordâncias, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem vindo a desempenhar um papel fundamental na prossecução da implementação do DS à escala global, alterando o curso do mundo em que vivemos.

A Resolução 70/1, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de setembro de 2015, definiu a nova estratégia para o mundo em matéria de desenvolvimento sustentável (DS), redesenhado e formulando uma nova Agenda de Desenvolvimento, denominada de Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda apresentou um novo modelo á escala planetária, destinado a acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas. Deste modo foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), resultantes de um intenso processo de consulta pública e envolvimento da sociedade civil e outros *stakeholders* (ONU, 2015), adotando todos os progressos e lições da anterior Agenda que vigorou até 2015, que compunha os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Prevê-se que os ODS e as respetivas metas sejam implementadas até 2030 por parte dos Estados de todo o mundo.

O Estado português enquanto signatário desta Agenda, assumiu obrigações na implementação destes Objetivos a par das restantes nações aderentes. Desde a data da sua aprovação, a Agenda 2030 e os ODS começaram a ser uma presença constante em diversos diplomas de Estado, nomeadamente nas Grandes Opções do Plano (GOP).

As GOP são instrumentos de política apresentados anualmente pelo Governo em funções, com o intuito de delinear as estratégias e orientações da política de desenvolvimento económico e social para o país. Este documento é apresentado à Assembleia da República sob a forma de Proposta de Lei, em harmonia com o Orçamento de Estado, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa. Desta feita, as GOP são o retrato ideal dos objetivos do país no presente, uma vez que são definidas no documento as estratégias e as tendências da política portuguesa a curto-médio prazo. Neste sentido, torna-se pertinente estudar as estratégias nacionais de implementação dos ODS.

Este trabalho visa averiguar o grau de cumprimento dos ODS a nível nacional, avaliando as medidas e ações descritas nas Grandes Opções do Plano para 2017 e cruzando-as com as metas dos Objetivos. Desta feita, esta dissertação tem dois objetivos principais:

- Estudar a implementação dos ODS em Portugal, as respetivas metas e principais atores intervenientes neste processo;
- Averiguar o grau de cumprimento de cada ODS, identificando elementos favoráveis ou desfavoráveis nas GOP 2017.

A ferramenta utilizada para atingir os objetivos desta tese nasceu de uma adaptação da metodologia *Project-Check*. Esta metodologia, vulgarmente usada em projetos de planeamento e ambiente na área da sustentabilidade, caracteriza-se por ser flexível e adaptável ao contexto a ser avaliado, valência ideal para este estudo. Após a aplicação da metodologia, surgiram os seguintes objetivos secundários:

- Fazer um levantamento de todas as ações que levaram aos ODS.
- Gerar informação útil que auxilie a atividade de reporte da implementação dos ODS por parte de Portugal à ONU;
- Sugerir pistas de metodologias para futuros exercícios de avaliação e monitorização dos ODS;
- Contribuir para as políticas de desenvolvimento sustentável do país e do mundo.

Esta dissertação encontra-se estruturada por capítulos da seguinte forma:

- Enquadramento Conceptual: é feita uma revisão do estado da arte dos conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento, seguida de uma breve descrição das ferramentas utilizadas para avaliar o DS. São ainda caracterizadas as políticas e estratégias internacionais, e a forma como foram obtidos os ODS;
- Caracterização e Diagnóstico: é abordada a evolução do DS no país, contextualizando os desenvolvimentos mundiais na História recente, são apresentados os instrumentos de política (GOP) que foram alvo de estudo, e são descritas as responsabilidades da implementação da Agenda 2030, os objetivos e as metas prioritárias para o Governo em funções;
- Objetivos e Metodologia: descreve os objetivos desta dissertação e a metodologia utilizada para obtenção e tratamento de dados relativos ao cumprimento dos ODS nas GOP;
- Resultados e discussão: apresenta os resultados da avaliação efetuada, e é feita uma apreciação global e individual do significado dos dados gerados por cada ODS.

II. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

2.1 Relação entre os conceitos Sustentabilidade e Desenvolvimento

O paralelismo entre os termos “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento” apenas foi estabelecido no passado recente, após inúmeros acontecimentos e conquistas resultantes de diversas problemáticas de importância global, que surgiram principalmente na segunda metade do século XX.

Para compreender estes conceitos, é necessário recuar no tempo até 1962, ano da publicação do livro científico “*Silent Spring*” de *Rachel Carson*. A investigação que culminou no lançamento deste livro, abriu portas para a primeira consciencialização do público em geral sobre problemáticas de cariz ambiental, nomeadamente dos efeitos adversos causados pela utilização indiscriminada de pesticidas sintéticos, a médio e longo prazo. O mediatismo que se desenvolveu em torno do caso inspirou movimentos ambientalistas, e em resposta disso, foi fundada a EPA (*Environmental Protection Agency*) nos Estados Unidos da América em 1970 (Paull, 2013).

Posteriormente a estes acontecimentos, rapidamente as preocupações com o estado do ambiente foram surgindo um pouco por todo o mundo, materializando-se pela primeira vez à escala global em 1972 na Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, onde foi elaborado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, e da qual resultou a Declaração do Ambiente, conhecida também por Declaração de Estocolmo. Nesse documento, lê-se no Princípio 1º: “O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras” (ONU, 1972). Este princípio, forneceu as primeiras pistas para a filosofia por detrás do conceito “Desenvolvimento Sustentável”, que viria a ser oficialmente formulado mais tarde.

Cerca de uma década depois, em 1983, foi solicitado pela ONU à Senhora *Gro Harlem Brundtland*, primeira-ministra da Noruega, que institísse e presidisse a uma comissão especial independente que elaborasse um relatório sobre ambiente e desenvolvimento (APA, 2018). Surgiu assim a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (CMAD). A CMAD foi criada com objetivo de:

- Reexaminar os problemas ambientais e de desenvolvimento e definir propostas de ação inovadoras, concretas e realistas para os remediar;
- Reforçar a cooperação internacional nos domínios do ambiente e do desenvolvimento;
- Aumentar o nível de compreensão e de compromisso sobre a questão ambiental e o desenvolvimento, por parte dos governos, dos indivíduos, das instituições, das organizações e das empresas;

O Relatório Brundtland foi apresentado em 1987, onde é definido pela primeira vez “Desenvolvimento Sustentável”. Desenvolvimento Sustentável define-se como um modelo de desenvolvimento que “responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987). Como resultado dos trabalhos da CMAD ficou definitivamente assumido que ambiente e desenvolvimento são questões inseparáveis (APA, 2018).

Com o passar dos tempos, foram surgindo diferentes abordagens e interpretações para Desenvolvimento Sustentável. Crucialmente, o termo abraça as questões chave da Humanidade, sobre como deve ser assegurada a Vida de uma forma digna, considerando a nossa relação com o planeta e as relações entre cada indivíduo (Hopwood et al., 2005).

O Conceito de Sustentabilidade

É do conhecimento geral entre os académicos ligados ao Ambiente que o termo “Sustentabilidade” deriva do conceito “Desenvolvimento Sustentável”, apresentado no Relatório Brundtland em 1987. Porém, este não foi o primeiro registo histórico da palavra “Sustentabilidade” no âmbito científico. Na verdade, a expressão foi introduzida por *Hans Carl von Carlowitz*, um cientista alemão do século XVIII dedicado ao setor da exploração florestal. Naquele tempo, uma enorme quantidade de madeira era necessária para providenciar as diversas atividades da época. Um artigo publicado em 1713 por este cientista, sugeria que uma gestão florestal sustentável seria apenas alcançada quando, por unidade de tempo, a quantidade de árvores cortadas fosse igual à quantidade de árvores que crescia no mesmo período, de modo a manter a estabilidade económica (Wilderer, 2007).

O senhor *von Carlowitz* não teve muita notoriedade com o termo que ele próprio criou, uma vez que este apenas reapareceu cerca de 250 depois, aquando da elaboração do Relatório Brundtland pelas Nações Unidas. Desde então, pelo impacto e mediatismo que este documento teve no mundo, as apreciações e respetivas definições relacionadas com “Sustentabilidade” foram-se multiplicando conforme comprova White (2013) na figura abaixo.

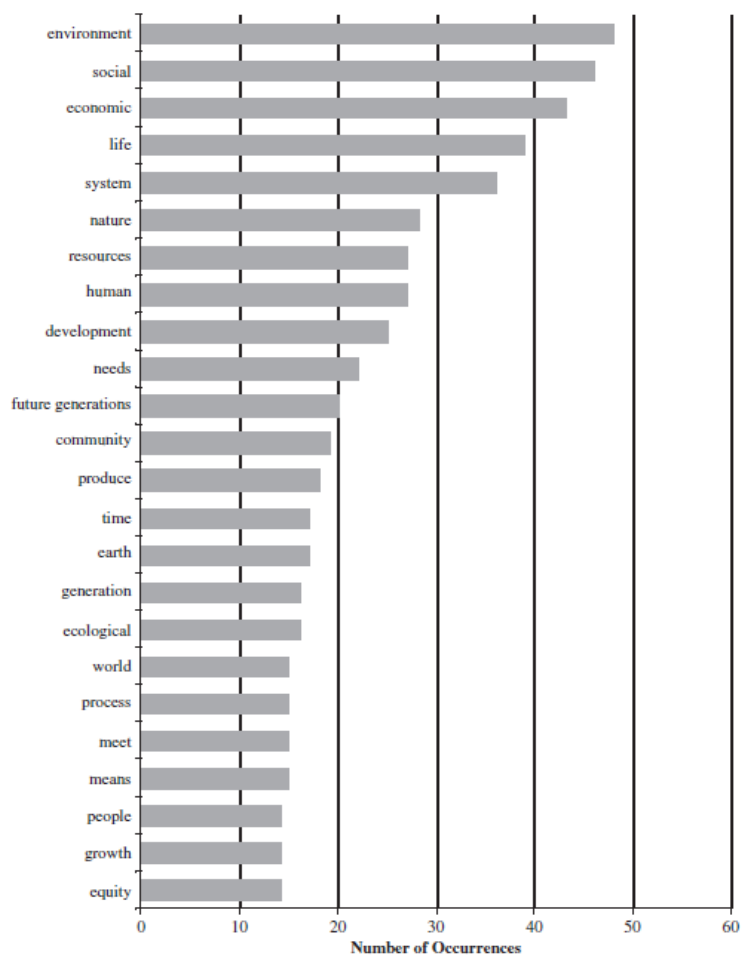


Figura 1 - As 25 palavras/frases mais frequentes em definições de sustentabilidade (Fonte: White, 2013)

Como é possível observar, as definições de sustentabilidade abrangem palavras variadas e termos de diversas áreas. Neste estudo foram identificadas mais de 100 definições válidas para o termo, e por essa razão, concluiu-se que a Sustentabilidade é um conceito elusivo, que significa diferentes coisas para diferentes pessoas, e por essa razão, é difícil de ser definida (White, 2013).

Pelo gráfico em acima (Figura 1), também é possível constatar que o número de ocorrências é mais incisivo nos três pilares da sustentabilidade: Ambiente, a Sociedade e a Economia. Na linha destes três conceitos, um outro estudo realizado numa faculdade de Zurique-Suíça (Hansmann et al., 2012), procurou investigar junto de estudantes graduados em Ciências do Ambiente, quais foram as suas contribuições profissionais para a sustentabilidade, entre os anos 1992 e 2005. De entre os inquiridos, selecionando apenas aqueles que tinham um trabalho que promovesse diretamente o desenvolvimento sustentável, registaram-se 373 contribuições dispersas em 19 domínios tópicos predefinidos, sendo que os participantes poderiam escolher um ou mais domínios, já que estas categorias não eram estritamente disjuntivas (Figura 2).

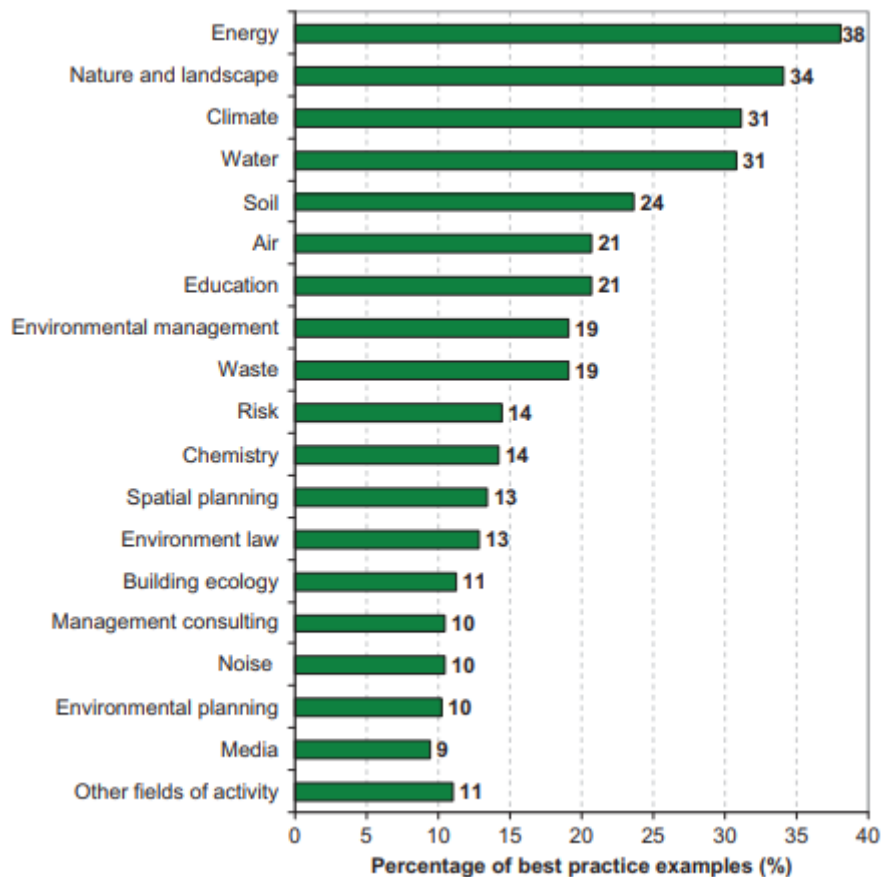


Figura 2 - Percentagem das melhores práticas que contribuem para a sustentabilidade em diferentes domínios (N exemplos = 373) (Fonte: Hansmann et al., 2012)

Como é possível observar, o gráfico acima revela que a área de atuação do DS é bastante abrangente e transversal a inúmeros domínios, alguns deles nem se encontrarem representados. Além disso, é seguro afirmar que estes domínios apresentados são parte integrante da maioria das áreas que representam a sociedade atual à escala global.

Este estudo, em paralelo com o apresentado anteriormente, e em consonância com toda a bibliografia consultada, exprime com clareza a complexidade e o desafio que está subjacente ao exercício de definição do termo “Desenvolvimento Sustentável”.

Desenvolvimento Sustentável

Como já foi descrito acima, “Desenvolvimento Sustentável” foi pela primeira vez definido no Relatório Brundtland em 1987. O modelo usual para Desenvolvimento Sustentável é composto por três elementos diferentes, conectados entre si, Ambiente Sociedade e Economia, com a implicação de que cada setor, é pelo menos em parte, independente dos restantes (Hopwood, et al., 2005). Esta relação entre estes três conceitos é habitualmente graficamente representada de acordo com o diagrama de *Venn* presente na Figura 3.

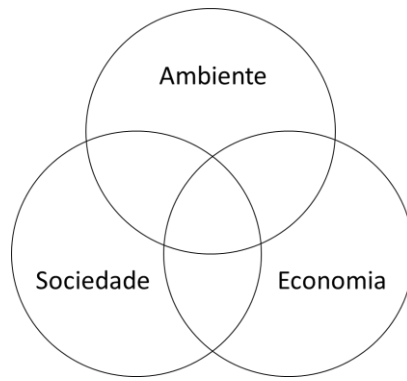


Figura 3 - Visão comum da relação entre os três eixos do DS. (Fonte: Giddings et al., 2002)

Diversos autores procuraram estudar o termo, e adaptá-lo à medida que o tempo foi passando e foram surgindo novos desafios a ter em conta, como é o caso da tecnologia. Também foram integradas diversas perspectivas de modo a auxiliar a interpretação do conceito “Desenvolvimento Sustentável”, conforme se pode observar na Figura 4.

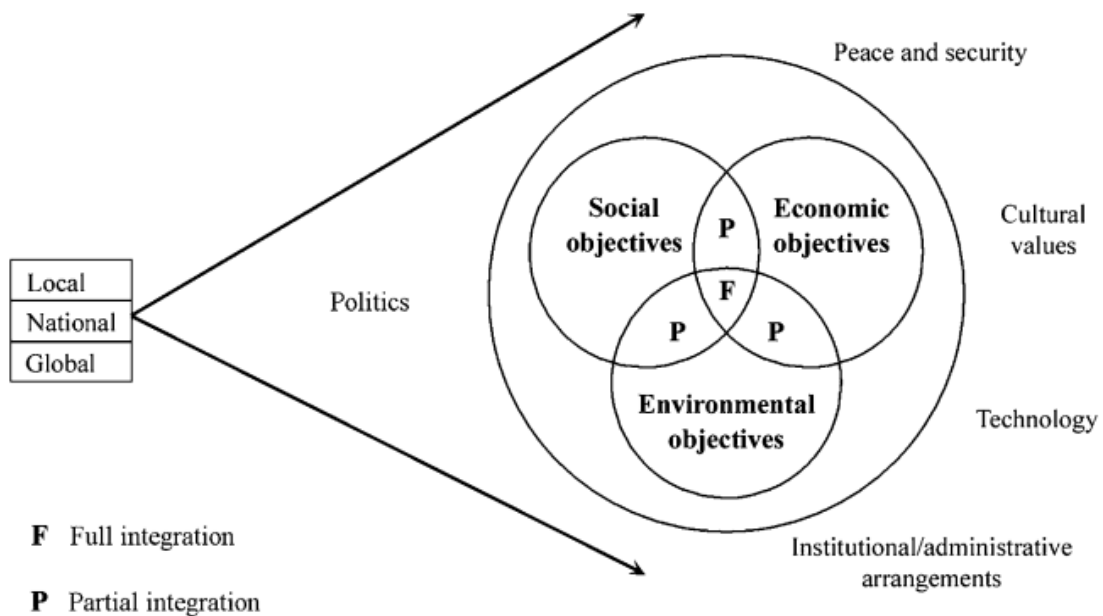


Figura 4 - Os sistemas do Desenvolvimento Sustentável, sublinhando as relações entre os níveis local, nacional e global, sublinhando também a necessidade de integrar sociedade, economia e ambiente de uma forma mais holística. (Fonte: Lozano 2008) adaptado de referências

No diagrama apresentado (Figura 4), Dalal-Clayton & Bass (referenciado por Lozano, 2008) complementaram a representação do diagrama de Venn, adicionando as perspectivas local nacional e global, que englobam quatro influências sociais; política, paz e segurança, valores

culturais, e arranjos institucionais ou administrativos (Lozano, 2008). Foi ainda incorporada a tecnologia como fator social adicional, sugerida por Lozano-Ros (2003).

A constante metamorfose da definição e respetiva interpretação do DS abriu alas à crítica e ao ceticismo. O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” foi desvalorizado pela sua fraca redefinição para satisfazer uma larga escala de interesses, sendo que a insistência no desenvolvimento económico clássico é o principal motor (Johnston et al., 2007). As interpretações desta natureza levantaram diversas questões éticas e morais, conduzindo os críticos a atacarem o termo “Desenvolvimento Sustentável”, a as definições associadas, rotulando-o de contraditório e vago (White, 2013).

Muitas dessas interpretações falharam em introduzir na sua semântica escalas temporais mais precisas e objetivas, justificando assim os rótulos que lhe foram destacados. Por essa razão, para abordar genuinamente a sustentabilidade, é fundamental a inserção de elementos de escala temporal no nosso pensamento (Johnston et al., 2007), da mesma forma que *Hans Carl von Carlowitz* visionou em 1713. Sustentabilidade pode ser conceptualizada de forma a que haja um apelo intuitivo para economistas e não-economistas, ao encarar o caminho do crescimento sustentável como dinamicamente eficiente e não-decrescente ao longo do tempo (Stavins et al., 2003).

Em suma, é fundamental abordar o DS objetivamente tendo em consideração todos os elementos enunciados, tomando sempre os bons exemplos dados no passado, apoiados pelas definições originadas a partir do Relatório Brundtland no presente, e introduzindo os princípios e áreas de atuação conforme a sociedade se transforma no futuro.

2.2 Avaliação do Desenvolvimento Sustentável

Nas últimas décadas, foi surgindo a necessidade de avaliar e quantificar a evolução dos sistemas e dos serviços de acordo com os parâmetros do DS, e nesse sentido, impulsionados pela complementaridade do DS com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, foram surgindo diversas ferramentas e metodologias para dar resposta a esse fenómeno.

O *Barometer of Sustainability*, o *Dashboard of Sustainability* e o *Ecological Footprint Method* são os três sistemas de indicadores de sustentabilidade mais reconhecidos internacionalmente (Van Bellen, 2004). Estas ferramentas são, na percepção de especialistas ligados a diferentes setores da sociedade, as mais relevantes e promissoras, em termos de avaliação, do processo de desenvolvimento.

O *Barometer of Sustainability*

O Barómetro de Sustentabilidade é um método simples capaz de avaliar e comunicar os progressos para a sustentabilidade, combinando avaliações do ecossistema e do sistema humano numa única avaliação de sustentabilidade (Prescott-Allen, 1995). A principal função do

Barómetro é combinar indicadores, permitindo aos usuários tirarem conclusões amplas de uma série de sinais muitas vezes confusos e contraditórios (Prescott-Allen, 1997).

Esta metodologia combina indicadores de bem-estar humano (social económico e institucional) e bem-estar ecológico (biofísico), podendo ser aplicado desde a escala local à escala global (Batalhão et al., 2017), sendo nos dias correntes ainda largamente utilizada.

O Dashboard of Sustainability

O *Dashboard* de Sustentabilidade é uma ferramenta online gratuita que foi desenvolvida em 1990 pelo Grupo Consultivo de Desenvolvimento Sustentável (*Consultative Group on Sustainable Development Indices*) e o *Joint Research Center* (Comissão Europeia) para medir as diferentes dimensões de sustentabilidade (Scipioni et al., 2009). A ideia só foi transformada num instrumento operacional passados alguns anos; o primeiro protótipo do *Dashboard* foi apresentado no ano 2002 em Joanesburgo aquando da Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável (WSSD - *World Summit on Sustainable Development*) e, após algumas adaptações, foi possível aplicar esta ferramenta ao conjunto de indicadores apresentado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas (Jessinghaus, 2007). Com o desafio dos Objetivos do Milénio em destaque naquela época, a ferramenta largamente utilizada para avaliar os indicadores das diferentes metas, transformando-se assim no *MDG Dashboard* (*Millenium Development Goals Dashboard*).

O Ecological Footprint Method

O Método da Pegada Ecológica (*Ecological Footprint Method*), é uma ferramenta apresentada por Rees e Wackermagel em 1996 cuja base teórica deriva do conceito de capacidade de carga, onde, para efeitos de cálculo, é considerada a capacidade de carga de um sistema correspondente à máxima população que pode ser suportada indefinidamente no sistema. Esta técnica é considerada pelos autores tanto analítica como educacional, uma vez que analisa não só a sustentabilidade das atividades humanas, mas também contribui para a construção de consciência pública a respeito dos problemas ambientais, auxiliando o processo de decisão (Van Bellen, 2004). Esta ferramenta veio reforçar a noção de que a sustentabilidade pode ser medida, uma vez que os exames ecológicos gerados podem dar a direção dos esforços que devem ser assegurados a nível local, nacional e global para alcançar a sustentabilidade (Wackernagel & Yount, 1998).

2.3 Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

Em todas as áreas, a política pública deve testar os princípios de sustentabilidade como parte integrante de serviço público, caso contrario a longo prazo pode deteriorar o potencial das pessoas que pretende servir (Johnston et al., 2007). A sustentabilidade só passou a constar das agendas políticas internacionais perto do final do século XX, largamente impulsionada pelas Conferências e ações das Nações Unidas relacionadas com o tema.

Em junho de 1992, realizou-se no Rio de Janeiro a primeira Cimeira da Terra, denominada de “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento”, evento que aprovou a Agenda 21, documento que complementa um programa de ação cujo objetivo é de promover, à escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando proteção ambiental com justiça social e eficiência económica (UNCED, 1992). Nessa Cimeira foi também criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD), que passou a deter as funções de monitorizar e informar sobre a implementação dos acordos feitos na Cimeira. Posteriormente, em 1997, foi realizada uma sessão especial denominada de Rio +5. O principal objetivo deste evento foi fazer um balanço da implementação da Agenda 21, avaliando de que forma os países, as organizações internacionais e os setores da sociedade civil responderam ao desafio da Cimeira da Terra. Rio +5 ficou marcado pela aprovação do Programa para a Implementação adicional da Agenda 21, constituída por um reforço nos compromissos adotados na Cimeira anterior, cuja implementação tinha sido desigual até à data (UN, 1997). Passados outros 5 anos, realizou-se a Rio +10, conferência que ficou marcada pelo compromisso de implementar totalmente a Agenda 21 em paralelo com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, aprovados em 2000, e outros acordos internacionais. Os ODM representaram uma parceria entre os países ditos desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduzisse ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. Este compromisso vigorou até 2015, tendo sido recentemente substituído pelos ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Há pouco mais de uma década atrás, em 2005, tinha sido evidenciado que, para a maioria dos países do mundo, os problemas de desenvolvimento sustentável não constavam no topo das agendas políticas, e que, até problemas como as alterações climáticas ou fome em massa não dominavam as notícias ou o debate político (Hopwood et al., 2005). Porém, também foi dito que os desafios na génese do desenvolvimento sustentável, o ambiente e a equidade, iriam forçar a sua inclusão nas agendas políticas.

2.4 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em setembro de 2015, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, realizou-se a cimeira que se tornou histórica pela envolvimento de mais de 150 líderes mundiais na adoção formal da nova agenda de desenvolvimento sustentável, composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, até 2030, prevê-se que todos os países desenvolvam políticas medidas e ações, com vista ao cumprimento de 169 metas, distribuídas entre 17 ODS (Figura 5). Esta agenda tem por base os conhecimentos e progressos desenvolvidos com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre 2000 e 2015, e procura conciliar e explorar um modelo global com vista à erradicação da pobreza, à promoção da prosperidade e bem-estar de todos, e à proteção do ambiente salientando o fenómeno das alterações climáticas.



Figura 5 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dispostos nos respetivos ícones oficiais (Fonte: <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>)

Cada uma das 169 metas dispersas nos 17 ODS é inteiramente descrita no Anexo I. Em baixo encontra-se uma breve descrição das metas presentes em cada um dos 17 Objetivos, e um sumário dos principais progressos alcançados até 2017, bem como sugestões e orientações para o futuro, segundo a informação disponibilizada em <https://sustainabledevelopment.un.org> (consultada em março de 2018).

ODS 1- Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Apesar do facto de a pobreza mundial ter sido cortada para metade desde o ano 2000, ainda é necessário canalizar esforços para aumentar os rendimentos, aliviar o sofrimento e reforçar a resiliência dos indivíduos que ainda vivem em extrema pobreza, em particular na África subsariana. Os sistemas de proteção social precisam ser expandidos e os riscos mitigados em países propensos a desastres, que também tendem a ser os mais pobres.

ODS 2- Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Os esforços para combater a fome e a malnutrição avançaram significativamente desde 2000. No entanto, acabar com a fome, a insegurança alimentar e a malnutrição, exigirá esforços contínuos e concentrados, especialmente na Ásia e em África. Mais investimentos e incentivos governamentais para a agricultura, são necessários para aumentar a capacidade de produtividade agrícola.

ODS 3- Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Desde 2000, foram alcançados avanços impressionantes na saúde. Porém, para atingir as metas desta área nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, o progresso deve ser acelerado, particularmente para as regiões com elevados índices de prevalência de doenças.

ODS 4- Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Alcançar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos irá requerer um aumento de esforços, especialmente na África subsaariana e no sudeste Asiático e para as populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, populações indígenas, crianças refugiadas e crianças pobres nas áreas rurais.

ODS 5- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

A desigualdade de género é uma realidade que persiste a nível mundial, privando mulheres e meninas dos seus direitos básicos e oportunidades. Alcançar a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas exigirá esforços mais vigorosos, incluindo alterações dos quadros legais, para combater a discriminação profundamente enraizada e que frequentemente resulta de atitudes patriarcais e normas sociais relacionadas.

ODS 6- Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e o saneamento para todos

O acesso a água potável e saneamento e a boa gestão dos ecossistemas de água doce são essenciais para a saúde humana e para a sustentabilidade ambiental e a prosperidade económica.

ODS 7- Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

O progresso em todas as áreas de energia sustentável fica aquém do que é necessário para alcançar o acesso à energia para todos, e para atingir as metas de energia renovável e eficiência energética. Para ocorrerem melhorias significativas, serão exigidos níveis mais elevados de financiamento, compromissos políticos mais arrojados, juntamente com a disposição dos países em adotar novas tecnologias numa escala muito mais abrangente.

ODS 8- Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Aumentar a produtividade laboral, reduzir a taxa de desemprego, especialmente para os jovens, e melhorar o acesso a benefícios e serviços de financiamento são componentes essenciais do crescimento económico sustentado e inclusivo.

ODS 9- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Apesar das constantes melhorias na produção industrial e no emprego, será necessário efetuar uma renovação no investimento nos países menos desenvolvidos, e garantir a duplicação da participação da indústria no PIB desses países, até 2030.

ODS 10- Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

O progresso na redução da desigualdade dentro e entre países tem sido misto.

ODS 11- Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Nas últimas décadas, o mundo experienciou um crescimento urbano sem precedentes. Em 2015, perto de 4 bilhões de pessoas - 54% da população mundial - viviam nas cidades, e prevê-se que esse número aumente para cerca de 5 bilhões até 2030. A rápida urbanização trouxe enormes desafios, incluindo o crescente número de moradores de favelas, aumento da poluição do ar, serviços e infraestruturas básicas inadequados, e expansão urbana não planeada, que também tornaram as cidades mais vulneráveis a desastres.

ODS 12- Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Atingir este Objetivo requer uma forte legislação nacional direcionada ao consumo e produção sustentáveis, que integre planos nacionais e setoriais, práticas de negócio e comportamento do consumidor sustentável, juntamente com a adesão a normas internacionais sobre a gestão de produtos químicos e resíduos perigosos.

ODS 13- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

O aquecimento global prevaleceu em 2016, atingindo um novo recorde de cerca 1,1º C acima do período pré-industrial, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre o Estado do Clima em 2016. As condições de seca predominaram em grande parte do globo, agravadas pelo fenómeno *El Niño*. No comunicado, a OMM também observa que a extensão do gelo marinho global caiu para um mínimo de 4,14 milhões de km² em 2016, a segunda menor extensão registada. Os níveis atmosféricos de dióxido de carbono também atingiram um recorde de 400 ppm. A mitigação das mudanças climáticas e dos seus impactos exigirá uma alavancagem impulsionada pelo Acordo de Paris, que entrou em vigor a 4 de novembro de 2016. Devem-se intensificar os esforços para aumentar a resiliência, e limitar os riscos relacionados com o clima e com desastres naturais.

ODS 14- Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os impactos cada vez mais adversos das alterações climáticas (incluindo a acidificação dos oceanos), sobrepesca e poluição marinha estão a comprometer os recentes melhoramentos na proteção dos oceanos.

ODS 15- Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

O progresso na preservação das espécies e uso sustentável dos ecossistemas terrestres da Terra é desigual. O ritmo da perda florestal diminuiu, e continuam a ser aplicadas melhorias na

gestão sustentável das florestas, e na proteção de áreas importantes para a biodiversidade. No entanto, as tendências declinantes da produtividade da terra, a perda de biodiversidade, a caça furtiva e o tráfico de animais selvagens constituem sérias preocupações.

ODS 16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

Os conflitos violentos aumentaram nos últimos anos, porém os homicídios diminuíram lentamente, e cada vez mais cidadãos em todo o mundo têm melhor acesso à justiça. Alguns conflitos armados de alta intensidade estão a causar um grande número de vítimas civis. O progresso que promove a paz e a justiça, juntamente com instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, permanece desigual entre as regiões.

ODS 17- Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

Apesar de terem registado alguns desenvolvimentos positivos, é necessário promover um compromisso mais vincado de parceria e cooperação para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse esforço exigirá políticas coerentes, um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável a todos os níveis, e uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revigorada.

III. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

3.1 Desenvolvimento Sustentável em Portugal

De modo a compreender da melhor forma como se classifica e se retrata o estado atual do desenvolvimento sustentável em Portugal, é fundamental explorar de que modo este princípio foi introduzido e executado a nível nacional no passado recente. Como tal, neste subcapítulo será abordada e estudada a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável a nível nacional, as ligações e afiliações com outros países e organizações, e de que modo estes fatores podem contribuir para uma explicação ponderada do estado do Desenvolvimento Sustentável na atualidade.

No ano 2000, após a apresentação do relatório “Nós, os Povos, as Nações Unidas do Século XXI”, Chefes de Estado e de Governo, reunidos a nível de Cimeira, aprovaram a Declaração do Milénio. A terceira secção deste relatório, que desenvolve o tema “Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza” serviu como principal documento de referência para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (ONU, 2018). Divididos em 8 compromissos, os ODM foram adotados pela comunidade internacional como quadro para as atividades de desenvolvimento de mais de 190 países espalhados por dez regiões; foram formulados sob a forma de mais de 20 metas com mais de 60 indicadores (IED, 2008).

Desta feita, os ODM potenciaram novos desafios para o país e para o mundo. Portugal, comprometeu-se plenamente com os esforços internacionais para o combate à pobreza mundial, direcionando a sua política de cooperação para este objetivo global, através da concretização dos ODM (IPAD, 2010). Alavancado pelos compromissos internacionais inerentes, Portugal procurou nos anos subsequentes reestruturar as suas estratégias de desenvolvimento e assim, à luz do Programa do Governo e da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (adotada em 2001), foi aprovada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação (PIENDS). O CNADS teve um reconhecido papel neste processo, ao fornecer pareceres e propostas de aperfeiçoamento de documentos considerados relevantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007). Na referida Estratégia, ficou desde logo patente a intenção do Estado em participar ativamente nos ODM, destacando-se desta feita a meta ENDS proposta “Contribuir até 2015 para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”. Esta estratégia também apontou metas e ações a serem tomadas até 2015, coincidente com o período máximo de cumprimento dos ODM.

Acoplado à ENDS, foi apresentada uma lista de indicadores capazes monitorizar a sustentabilidade, denominados de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Estes indicadores visavam avaliar o progresso de Portugal no sentido de um desenvolvimento sustentável, em termos dos objetivos e das metas definidos na estratégia, e estão classificados de acordo com 7 objetivos estratégicos e hierarquizados em três níveis, enquadrando-se no âmbito de um contrato celebrado entre o INE (Instituto Nacional de Estatística) e o Eurostat (INE 2018).

Tabela 1 - Lista abreviada dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. (Fonte: INE 2018)

| Objetivos Estratégicos | Prioridades Estratégicas |
|--|---|
| 1. Sociedade do conhecimento | Educação e formação Melhoria da qualidade / ensino superior Aprendizagem ao longo da vida Desenvolvimento científico e tecnológico Desenvolvimento cultural |
| 2. Crescimento, competitividade e eficiência energética | Competitividade e emprego Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC Inovação empresarial Desenvolvimento e ecoeficiência |
| 3. Ambiente e património natural | Alterações climáticas Gestão das massas de água Oceano Solo Biodiversidade Gestão integrada do ar Gestão integrada dos resíduos |
| 4. Equidade e coesão social | Equidade e sustentabilidade financeira dos sistemas de Segurança Social Mercado de trabalho e integração social Saúde |
| 5. Valorização do território e conectividade internacional | Atração urbana Desenvolvimento regional Conetividade internacional |
| 6. Participação ativa na cooperação internacional | Cooperação financeira para o desenvolvimento sustentável mundial Globalização do comércio |
| 7. Administração Pública eficiente | Abertura e modernização da Administração |

Em estreita relação com a ENDS, foi criado outro mecanismo de monitorização do estado do ambiente e do desenvolvimento sustentável em Portugal denominado de SIDS, Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. A primeira edição deste Sistema surgiu no ano 2000, após alguns anos de estudos e desenvolvimento de diversos trabalhos, contemplando uma proposta de uma “estrutura metodológica para a avaliação da sustentabilidade através da utilização de um conjunto de indicadores selecionados com base na sua relevância para o contexto nacional” (DGA, 2000). Posteriormente este mecanismo foi renovado em 2007, tendo presente todo o trabalho desenvolvido até à data na área de relatórios ambientais e de indicadores de desenvolvimento sustentável não só à escala nacional, como internacional, “tendo presentes o contexto português e a estreita ligação que necessariamente existe com as iniciativas europeias neste domínio, em particular da Agência Europeia do Ambiente” (APA,

2007). Desta feita, há uma articulação com os sistemas de indicadores nacionais e internacionais, e os instrumentos estratégicos, tais como a ENDS (APA, 2007).

Por fim, importa ainda destacar o Relatório do Estado do Ambiente (REA), exercício elaborado anualmente desde 1987, de acordo com o previsto na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º11/87, de 07 de abril; revogada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril), cuja função é a de informar e monitorizar os resultados alcançados, apresentando os progressos, mas também os constrangimentos em matéria de ambiente e DS, identificando a posição do País face aos compromissos e metas assumidos (APA, 2017).

3.2 Instrumentos de política nacional

3.2.1 Grandes Opções do Plano do XXI Governo Constitucional

As Grandes Opções do Plano (GOP) são instrumentos de política apresentados pelo Governo em funções, que tem o intuito de delinear as estratégias e orientações da política de desenvolvimento económico e social para o país. Elas apresentam-se sob duas formas: a de médio-longo prazo, onde são expostas as estratégias a serem adotadas nas diversas áreas e setores no período de cumprimento de uma legislatura (por norma 4 anos), e normalmente apresentadas no início da mesma; e as de médio prazo, onde são apresentadas as opções e medidas a serem aplicadas no período de 1 ano civil.

A Constituição da República Portuguesa esclarece no n.º 2 do artigo 105.º referente ao Orçamento que este “é elaborado de harmonia com as grandes opções em matéria de planeamento e tendo em conta as obrigações decorrentes de lei ou de contrato”.

Assim, as Grandes Opções do Plano 2017 decorrem do Programa do XXI Governo, das Grandes Opções do Plano 2016-2019 e do Programa Nacional de Reformas 2016-2019.

3.2.2 GOP'17 – Grandes Opções do Plano 2017

A 13 de outubro de 2016, as Grandes Opções do Plano 2017 (GOP '17) foram apresentadas pelo Governo em funções sob a forma de Proposta de Lei. Após consulta e revisão de todas as bancadas parlamentares, foram elaborados pareceres e apreciações por diversas entidades, e posteriormente, o diploma foi aprovado junto do Orçamento de Estado para o mesmo ano, constituindo deste modo a Lei n.º 41/2016 de 28 de dezembro. O Governo optou por utilizar a mesma estrutura de seis pilares de resposta aos principais bloqueios estruturais, pilares esses que consolidam as principais prioridades de atuação do Governo ao longo da legislatura (GOP, 2017). No Artigo 3.º são apresentados esses pilares:

- a) Qualificação dos portugueses;
- b) Promoção da inovação na economia portuguesa;

- c) Valorização do território;
- d) Modernização do Estado;
- e) Redução do endividamento da economia;
- f) Reforço da igualdade e da coesão social.

Com base nestes pressupostos, as GOP '17 apresentam medidas e ações a serem aplicadas no decorrer do ano, e foram indicadas da seguinte forma:

1. As Reformas e Grandes Opções do Plano 2017 – Neste primeiro capítulo são apresentadas as estratégias do Governo a médio-prazo, e a posição e compromissos que Portugal tem com o resto do mundo, destacando-se a posição que exerce como membro da União Europeia, as relações que tem com os países da CPLP - onde são promovidas a língua cultura portuguesa e cidadania lusófona - e a presença nos principais fóruns de debate e decisão a nível global, como as Nações Unidas e a UNESCO.

2. Contexto e Cenário Macroeconómico – São apresentados os principais indicadores de desenvolvimento económico do país, justificando os valores de PIB para o ano de 2016 e apontando as previsões de crescimento desse mesmo indicador para 2017, contextualizando o cenário macroeconómico do país.

3. Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego – Esta GOP complementa medidas e ações que visam a redução do insucesso e abandono escolar precoce, modernização, qualificação e diversificação do ensino superior, qualificação de adultos, promoção de emprego, combate à precariedade, inovação do sistema educativo, e valorização da cultura.

4. Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: mais conhecimento, mais inovação, mais competitividade – Aqui é salientada a importância que a Inovação e Desenvolvimento (I&D) tem no crescimento da economia portuguesa, e são apresentadas medidas que permitem reforçar o investimento em ciência e tecnologia, renovar atividades existentes através da inovação e da melhoria das capacidades de gestão, estimular a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais, e promover a inovação no turismo.

5. Valorização do Território – Neste capítulo, é evidenciado o valor do território português, caracterizado como de elevado potencial, e é abordada a necessidade de efetuar uma exploração dos seus recursos de forma racional, de modo a promover um desenvolvimento económico equilibrado e ambientalmente sustentável. Considerando todos os Programas e Planos em curso, e à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são apresentadas ações de reabilitação urbana para a sustentabilidade eficiência e inteligência das cidades, promoção da coesão territorial, mobilidade sustentável, economia circular, acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água, promoção da biodiversidade e investimento em energia mais competitiva e sustentável.

6. Modernização do Estado – Esta GOP complementa os compromissos do Estado, a modernização de serviços prestados, apresentando medidas e ações que visem a desburocratização e aumento da proximidade com os cidadãos, melhoramento do Sistema Nacional de Saúde aumentando a sua eficiência, descentralização e subsidiariedade, participação cívica e democrática, valorização e eficiência da Defesa Nacional, modernização das forças de segurança, Administração da Justiça, prevenção e combate à criminalidade, e proteção às vítimas de crime e pessoas em risco.

7. Redução do Endividamento da Economia – As medidas apresentadas nesta GOP tiveram como objetivo dar resposta à exposição da economia portuguesa a níveis elevados de endividamento. Deste modo, foram descritas ações para simplificação administrativa e enquadramento sistémico, fiscalidade, reestruturação empresarial, alavancagem de financiamento e investimento e dinamização do Mercado de Capitais.

8. Reforço da Igualdade e da Coesão Social – Por fim, esta última GOP aborda questões de carácter mais social, apresentando medidas para combater a pobreza e a exclusão social, promover o acesso a bens e serviços públicos de primeira necessidade, nomeadamente nas áreas da educação saúde água e energia, garantir a sustentabilidade da segurança social, elevar o rendimento disponível das famílias, e promover a igualdade e a não discriminação.

3.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

3.2.1 Responsabilidades da implementação da Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um exercício que abrange todas as áreas e setores do país. A responsabilidade do cumprimento de todos os ODS, em Portugal, está a cargo de cada Ministério ou Secretaria de Estado do Governo, dividindo-se assim por áreas e setores da sociedade portuguesa. No entanto, a coordenação da implementação dos ODS e da Agenda 2030 é da responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em articulação com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas. A Tabela 2 identifica as entidades portuguesas coordenadoras de cada ODS.

Tabela 2 - Os ODS distribuídos por cada entidade coordenadora em Portugal

| Entidade Coordenadora | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
|--------------------------------------|---|
| Ministério da Educação | ODS4- Educação de qualidade |
| Ministério da Justiça | ODS16- Paz, justiça e instituições eficazes |
| Ministério da Economia | ODS7- Energias Renováveis e acessíveis |
| Ministério dos Negócios Estrangeiros | ODS17- Parcerias para a implementação dos objetivos |

| | |
|--|--|
| Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | ODS1- Erradicar a pobreza |
| | ODS8- Trabalho digno e crescimento económico |
| | ODS10- Reduzir as desigualdades |
| Ministério do Ambiente | ODS6- Água potável e saneamento |
| | ODS11- Cidades e Comunidades Sustentáveis |
| | ODS12- Produção e consumo sustentáveis |
| | ODS13- Ação climática |
| Ministério do Mar | ODS14- Proteger a vida marinha |
| Ministério da Saúde | ODS3- Saúde de qualidade |
| Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade | ODS5- Igualdade de género |
| Ministério do Planeamento e das Infraestruturas | ODS9- Indústria, Inovação e infraestruturas |
| Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | ODS2- Erradicar a fome |
| | ODS15- Proteger a vida terrestre |

Esta estruturação ficou definida em Conselho de Ministros a 25 de fevereiro de 2016, onde foi estruturado o plano de execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integrados na Agenda 2030. Também ficou decidido que, as entidades coordenadoras apresentadas exercem a liderança na implementação, porém devem funcionar em complementaridade com outras, dada a interdependência e articulação entre ODS.

3.2.2 Objetivos e metas prioritárias do Governo

Desde a aprovação da Resolução das Nações Unidas que definiu a nova estratégia para o mundo em matéria de desenvolvimento sustentável, em dezembro de 2015, a Agenda 2030 e os ODS começaram a ser uma presença constante em diversos diplomas de Estado. As referências que foram surgindo serviram para justificar que as políticas e medidas a serem aprovadas estão em consonância com o cumprimento da Agenda à qual Portugal tinha subscrito em conjunto com os restantes países. Porém, nunca tinha sido elaborado um documento único onde era explícito o cumprimento de cada um dos ODS e a forma como este seria abordado. Em junho de 2017, o “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” foi publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, entidade coordenadora dos ODS em Portugal. Tratou-se do primeiro exercício oficial de avaliação da implementação dos

ODS no país, de cariz voluntário, tendo sido apresentado na sede das Nações Unidas no 5º Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em julho de 2017. Esta avaliação foi chave para identificar os ODS prioritários para o país, possibilitando assim uma definição clara da forma como a Agenda 2030 é e será enraizada nas políticas públicas nacionais.

O Governo definiu que a incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas nacionais deve ser articulada por áreas temáticas, identificadas enquanto “5P”, significando:

- **Pessoas** – determinação em erradicar a pobreza e a fome, garantindo que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável;
- **Prosperidade** – garantia de vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- **Planeta** – proteção do planeta da sua degradação, através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para combater as alterações climáticas;
- **Paz** – promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, com base na crença que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável;
- **Parcerias** – mobilização dos meios necessários para a implementação da Agenda 2030 através de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás.

Desta feita, considerando cada ODS, estes cinco contextos, organizam-se na Agenda 2030 da seguinte forma:



Figura 6 - Organização temática da participação dos vários atores (Fonte: MNE 2017)

Com base em todos os pressupostos acima enunciados, e em particular consonância com o Plano Nacional de Reformas, Portugal definiu como prioritários os seguintes ODS:

- **ODS4** – Educação de Qualidade
- **ODS5** – Igualdade de Género
- **ODS9** – Indústria, Inovação e Infraestruturas
- **ODS10** – Reduzir as Desigualdades
- **ODS13** – Ação Climática
- **ODS14** – Proteger a Vida Marinha.

No documento (MNE, 2017), é apresentada a forma como cada um deste ODS é priorizado e implementado nas políticas públicas nacionais. Importa ainda referir que, cada um destes ODS tem uma única entidade coordenadora (entre ministérios e secretarias de estado), conforme se pode observar na Tabela 2.

Deve ser realçado que estas áreas temáticas e estes ODS considerados como prioritários, poderão sofrer alterações no futuro, considerando que a Agenda 2030 atravessará vários ciclos políticos, e o contexto socioeconómico do país é sempre variável. No entanto para o exercício desta dissertação, tomam-se estes factos como vinculativos, de modo a que seja possível realizar uma avaliação do presente, tendo em consideração o futuro.

3.2.3 Situação Atual da Agenda 2030

Considerando o facto de a Agenda 2030 ter sido lançada e estar a ser implementada muito recentemente em Portugal, não há de momento muitas informações quanto aos resultados alcançados inclusive existência de elementos publicados daí resultante. No entanto deve ser tido em conta que esta Agenda compõe um conjunto de metas definidas a longo-prazo, até ao ano de 2030, desta feita, qualquer avaliação do seu cumprimento deve ser cuidada.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e respetivas metas resultaram de um intenso processo de consulta pública e envolvimento da sociedade civil e outros *stakeholders*, tendo sido estruturados pressupondo o princípio da Agenda ser aplicável a qualquer país no mundo. Como tal, algumas das metas apresentadas podem já estar a ser cumpridas por alguns países ditos mais desenvolvidos, considerando que as realidades socioeconómicas podem ser muito divergentes para outros menos desenvolvidos. No caso de Portugal, existem algumas metas que já cumprem esse critério, pelo que se pode considerar que o seu cumprimento já foi assegurado. As restantes metas que se encontram em fase de cumprimento, atraem todos os dias inúmeras entidades interessadas na participação na implementação da Agenda 2030, sejam elas públicas ou privadas. Como exemplo desse compromisso, o Instituto Nacional de Estatística (INE) criou em 10 de maio de 2016 um Grupo de Trabalho multidisciplinar dedicado ao processo de

implementação, na vertente estatística, da Agenda 2030 (INE, 2017). Desta forma, espera-se que o INE desempenhe um papel fundamental na monitorização dos progressos alcançados pelo país no cumprimento dos ODS. De entre os resultados deste grupo de trabalho, destaca-se o exercício de mapeamento da disponibilidade dos indicadores ODS em Portugal, cruzando com a informação disponibilizada pelas Nações Unidas, e analisou as diferenças entre os dados. Este exercício permitiu concluir que é necessária uma clarificação das fontes utilizadas na base de dados das Nações Unidas, relativamente às entidades nacionais e internacionais das quais a ONU recebe a informação, bem como a respetiva metodologia associada e data de reporte (INE, 2017). A informação e respetivos dados sobre estas temáticas está em constante atualização e pode ser encontrada no website do INE.

O Instituto Camões é outra entidade que participa ativamente nesta Agenda, exercendo competências em matéria de contabilização e reporte dos Fluxos Financeiros em prol do Desenvolvimento, sendo desta feita parceiro ativo do INE na monitorização dos ODS e fonte de informação para alguns dos indicadores (Camões, I.P., 2018).

IV. OBJETIVOS E METODOLOGIA

4.1 Objetivos

Esta dissertação tem como objetivo averiguar o grau de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por parte de Portugal, avaliando as medidas e ações descritas nas Grandes Opções do Plano para 2017 e cruzando-as com as metas dos ODS. Posteriormente, efetuar-se-á uma análise crítica dos resultados, e serão identificados os principais aspetos em não conformidade. Toda a componente prática desta dissertação foi efetuada em regime de estágio no CNADS (Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), entre os dias 2 de janeiro e 11 de abril de 2017. Dessa experiência resultou a elaboração de um relatório que foi entregue e apresentado ao CNADS, com o intuito de fornecer a base científica necessária para suportar a emissão de um parecer ou recomendação afetas à temática das políticas de desenvolvimento sustentável praticadas em Portugal.

Esta avaliação permitiu, para além dos resultados em cima identificados, reportar tendências e sugerir trajetórias futuras, recorrendo a comparação com avaliações anteriores, nomeadamente a partir do documento “Relatório: Avaliação da conformidade entre as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016-2019 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 da ONU”, realizado por Filipa Ferreira, do qual foi extraída a metodologia base para a elaboração desta Tese de Mestrado.

4.2 Descrição da Metodologia *Project Check*

Para efetuar esta avaliação do cumprimento das Grandes Opções do Plano para 2017 (GOP'17) nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi adotada a metodologia desenvolvida para o passado exercício, em que se avaliou a conformidade entre as GOP 2016-2019 e os ODS. Esta metodologia é fruto da adaptação e aplicação de uma metodologia usada em planeamento e ambiente na área da sustentabilidade, denominada de *Project Check*.

É comum este tipo de metodologia ser utilizada para avaliar a sustentabilidade de dois projetos que se interliguem, permitindo não só a comparação entre ambos, mas também uma avaliação do impacte gerado, tendo por base a situação inicial do projeto e a situação final após a aplicação do mesmo. O *Project Check* é uma metodologia flexível e adaptável ao contexto a ser avaliado (IBK, 2018), tornando-se por isso ideal para este caso de estudo.

4.3 Metodologia utilizada

4.3.1 Adaptação do *Project Check* para o caso de estudo

O *Project Check* é uma ferramenta cuja principal finalidade é a de avaliar várias questões definidas para os diferentes pilares da sustentabilidade (económicas, ambientais, institucionais e sociais) atribuindo um valor numa escala de X a Y, sendo que as questões a tratar e abordar

são definidas de acordo com o caso a tratar (IBK, 2018). Esta ferramenta é suportada por uma *check-list* de apoio que, após o seu preenchimento, apresenta como *output* uma representação gráfica que permite identificar a influência do projeto nos vários pilares de sustentabilidade.

Tendo estas valências da ferramenta em consideração, procedeu-se à adaptação desta metodologia a este caso de estudo, numa tentativa de abordar como é que as medidas e ações apresentadas nas GOP refletiam os ODS. Para tal construiu-se uma matriz sistemática para os diferentes ODS, onde as 169 metas dispersas nos 17 ODS são avaliadas, com o propósito de averiguar se as diversas Grandes Opções refletem as várias metas estabelecidas, auxiliando este processo com uma representação visual dos resultados gerados em formato de gráficos de teia e de barras.

4.3.2 Estruturação da *Check List* de apoio

Conforme se observar na Tabela 3, para cada ODS foi estruturada uma *Check List*, com base nas suas metas específicas, que posteriormente são avaliadas numa escala pontual de 0 a 3, e cujo simbolismo e significado pode ser consultado na Tabela 4. Para cada meta percorreu-se o documento das GOP'17, e procurou-se detetar argumentos válidos que estivessem presentes de alguma forma nesse documento. De modo a suportar melhor esta busca, foram definidas algumas palavras-chave com base na descrição das metas.

Consoante a forma como as metas dos ODS estão ou não presentes no documento, pontuou-se cada meta específica (0, 1, 2 ou 3), registaram-se todos os argumentos válidos, e foram elaborados comentários com o objetivo de justificar as pontuações atribuídas. Em alguns ODS houve metas específicas que se considerou não serem aplicáveis a Portugal, nestes casos em vez de serem pontuados (0, 1, 2 ou 3), foram classificados de “Apreciação sem significado”, e assinalados na tabela a cinzento.

Tabela 3 - Estrutura da *Check List* para cada meta dos ODS

| Metas | Objetivos principais da Meta | Descrição da Meta | Apreciação/ Pontuação | Argumentos | Palavras-Chave | Comentário da Apreciação/ Pontuação |
|---|-------------------------------------|--|------------------------------|--|--|--|
| X.Y (X- Indicador numérico do ODS; Y- Indicador da meta específica) | Tema principal da meta | Principais diretrizes para o cumprimento da meta | 0, 1, 2 ou 3 | Citações presentes no documento das GOP'17 | Conjunto de palavras-chave utilizadas para auxiliar a pesquisa | Breve esclarecimento das pontuações atribuídas |

4.3.3 Simbologia das pontuações atribuídas

No final cada ODS apresenta uma pontuação, com uma escala compreendida entre 0 e 3 (resultante da média das pontuações obtidas em cada uma das metas específicas do ODS em questão), permitindo posteriores avaliações e comparações entre os vários ODS. Deste modo é possível averiguar se as GOP refletem os requisitos dos ODS, quais estão melhor ou pior representados, possibilitando a identificação de aspetos a melhorar.

Tabela 4 - Simbologia das pontuações atribuídas e respetivas descrições

| Símbolo | Legenda |
|---------|--|
| 0 | ODS não é referido no documento das GOP |
| 1 | ODS é referido de forma indireta nas GOP sem tradução numa medida específica |
| 2 | ODS encontra-se presente nas GOP mas não de forma completa |
| 3 | ODS corresponde a uma medida específica das GOP, encontram-se todos os pontos do ODS abrangidos nas GOP |

4.3.4 Metodologia para avaliação dos dados obtidos

A metodologia de avaliação reparte-se em 2 fases distintas. Na primeira fase, é efetuada uma avaliação global dos resultados gerados, onde são apresentadas as médias globais de cada um dos ODS, fruto do cálculo da média ponderada das pontuações atribuídas às metas de cada Objetivo. Esta avaliação permite identificar à priori os ODS em maior ou menor cumprimento. São também realizados cálculos estatísticos da média e da mediana, para se avaliar na perspetiva estatística do cumprimento geral dos ODS nas GOP'17. É ainda nesta fase que é calculada a taxa de cumprimento dos ODS nas GOP'17. Este valor foi possível ser obtido considerando os seguintes pressupostos:

- i. Uma meta dos ODS em pleno cumprimento nas GOP obtém a pontuação “3”;
- ii. Pelo pressuposto i., considera-se que o somatório da pontuação máxima de todas as metas corresponde ao valor máximo de cumprimento possível, ou seja 100% de taxa de cumprimento;
- iii. O somatório das pontuações obtidas em cada meta após o cruzamento entre as GOP e os ODS permite-nos, juntamente com o pressuposto ii., calcular a taxa de cumprimento dos ODS nas GOP.

Assim, a fórmula que permite alcançar o valor obtido, traduz-se da seguinte forma:

$$\frac{\sum \text{Pontuações Obtidas}}{\sum \text{Pontuações Máximas}} \times 100 = \text{Taxa de Cumprimento (\%)}$$

Na segunda fase, é feita uma apreciação mais incisiva em cada um dos 17 ODS. Cada uma das pontuações atribuídas é avaliada individualmente, e é feita uma apreciação dedicada do cumprimento das metas de cada ODS.

Todos os cálculos foram efetuados considerando que as respectivas metas tiveram pontuação atribuída, ou seja, cada uma dessas metas teve uma classificação de “0”, “1”, “2” ou “3”. Registaram-se cinco casos de metas que, após uma cuidada análise, verificou-se que não correspondiam ao contexto nacional, pelo que lhes foi atribuída a classificação “Apreciação sem significado”. Esses casos foram assim excluídos de qualquer cálculo, resultando deste modo um universo de 164 metas de ODS, em 169 possíveis.

Tabela 5 - Média global das pontuações obtidas para as metas de cada ODS

| Designação do ODS | Média Global do ODS | Designação do ODS | Média Global do ODS |
|--|---------------------|---|---------------------|
| ODS1- Erradicar a pobreza | 2,1 | ODS10- Reduzir as desigualdades | 1,5 |
| ODS2- Erradicar a fome | 1,0 | ODS11- Cidades e Comunidades Sustentáveis | 2,4 |
| ODS3- Saúde de qualidade | 2,2 | ODS12- Produção e consumo sustentáveis | 1,9 |
| ODS4- Educação de qualidade | 2,2 | ODS13- Ação climática | 1,4 |
| ODS5- Igualdade de género | 2,2 | ODS14- Proteger a vida marinha | 1,7 |
| ODS6- Água potável e saneamento | 2,5 | ODS15- Proteger a vida terrestre | 1,6 |
| ODS7- Energias Renováveis e acessíveis | 2,4 | ODS16- Paz, justiça e instituições eficazes | 2,1 |
| ODS8- Trabalho digno e crescimento económico | 2,3 | ODS17- Parcerias para a implementação dos objetivos | 1,4 |
| ODS9- Indústria, Inovação e infraestruturas | 1,9 | | |

Como é possível observar na Tabela acima, os ODS que obtiveram melhores classificações foram o ODS 6 “Água potável e saneamento” com uma pontuação média de “2,5”, o ODS 7 “Energias Renováveis e acessíveis” e ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, ambos com “2,4” de pontuação média, e o ODS 8 “Trabalho digno e crescimento económico” com “2,3”.

Pela mesma tabela, constata-se que o ODS 2 “Erradicar a fome” é aquele que apresenta a menor pontuação média obtida com o valor de “1,0”, seguindo-se dos ODS 13 “Ação climática” e ODS 17 “Parcerias para a implementação dos objetivos”, que obtiveram simultaneamente a pontuação “1,4”, e por fim o ODS 10 “Reduzir as desigualdades” com uma pontuação de “1,5”.

De modo a obter uma perspetiva estatística do cumprimento geral dos ODS nas GOP’17, recorreu-se ao cálculo dos valores da média e mediana. Assim, o valor obtido para a média foi de “1,9”, e para a mediana foi de “2,1”.

Foi ainda calculado que, a **taxa de cumprimento dos ODS nas GOP’17** foi de **64%**

De modo a obter uma visualização sucinta do cumprimento dos ODS nas GOP’17, elaborou-se o gráfico circular presente na figura 2. Este gráfico demonstra o número de incidências para cada classificação atribuída, e a respetiva fatia percentual no universo das 169 metas abordadas.

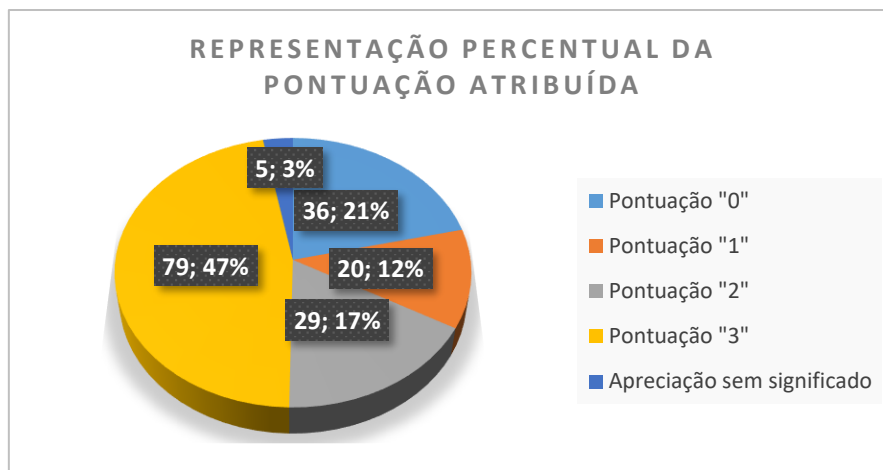


Figura 8 - Representação percentual das pontuações atribuídas a todas as metas dos ODS

Como é possível constatar, para as metas que tiveram pontuação atribuída, a Pontuação “3” foi aquela que obteve maior número de incidências (79 em 169 possíveis), representando assim 47% das metas dos ODS, e a Pontuação “1” foi a que registou o menor número de incidências (20 em 169 possíveis), constituindo 12% das metas. Houve ainda 5 casos de “Apreciação sem significado”, ocupando 3% do bolo.

5.1.2 Avaliação individual de cada ODS

Como já foi referido, as pontuações atribuídas a cada ODS resultam da pontuação interna que as respetivas metas tiveram. Os seguintes gráficos pretendem evidenciar como variou essa pontuação em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, considerando apenas as metas que se enquadram no contexto nacional.



ODS 1- Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

– No geral este ODS é cumprido, todas as metas que o compõem possuem apreciação igual ou superior a “0”, pelo que se pode concluir que existem medidas nas GOP’17 que objetivam a erradicação da pobreza. As pontuações mais baixas devem-se à fraca exposição de medidas concretas para o cumprimento da meta, no entanto regista-se uma intenção de abordar a mesma de uma forma indireta. É importante salientar que a apreciação deste ODS está altamente dependente de dados fornecidos pelo PORDATA, cujas fontes se baseiam nos dados do Eurostat e do INE, logo torna-se fulcral consultar regularmente estas fontes de modo a atualizar os valores e verificar o cumprimento de cada meta.

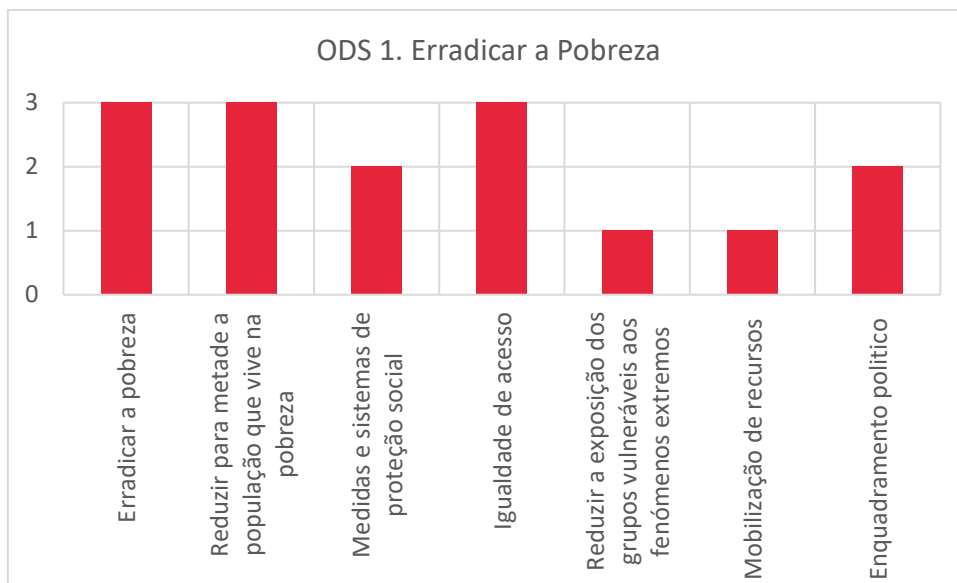


Figura 9 - Pontuação atribuída ao ODS 1. Erradicar a Pobreza



ODS 2- Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável – De todos os Objetivos, este é

o que apresenta a pontuação média mais baixa nas GOP'17. Constatou-se que três metas não estão presentes na argumentação que apoia o cumprimento das mesmas, tendo sido por isso atribuída a pontuação "0". Outras três tiveram a pontuação "1" por não apresentarem medidas concretas. Como se referiu em cima, urge olhar estes dados como indicativos e contrapô-los com informações complementares.

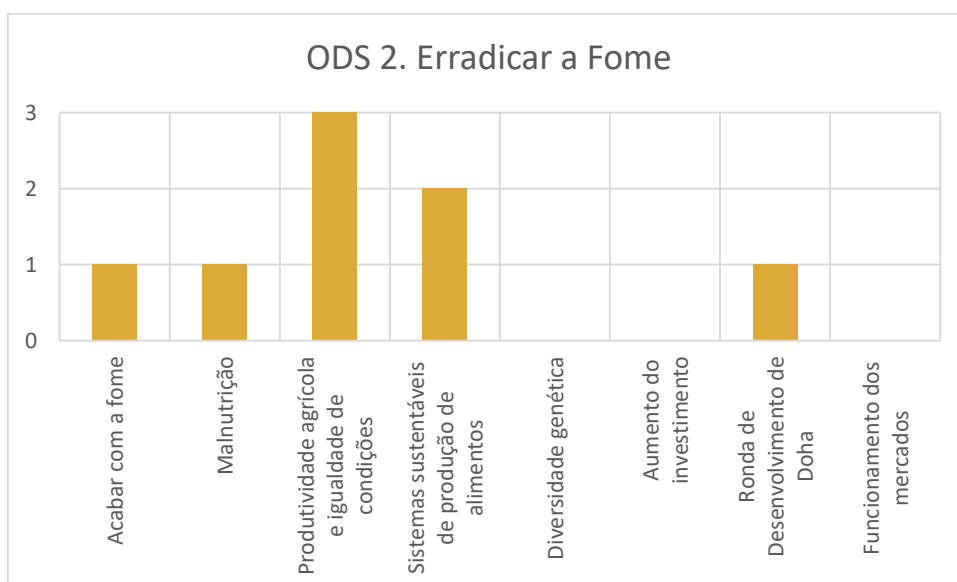


Figura 10 - Pontuação atribuída ao ODS 2. Erradicar a Fome



ODS 3- Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades – Este ODS está bem representado ao longo do documento das GOP’17, apresentando uma média global considerada como elevada, apesar de possuir duas metas onde a pontuação atribuída foi “0”.

Na meta 3.c “Aumento dos profissionais de saúde”, foi atribuída a pontuação “0” pois foram detetadas medidas que vão no sentido contrário ao do cumprimento desta meta, já na meta 3.9 “Redução de mortes devido a poluição”, a mesma pontuação deveu-se ao facto de não terem sido detetadas evidências que suportem o cumprimento da meta.

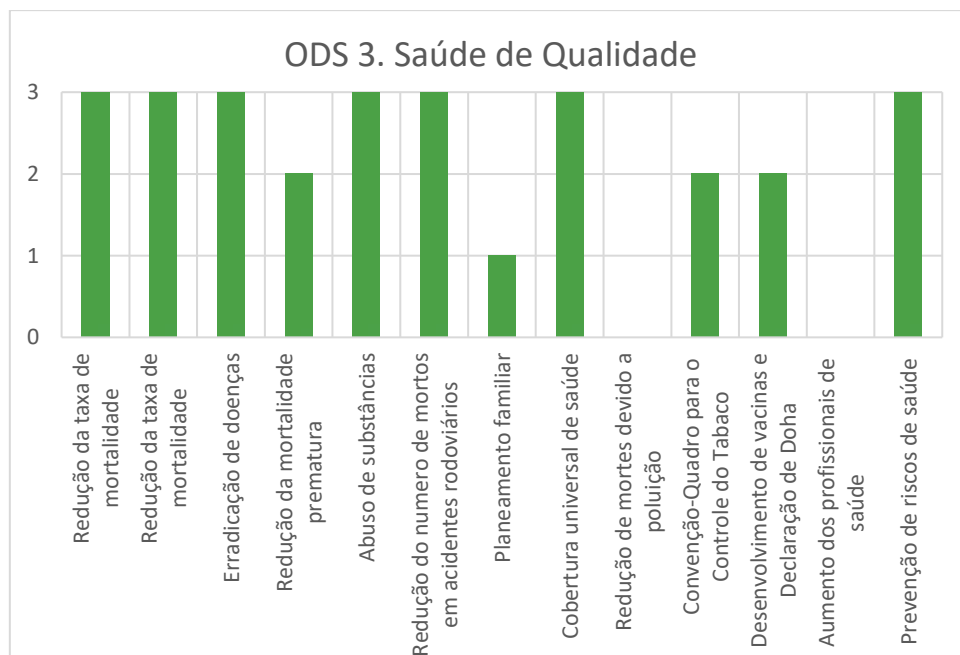


Figura 11 - Pontuação atribuída ao ODS 3. Saúde e Qualidade



ODS 4- Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos – A Educação de Qualidade é outro dos ODS mais bem representados nestas GOP.

A média global é considerada elevada, sendo apenas reduzida pela pontuação “0” atribuída à meta 4.d “Aumento de professores qualificados” por estarem ausentes medidas específicas que indiquem seu cumprimento. De referir que a meta 4.6 “População alfabetizada e com conhecimentos básicos de matemática” obteve a pontuação “1” por falta de medidas específicas para atuar diretamente neste tópico, e que a meta 4.7 “Conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável” obteve a mesma pontuação, pois é referida a intenção de implementar a designada Estratégia de Educação para a Cidadania, embora isto seja um argumento insuficiente para o cumprimento total da meta.

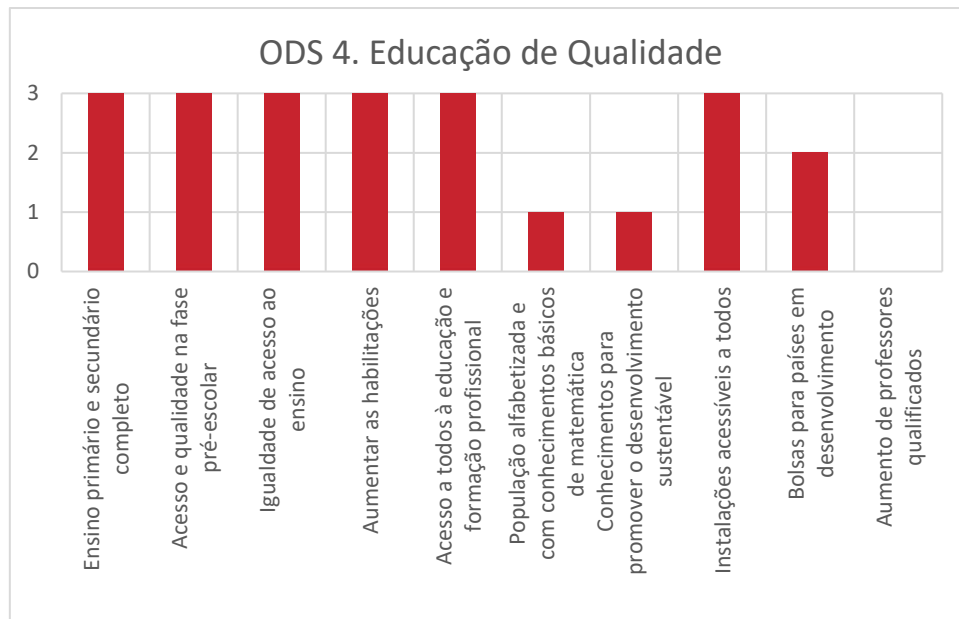


Figura 12 - Pontuação atribuída ao ODS 4. Educação de Qualidade



ODS 5- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas – Na generalidade, este ODS é bem cumprido nas GOP'17. A

igualdade de género é uma temática que possui diversas medidas específicas programadas para 2017. A única pontuação “0” que se regista, referente à meta

5.b “Uso tecnologias de base”, deve-se à falta de argumentos.

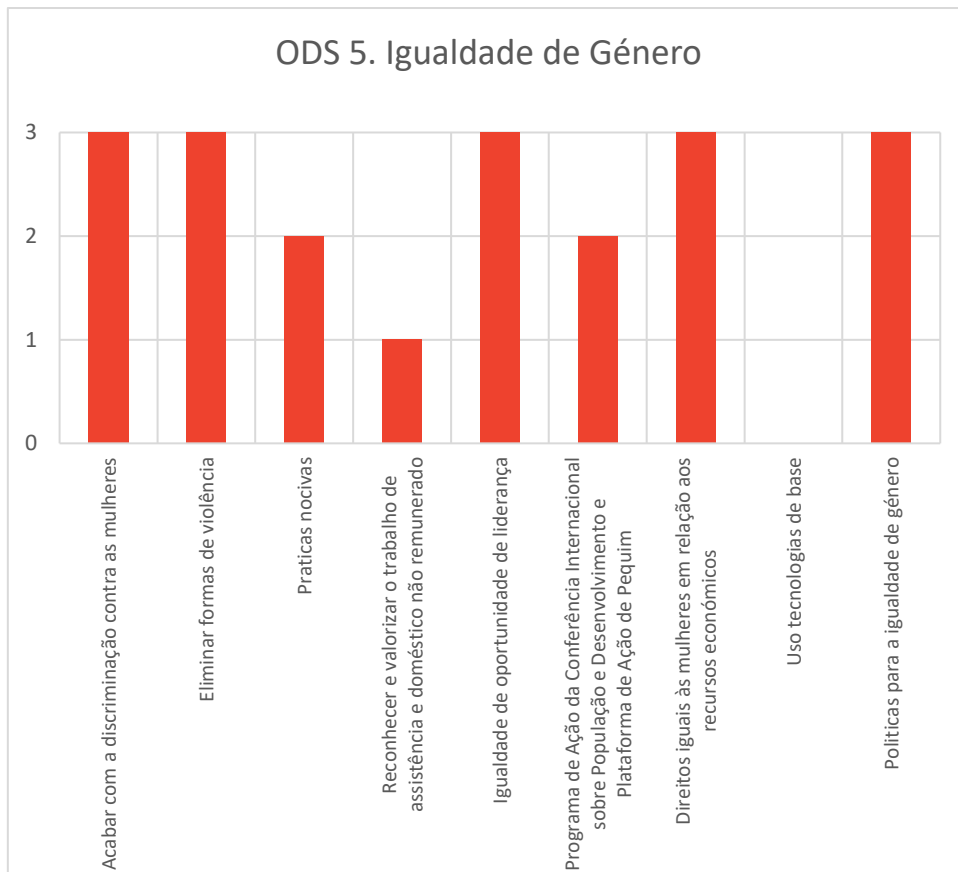


Figura 13 - Pontuação atribuída ao ODS 5. Igualdade de Género



ODS 6- Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e o saneamento para todos – Este ODS é de entre todos os Objetivos aquele que

apresenta maior valor médio global de cumprimento. Apenas uma meta apresenta a pontuação mínima de “0”, que diz respeito a “Apoio ao desenvolvimento”, pontuação essa que foi atribuída pela falta de medidas relacionadas com esta meta nas GOP’17, inclusive após consulta do Plano Nacional da Água (Decreto-Lei nº76/2016) referenciado no documento.

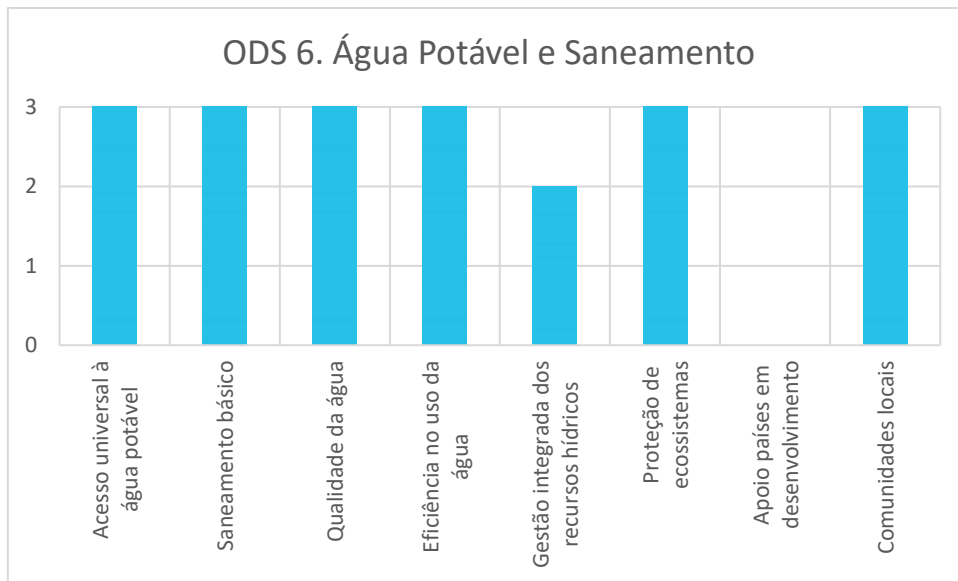


Figura 14 - Pontuação atribuída ao ODS 6. Água Potável e Saneamento



ODS 7- Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos – Este ODS também obteve uma classificação média global elevada. Todas as metas adquiriram a pontuação máxima de “3”, com exceção da meta 7.b “Fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos os países em desenvolvimento”, que obteve a pontuação “0” devido à ausência de argumentos para o seu cumprimento.

com exceção da meta 7.b “Fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos os países em desenvolvimento”, que obteve a pontuação “0” devido à ausência de argumentos para o seu cumprimento.

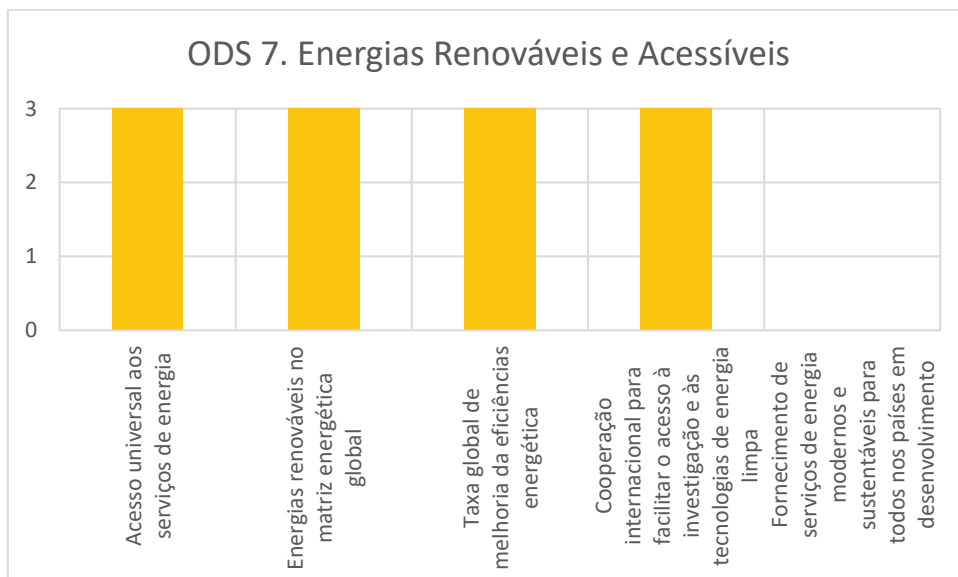


Figura 15 - Pontuação atribuída ao ODS 7. Energias Renováveis e Acessíveis



ODS 8- Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos – O ODS 8 “Trabalho Digno e Crescimento Económico” é bastante abordado nas GOP’17, tendo sido por isso um dos Objetivos que maior valor médio obteve. Pela negativa destaca-se a meta 8.a “Iniciativa de Ajuda para o comércio para os países em desenvolvimento” que obteve pontuação “0” pois não se encontraram referências. Relativamente à meta 8.9 “Políticas para o turismo sustentável”, também foi evidenciado que pelo facto de a ONU ter proclamado 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, as próximas GOP deverão tomar por exemplo ações e medidas baseadas na informação que irá surgir ao longo deste ano, alterando a pontuação atribuída de “2” para “3”.

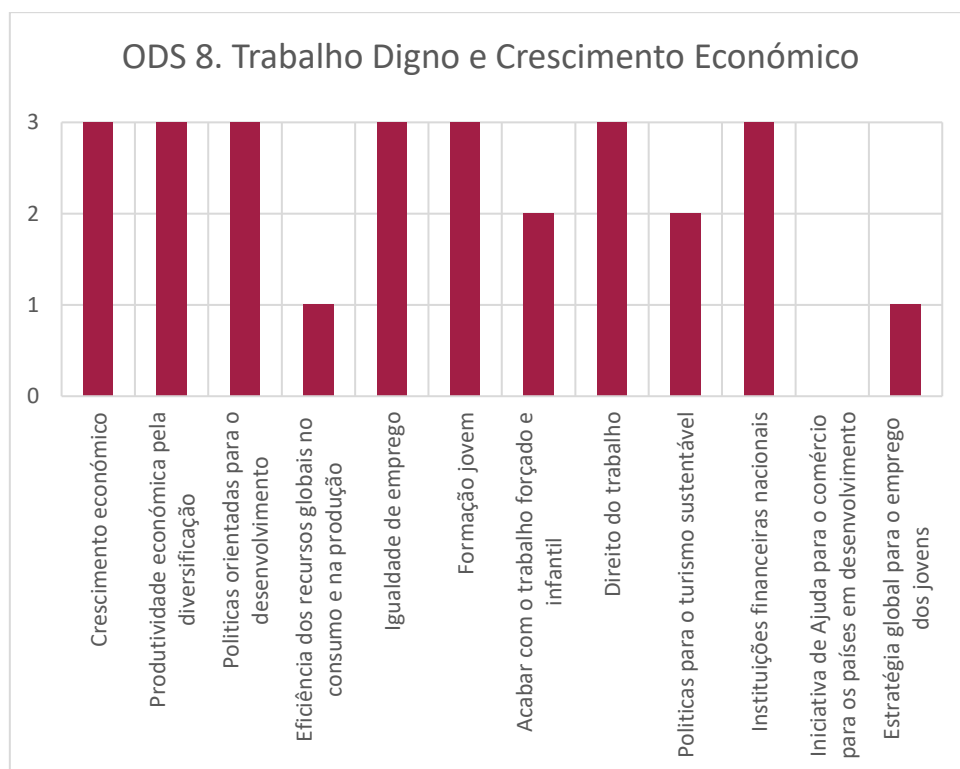


Figura 16 - Pontuação atribuída ao ODS 8. Trabalho Digno e Crescimento Económico



ODS 9- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação – A pontuação média geral deste ODS é considerada razoável. Foram detetadas nas GOP’17 evidências do cumprimento dos Objetivos para todas as respetivas metas, com exceção da meta 9.2 “Industrialização inclusiva e sustentável”, que obteve a pontuação “0” por não terem sido identificadas evidências que suportem o cumprimento da meta.

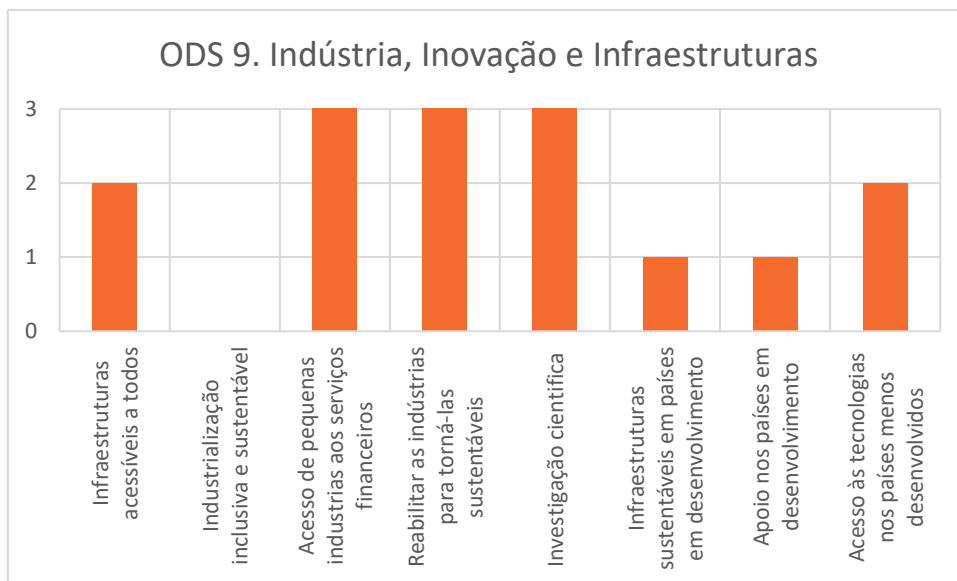


Figura 17 - Pontuação atribuída ao ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestruturas



ODS 10- Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países –

Este ODS possui uma pontuação abaixo da média, altamente influenciada pelas pontuações “0” atribuídas a metade das metas. Isto deve-se ao facto de as metas que tiveram ponderação “3” serem praticamente atingíveis por ações e medidas de carácter nacional, em comparação com as restantes metas onde os requisitos das mesmas são de carácter internacional. Isto porque, nestas GOP’17 não é descrita qualquer forma de apoio internacional no que diz respeito à matéria de Redução de Desigualdades, justificando assim a pontuação atribuída.

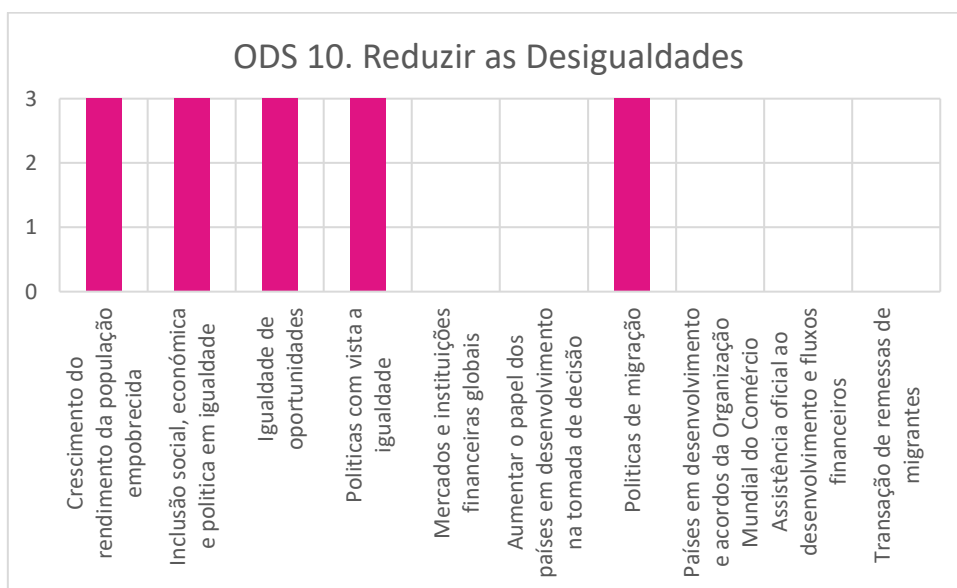


Figura 18 - Pontuação atribuída ao ODS 10. Reduzir as Desigualdades



ODS 11- Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis – O Objetivo “Cidades e Comunidades Sustentáveis” é outro dos ODS com melhor pontuação média obtida. Apenas é importante realçar que uma meta obteve a pontuação “0”, por não terem sido encontradas evidências que suportem o seu cumprimento nas GOP’17.

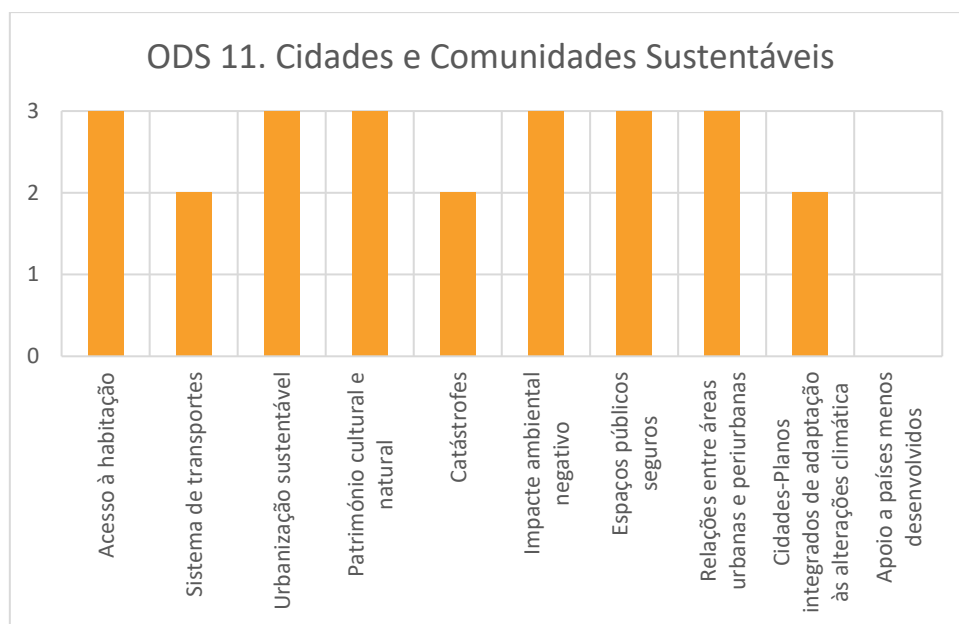


Figura 19 - Pontuação atribuída ao ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis



ODS 12- Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis – Este Objetivo teve uma pontuação acima da média, apesar de possuir algumas metas que não apresentam argumentos que suportem o seu cumprimento. Registam-se duas situações onde as metas obtiveram a pontuação “0”, e uma situação que obteve a pontuação “1”, constituindo assim nos principais objetos depreciativos da pontuação média geral do cumprimento deste ODS nas GOP’17.

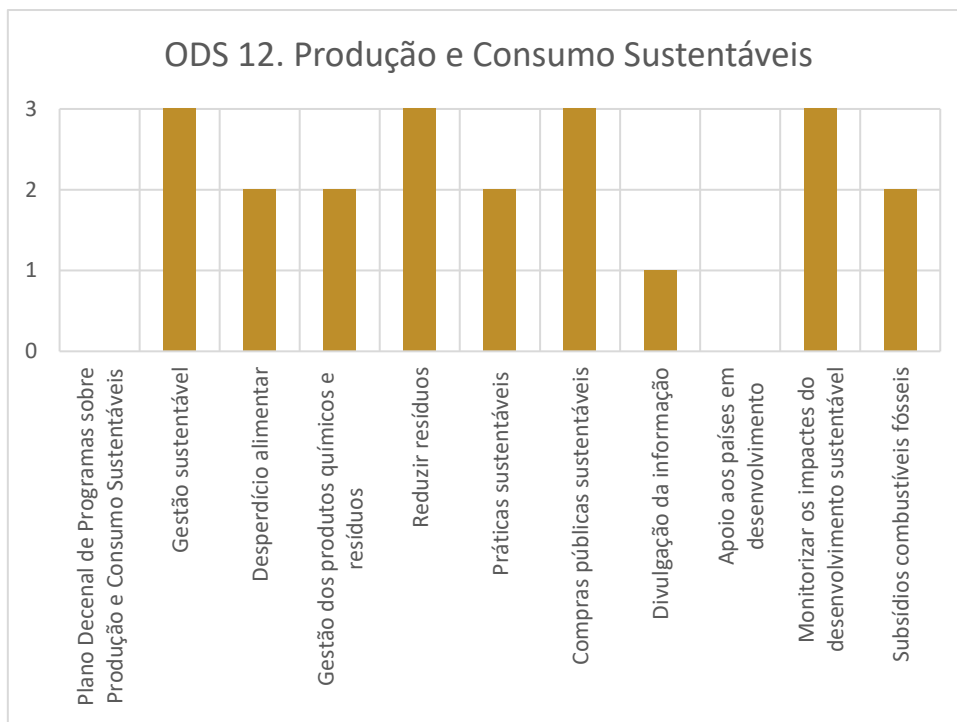


Figura 20 - Pontuação atribuída ao ODS 12. Produção e Consumo Sustentáveis



ODS 13- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

– O ODS 13, relativo a Ação Climática, apresenta uma pontuação considerada baixa. Existem duas metas que se encontram em incumprimento total, tendo obtido por isso a pontuação “0”, são elas: 13.a “Compromisso UNFCCC” e 13.b “Mecanismos para os países menos desenvolvidos e pequenos lidarem com as alterações climáticas”.

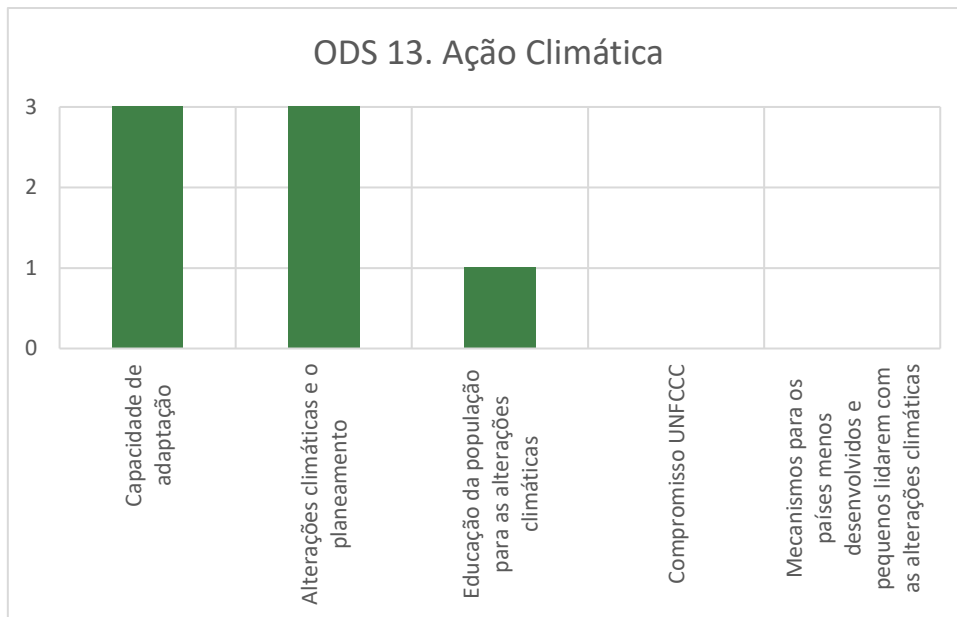


Figura 21 - Pontuação atribuída ao ODS 13. Ação Climática



ODS 14- Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável – O ODS obteve uma

classificação média global mediana. Apesar de o documento das GOP apresentar algumas ações e medidas dirigidas ao seu cumprimento, existem outras circunstâncias que depreciam a pontuação. Registou-se que não existem argumentos que apoiem o cumprimento de duas metas, 14.3 “Acidificação” e 14.7 “Uso sustentável dos recursos marinhos”, logo foi atribuída a pontuação “0” a cada uma delas. Foi ainda registado que a meta 14.a “Melhorar a saúde dos oceanos”, apresenta argumentos que não vão de encontro aos objetivos do seu cumprimento. Tendo em consideração que esta meta procura promover a saúde dos oceanos, é necessário avaliar as medidas das GOP que o prejudicam e o beneficiam. Assim, como foi detetado um argumento potencialmente prejudicial (extração petrolífera), a pontuação desta meta desce ao nível 1, apesar de possuir outros argumentos capazes de atribuir a pontuação “2” ou “3”. Esta questão é sensível e merece atenção redobrada e informação complementar, dada a sua subjetividade.

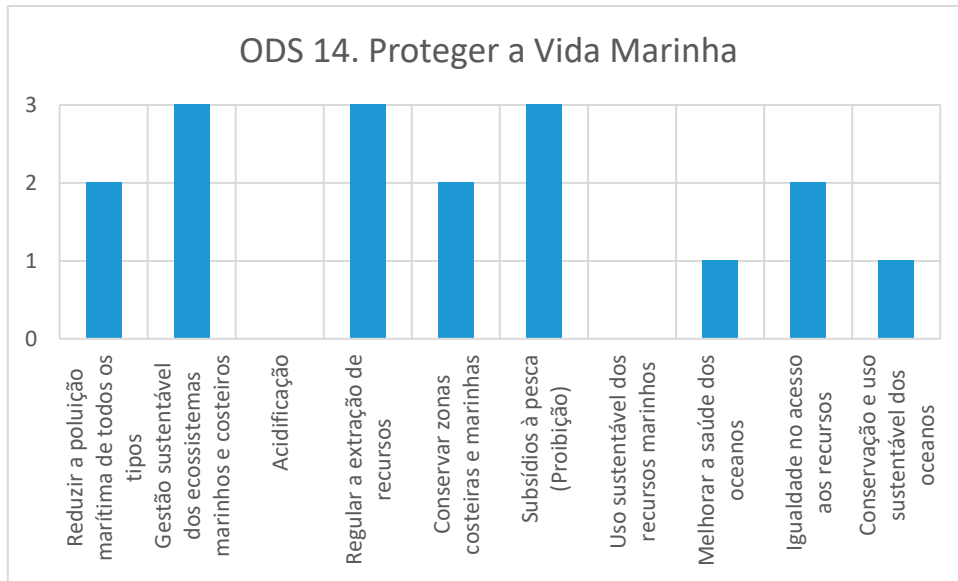


Figura 22 - Pontuação atribuída ao ODS 14. Proteger a Vida Marinha



ODS 15- Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade – Este ODS apresenta uma pontuação média atípica,

motivada pelas 5 incidências onde se regista a pontuação “0”. Em todas as metas onde se verificou esse facto, não foram identificadas ações e medidas no documento das GOP que visam ao cumprimento dos objetivos, justificando assim a pontuação atribuída. Para as restantes metas, registou-se uma elevada correspondência, e por essa razão, apresentam elevadas pontuações.

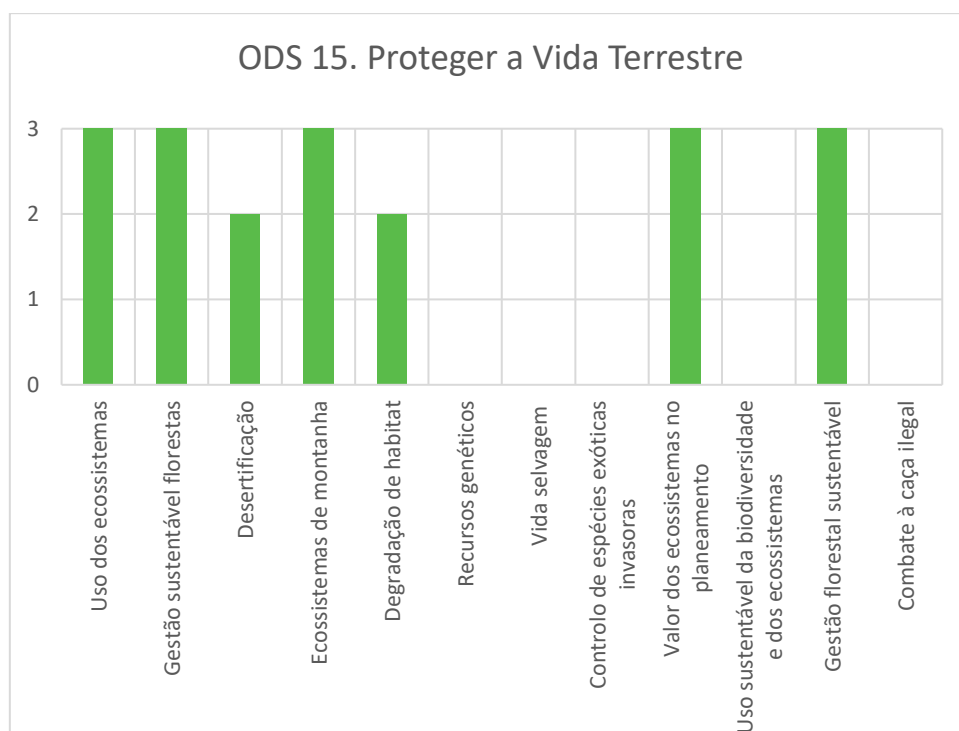


Figura 23 - Pontuação atribuída ao ODS 15. Proteger a Vida Terrestre



ODS 16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

– O ODS 16, relativo à “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” tem uma taxa de cumprimento acima da média. Os principais fatores que provocam um decréscimo nesta classificação são as duas metas onde se regista a pontuação “0”, motivadas pela falta de argumentos favoráveis, e outras duas onde se regista a pontuação “1”, nomeadamente a meta 16.4 “Reduzir fluxos ilegais financeiros”, que se encontra referida de uma forma incompleta no documento das GOP, e a meta 16.b “Desenvolvimento Sustentável”, onde é referida a intenção de desenvolver políticas de cooperação para o desenvolvimento baseadas nos ODS, porém essa intenção não se encontra traduzida em nenhuma medida específica.

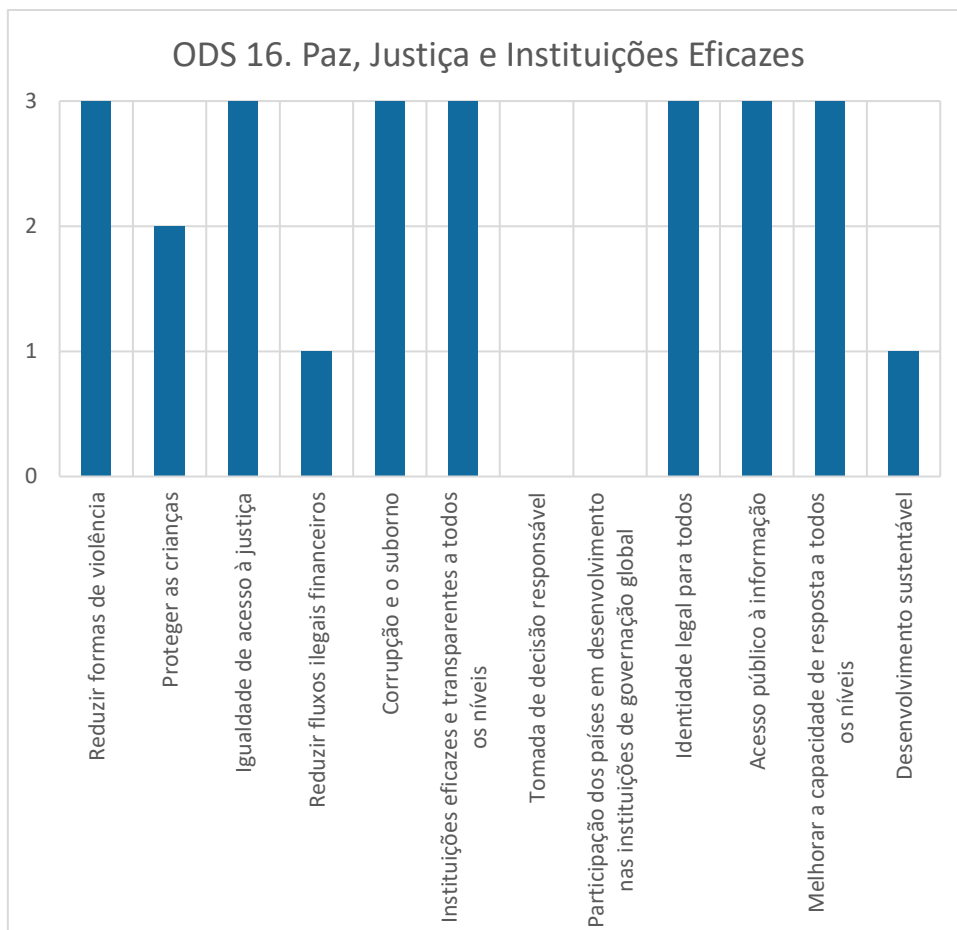


Figura 24 - Pontuação atribuída ao ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes



ODS 17- Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

– Este Objetivo é de todos os ODS aquele que apresenta o maior número de metas atribuídas. Das dezanove metas, cinco não se enquadram no contexto nacional, e por essa razão não foram incluídas nestes cálculos, tendo sido atribuída por isso a classificação “Apreciação sem significado”. São elas: 17.4 “Sustentabilidade da dívida a longo prazo nos países em desenvolvimento”, 17.7 “Difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento”, 17.8 “Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência”, 17.11 “Exportações dos países em desenvolvimento” e 17.12 “Acesso a mercados livres de cotas e taxas”. Para efeitos de cálculo, as referidas metas não são contabilizadas, pelo que o gráfico do ODS não as inclui. Para as restantes metas, houve pontuação atribuída em todas, registando-se seis situações em que a pontuação foi “0”. Estas classificações estão altamente associadas ao facto de nas GOP’17 não estarem previstas medidas de implementação de promoção de investimento para outros países e não estarem previstas medidas de mobilização de recursos ao apoio internacional.

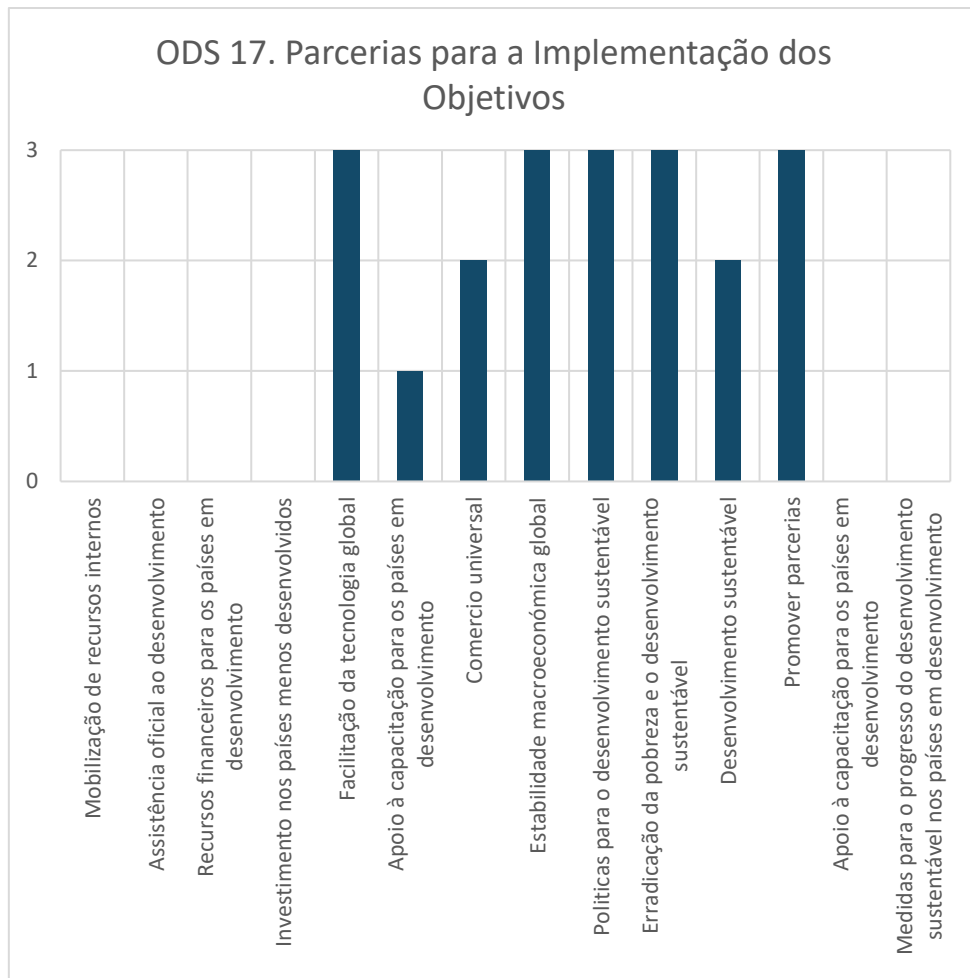


Figura 25 - Pontuação atribuída ao ODS 17. Parcerias para a Implementação dos Objetivos

5.1.3 Identificação de possíveis melhorias

Pela avaliação feita extrai-se que, o principal aspeto a melhorar é apoio internacional sob variadas formas. Foram atribuídas várias pontuações “0” a algumas metas por, de acordo com a metodologia, não refletirem a possibilidade de cumprimento, tendo-se registado que o principal denominador comum é a inexistência de ações e medidas claramente expressas nas GOP com enfoque na prestação de auxílio a países em desenvolvimento. Parte desta realidade é provavelmente esclarecida pela situação socioeconómica portuguesa, que atravessa atualmente um período de recuperação pós crise social e económica. Por essa razão, é compreensível que não haja intenção de despender recursos logísticos e financeiros que corram o risco de agravar a situação nacional. É deste modo necessário investir em políticas que permitam estabelecer ajudas que beneficiem simultaneamente Portugal, e o país parceiro, sem prejuízo para ambas as partes.

É ainda importante sugerir que as medidas e ações presentes nas GOP que poderão eventualmente ser consideradas prejudiciais para o cumprimento dos ODS, deverão ser

reformuladas ou substituídas, uma vez que se afastam dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Relacionando a bibliografia consultada com dados fornecidos, no que diz respeito aos objetivos do Governo em matéria de implementação dos ODS, foi possível identificar que deveria existir um maior compromisso na implementação dos ODS considerados como prioritários para as estratégias do governo, nomeadamente os ODS 9, 10 e 13 que obtiveram pontuações consideradas aquém das expectativas. Desta feita, conclui-se que não há uma relação clara entre os ODS ditos prioritários para Portugal e as pontuações atribuídas.

5.2 Comparação com a avaliação GOP 2016-2019 vs. ODS

Como já foi referido, as GOP 2017 apresentam as ações a serem desenvolvidas durante o ano civil de 2017. Naturalmente poder-se-á subentender que as anteriores estão em linha com as GOP 2016-2019, o que sugere que muitas das ações descritas para 2017, poderão também constar das GOP 2016-2019. No entanto, também é importante referir que, o Orçamento de Estado em paralelo com as GOP de um determinado ano, estão sempre condicionadas ao contexto socioeconómico do país no período de tempo em que esses documentos são redigidos, significando que podem ser adicionadas novas estratégias que não foram tomadas em conta anteriormente. Sobre estas premissas, pode-se fazer uma comparação dos resultados sobre a implementação dos ODS em ambas as GOP, considerando que foram alvo da aplicação da mesma metodologia de avaliação

De forma geral ambas as GOP contemplam diretrizes para o cumprimento das metas específicas dos ODS. Contudo, existem algumas medidas que revelam falta de objetividade e ausência de referências mais diretas, que urge ultrapassar. É importante salientar que grande parte das discrepâncias nas avaliações deve-se à natureza intrínseca de cada uma das GOP, enquanto as GOP 2016-2019 apresentam diretrizes de atuação a médio/ longo prazo, funcionando como linha orientadora para o ano civil associado, as GOP 2017 pretendem ser de aplicação prática de diretrizes/medidas no ano em causa. Além deste facto as GOP 2016-2019 focam-se um pouco em abranger todos os ODS e as GOP 2017 particularizam as diretrizes específicas para determinados objetivos a serem implementadas no ano civil de 2017.

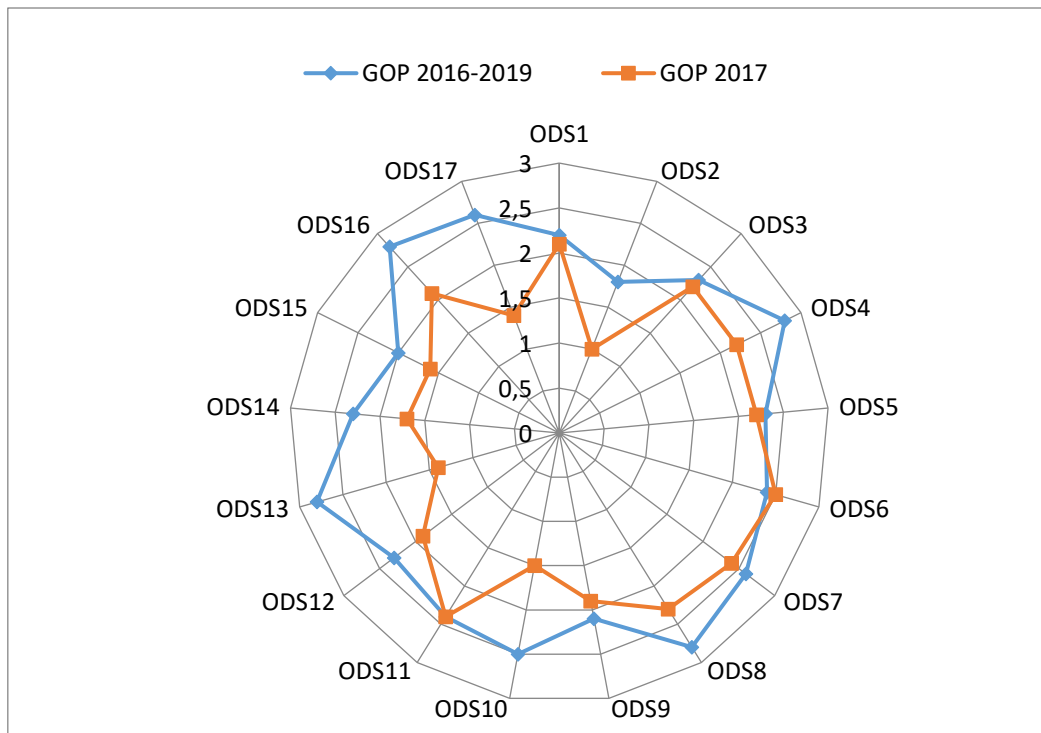


Figura 26 - Pontuação atribuída da transposição de cada ODS nas GOP 2016-2019 e nas GOP 2017. (Fonte: Resende & Ferreira, 2018)

De modo a obter uma perspetiva estatística do cumprimento geral dos ODS nas GOP 2016-2019 e nas GOP'17, recorreu-se ao cálculo dos valores da média, mediana e desvio-padrão. Assim, o valor obtido para as GOP 2016-2019 média foi de 2,4, e para a mediana foi de 2,4 e para as GOP'17 o valor obtido para média foi de 1,9, e para a mediana foi de 2,1. Relativo ao desvio-padrão, as GOP 2016-2019 atingiram um valor de 0,30, e para as GOP'17 o valor foi 0,43. Isto sugere que, para as GOP 2017, as médias de cada ODS, correspondentes aos valores observados, tendem a estar mais distantes da média, em comparação com as GOP 2016-2019. Foi ainda calculado que, a taxa de cumprimento dos ODS nas GOP 2016-2019 foi de 80% e nas GOP 2017 foi de 64%.

5.3 Limitações e dificuldades

A percentagem da taxa de cumprimento foi de 64%. É difícil atribuir um significado real a este valor, uma vez que não existem dados comparativos, quer a nível nacional, onde apenas foi estudado o cumprimento a médio prazo nas GOP 2016-2019, quer a nível internacional. Para total exatidão na comparação e avaliação desta percentagem, a metodologia deste estudo deveria ser aplicada para um período de tempo semelhante, ou seja, no espaço de um ano, e preferencialmente utilizada por diversos países com diferentes níveis de desenvolvimento. Contudo, podemos extrair que o grau de cumprimento global é razoável, considerando o período de tempo em causa, entendendo que existe espaço de manobra para serem aplicadas diversas melhorias em diversos aspetos, num futuro próximo.

Todo o trabalho prático desta dissertação foi, exclusivamente executado pelo seu autor. Esse fator implica algumas fraquezas e vulnerabilidades ao próprio exercício dado o elevado grau de complexidade envolvido. Essa mesma complexidade verifica-se ao nível da interpretação e na sensibilidade que o avaliador tem face a cada um dos ODS, e dependendo das áreas de influência dos mesmos (p.e. Ambiente, Finanças ou Saúde). Em suma, o facto do avaliador não dominar todas as áreas da Agenda 2030, condiciona a interpretação e avaliação de determinados ODS.

5.4 Considerações finais e desenvolvimentos futuros

Através deste exercício, não esquecendo a subjetividade de uma avaliação deste tipo, foi possível concluir que numa perspetiva global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão enquadrados de uma forma positiva nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2017. Porém, verificaram-se algumas situações em que a fraca abordagem e a ausência de argumentação mais profunda referente a uma clara constatação de medidas ou ações, acabaram por ter um impacto direto negativo nas pontuações atribuídas.

Sobre cada ODS, a pontuação atribuída foi bastante heterogénea, refletindo de as áreas em que as GOP'17 visam atuar com maior urgência, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável do país e do mundo.

O ODS 1 - Erradicar a Pobreza, é dos ODS que obteve melhor pontuação. Esse fenómeno torna-se claro se tivermos em consideração que nas GOP'17 existe um bloco de uma Grande Opção focada diretamente sobre esse tema, denominada “Combate à pobreza e desigualdades”. Este tópico descreve diversas políticas a serem postas em prática que vão diretamente ao encontro do cumprimento deste ODS.

Como foi referido, o ODS 2 - Erradicar a Fome é aquele que apresentou pior pontuação durante esta avaliação. A abordagem a esta temática foi praticamente nula, sendo que a própria palavra “fome” foi utilizada como palavra-chave em diversas metas específicas deste ODS, não tendo sido detetada qualquer correspondência à mesma ao longo de todo o documento das GOP'17. Este Objetivo é aquele que carece de maior atenção num futuro próximo, principalmente no que diz respeito ao apoio a ser prestado a nível internacional para com países mais carenciados.

Já o ODS 3 - Saúde de Qualidade é dos ODS melhor contemplados nas GOP'17. Existem diversas medidas associadas às respetivas metas, que garantem o cumprimento das mesmas. Esta relação nasce principalmente do bloco de medidas direcionadas com a área da “Sustentabilidade do Setor da Saúde”, e que estão complementadas na GOP 8. “Reforço da Igualdade e Coesão Social”.

À semelhança do ODS anterior, o ODS 4 - Educação de Qualidade também possui diversas medidas que garantem o seu efetivo cumprimento, e que estão englobadas diretamente na GOP

3. “Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego”.

O ODS 5 - Igualdade de Género alcançou um elevado grau de relação com as GOP’17, tendo a maioria dos argumentos a favor sido extraída a partir do subtópico “Promoção da Igualdade e da não discriminação”, presente na GOP 8. “Reforço da Igualdade e Coesão Social”.

No ODS 6 - Água Potável e Saneamento, foi atingida a maior pontuação registada neste exercício. O elevado grau de cumprimento deve-se sobretudo ao detalhe com que as diversas medidas afetas ao tema foram apresentadas, e quando isso não foi possível, houve referência direta a outro documento onde estava presente informação substancial, o Plano Nacional da Água.

Para o ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis, o grau de cumprimento foi elevado, tendo apenas reduzido a pontuação final o facto de não terem sido detetadas medidas que contemplassem o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para países em desenvolvimento.

Seguidamente procedeu-se à avaliação do ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico. Este ODS teve uma expressão particularmente heterogénea, uma vez que foram registados argumentos em todas as Grandes Opções para o cumprimento das metas dos ODS, garantindo também um elevado grau de cumprimento.

É importante realçar que, no ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas, os fatores que obrigaram a reduzir a sua pontuação para um valor médio, foram a falta de medidas nas GOP’17 que apoiem os países em desenvolvimento.

No ODS 10 - Reduzir as Desigualdades registou-se um acontecimento atípico. As metas que tiveram ponderação máxima, por serem praticamente atingíveis por ações e medidas de carácter nacional que estavam presentes nas GOP’17, contrastam com as restantes metas que obtiveram pontuação mínima, que possuem requisitos de carácter internacional e não têm medidas expressas contempladas no documento. Esta diferença teve um alto impacto na pontuação do ODS, descendo-o para valores abaixo da média.

O ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis teve uma pontuação elevada, largamente suportada por medidas compreendidas em duas Grandes Opções, a GOP 5. “Valorização do Território”, e a GOP 6. “Modernização do Estado”.

A pontuação média obtida pelo ODS 12- Produção e Consumo Sustentáveis, deveu-se em parte à não abordagem no documento das GOP’17 ao apoio aos países em desenvolvimento nesta área, e às abordagens consideradas incompletas ou pouco fundamentadas da maioria das metas específicas dos ODS.

Sobre o ODS 13 - Ação Climática, que obteve uma pontuação baixa, é importante salientar que não foram detetadas evidências relativas à transferência de fundos monetários para o combate às Alterações Climáticas nestas GOP’17, fundos esses que foram acordados na Convenção

Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Também não foram detetadas medidas relacionadas com a promoção de mecanismos para lidar com as alterações climáticas, dirigidos aos países menos desenvolvidos.

O ODS 14 - Proteger a Vida Marinha, fica marcado como o ODS onde se registou um argumento (extração petrolífera) que foi considerado como potencialmente prejudicial ao seu cumprimento, refletindo-se diretamente na pontuação atribuída a uma das suas metas, a saúde dos oceanos. Ressalva-se ainda que, para a meta “Conservar zonas costeiras e marinhas”, após uma breve pesquisa pôde-se constatar que houve uma intenção no passado de cumprir esta meta em pleno, pelo que uma possível melhoria passa por retomar essa iniciativa (à data a cargo da Direção Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos).

Do ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre, foi possível identificar que todos os argumentos favoráveis partiram de uma única Grande Opção, a GOP 5. “Valorização do Território”. No entanto este ODS obteve uma pontuação baixa motivada principalmente pela não abordagem a diversos temas de metas variadas.

Para o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, houve um elevado cumprimento das respetivas metas nas GOP’17, sobretudo através da GOP 6. “Modernização do Estado”. Regista-se ainda a falta de medidas relacionadas com a ampliação da participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global.

Por último, o ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos, registou uma pontuação abaixo da média, motivada pelo facto de nas GOP’17 não estarem previstas medidas de implementação de promoção de investimento para outros países, assim como medidas de mobilização de recursos de apoio internacional.

Em suma, é seguro garantir que as metas dos ODS estão bem presentes em todo o documento das GOP, apesar de se verificar que em alguns casos essa presença é tímida e pouco objetiva. Também é notório que grande parte dos incumprimentos registados se devem à falta de medidas de apoio externo, por parte de Portugal para com outros países menos desenvolvidos, ou seja, o caminho para uma maior afinidade entre o Estado Português e os ODS passará sempre por uma afirmação vincada e explícita de medidas e ações de prestação de auxílio internacional.

É de ressaltar que o presente trabalho constitui uma contribuição indicativa, e não uma avaliação exaustiva, procurando refletir especificamente numa análise comparativa entre GOPs e ODS, sobre os aspetos identificados como relevantes por quem desenvolve esta avaliação. Sendo esta de caráter subjetivo responde logicamente à abordagem do avaliador, pelo que outros, com perspetivas diferentes poderão tirar outras ilações do documento mais extenso de avaliação e complementar estas sugestões.

VI. CONCLUSÕES

Por iniciativa da Organização das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem um reconhecido esforço em trazer o desenvolvimento sustentável às agendas políticas mundiais, procurando dar resposta a diversos problemas cuja resolução é há muito desejada, conforme ficou patente nas agendas que precederam. Este assunto não deve ser encarado de uma forma leviana, uma vez que os valores por detrás do conceito de Desenvolvimento Sustentável estão mais do que nunca sob um escrutínio rigoroso, sendo este conceito a base para toda a Agenda 2030. A falha do cumprimento dos ODS pode traduzir-se numa oportunidade de relançar críticos do desenvolvimento sustentável, e nesta perspetiva, as Nações Unidas e os Governos signatários têm responsabilidades acrescidas.

Portugal, enquanto um dos Estados que subscreve a nova agenda de desenvolvimento, expressa grande entusiasmo na implementação dos ODS, conforme é expresso no “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2017” e nas Grandes Opções do Plano (GOP), instrumento de política que serviu de base de estudo para esta dissertação de tese.

As GOP constituem uma oportunidade única de se encontrar compactadas num único documento as mais importantes estratégias e diretrizes do Estado para o curto-médio prazo, abrangendo todos os setores da sociedade, pelo que se tornaram a ferramenta de política nacional ideal para estudar o cumprimento e a implementação dos ODS.

A aplicação da metodologia gerou dados capazes de concluir que os ODS estão a ser implementados em Portugal de uma forma eficaz, no entanto não é expresso um compromisso claro nas Grandes Opções do Plano de 2017 nesse sentido.

Por fim, considera-se que para obter dados mais rigorosos e precisos, e possibilitar uma análise mais aprofundada baseada em mecanismos de comparação, seria fundamental aplicar esta metodologia a instrumentos de política semelhantes noutros países signatários da Agenda 2030; o progresso poderia constituir uma oportunidade de identificar pontos comuns onde é necessário focar a implementação de determinadas metas dos ODS.

Conclui-se também que este exercício é acrescido de um elevado grau de complexidade, e está sujeito a algumas vulnerabilidades, uma vez que está subjacente que a interpretação e o tato para cada meta a ser avaliada depende sempre da sensibilidade e da perceção da própria pessoa que aplica a metodologia. Desta feita, conclui-se que a replicação deste exercício seja executada não só por uma pessoa, mas por uma equipa de especialistas dedicada a cada área dos ODS.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA. (2007a). SIDS – Sistema de Indicadores de desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://www.apambiente.pt/_cms/view/page_doc.php?id=307.
- APA. (2017). Relatório do Estado do Ambiente Portugal 2016. Agência Portuguesa do Ambiente, 82. Disponível em: <https://rea.apambiente.pt/>
- APA (2018, março). Desenvolvimento Sustentável. Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>.
- Batalhão, A. C. S., Teixeira, D., & Godoi, E. L. (2017). The Barometer of Sustainability as a Monitoring Tool of the Sustainable Development Process in Ribeirão Preto, Brazil. *Journal of Environmental Science and Engineering A*, 6(3), 120–126. <https://doi.org/10.17265/2162-5298/2017.03.002>
- Brundtland, G. H. (1987). Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development. *United Nations Commission*, 4(1), 300. <https://doi.org/10.1080/07488008808408783>
- Camões I.P. (2018, março). Cooperação para o desenvolvimento. Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Camões Instituto da Cooperação e da Língua. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030>
- CIG (2017, março). Presidência do Conselho de Ministros - Comissão para a cidadania e igualdade de género. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/>.
- Council of Europe (2017, fevereiro). Istanbul Convention - Action against violence against women and domestic violence. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/istanbul-convention/text-of-the-convention>.
- Direção Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos (2017, fevereiro). Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt>.
- DGA. (2000). SIDS-Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável. *Direcção Geral Do Ambiente*, 228.
- DGS. (2017, fevereiro). Plano Nacional de Saúde. Direção Geral de Saúde. Disponível em: <http://pns.dgs.pt>.
- DR 109/2007. (2007). Diário da República nº109/2007 de 20 de Agosto.
- Giddings, B., Hopwood, B., & Brien, G. O. (2002). and Society: Fitting Them. *Sustainable Development*, 196(10), 187–196. <https://doi.org/10.1002/sd.199>
- Ferreira, Filipa (2016). Relatório: Avaliação da conformidade entre as Grandes Opções do Plano

(GOP) para 2016-2019 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 da ONU.

- Hansmann, R., Mieg, H. A., & Frischknecht, P. (2012). Principal sustainability components: Empirical analysis of synergies between the three pillars of sustainability. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 19(5), 451–459. <https://doi.org/10.1080/13504509.2012.696220>
- Hopwood, B., Mellor, M., & Brien, G. O. (2005). Sustainable Development - Mapping Different Approaches - 2009.pdf (Обект application/pdf). Wiley Interscience, 52, 38–52. <https://doi.org/10.1002/sd.244>
- IBK (2018, abril). Projekt-Check. Internationale Bodensee Konferenz. Disponível em: <http://www.bodenseekonferenz.org/projektcheck>.
- IED. (2008). Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- INE. (2017). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=289421310&att_display=n&att_download=y.
- INE. (2018, abril). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Portal INE. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_dossie_idsustentavel
- IPAD. (2010). Contribuição de Portugal para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Relatório de 2009. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- Jessinghaus, J. (2007). Contribution to Beyond GDP „Virtual Indicator Expo“: MDG Dashboard of Sustainability. International Conference on “Beyond GDP: Measuring Progress, True Wealth, and the Well-Being of Nations,” 1–4.
- Johnston, P., Everard, M., Santillo, D., & Robèrt, K.-H. (2007). Reclaiming the definition of sustainability. *Environmental Science and Pollution Research International*, 14(1), 60–66. <https://doi.org/10.1065/espr2007.01.375>
- Lozano-Ros, R. (2003). Sustainable Development in Higher Education Incorporation, assessment and reporting of sustainable development in higher education institutions, (October), 1–157.
- Lozano, R. (2008). Envisioning sustainability three-dimensionally. *Journal of Cleaner Production*, 16(17), 1838–1846. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.02.008>
- Ministério da Economia (2017, fevereiro). Indústria 4.0. Disponível em: <http://www.industria4-0.cotec.pt/>.
- ONU. (1972). Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano –

1972. Declaração de Estocolmo, 13.
- ONU. (2015). Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Centro de Informação Regional Das Nações Unidas Para a Europa Ocidental. Disponível em: http://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf
- ONU (2018, março). Objectivos de Desenvolvimento do Milenio actualidade. Centro de Informação Regional Das Nações Unidas Para a Europa Ocidental. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>
- Paull, J. (2013). The Rachel Carson letters and the making of silent Spring. SAGE Open, 3(3), 1–13. <https://doi.org/10.1177/2158244013494861>
- PORDATA (2017, fevereiro). Limiar de Pobreza Nacional, atual. 2016-12-20. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>.
- PORDATA (2017, março). Número de mortos e feridos relacionados com acidentes rodoviários, atual. 2017-02-13. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Acidentes+de+via%C3%A7%C3%A3o+com+v%C3%ADtimas++feridos+e+mortos+++Continente-326>.
- PORDATA (2017, março). Óbitos prematuros relacionados com doenças, atual. 2017-03-01. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Portugal/%C3%93bitos+por+algumas+causas+de+morte+\(percentagem\)-758](http://www.pordata.pt/Portugal/%C3%93bitos+por+algumas+causas+de+morte+(percentagem)-758).
- PORDATA (2017, fevereiro). População em Risco de pobreza, atual. 2016-10-20. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-2330](http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+em+risco+de+pobreza+total+e+por+sexo+(percentagem)-2330).
- PORDATA (2017, fevereiro). Taxa de analfabetismo, atual. 2015-06-26. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>.
- PORDATA (2017, fevereiro). Taxa de mortalidade materna em Portugal, atual. 2016-11-02. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+mortalidade+materna-619>.
- PORDATA (2017, fevereiro) Taxa de mortalidade perinatal e neonatal, atual. 2016-11-02. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+mortalidade+perinatal+e+neonatal-529>.
- Prescott-Allen, R. (1995). The Barometer of Sustainability. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/14050/102575.pdf?sequence=1>.
- Prescott-Allen, R. (1997). Barometer of Sustainability Measuring and communicating wellbeing and sustainable development. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/54761/IDL-54761.pdf?sequence=1>.

- Resende, R. de C., & Ferreira, F. (2018). Relatório Análise comparativa das conformidades das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016-2019 e das GOP 2017 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 da ONU.
- Scipioni, A., Mazzi, A., Mason, M., & Manzardo, A. (2009). The Dashboard of Sustainability to measure the local urban sustainable development: The case study of Padua Municipality. *Ecological Indicators*, 9(2), 364–380. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2008.05.002>
- Stavins, R. N., Wagner, A. F., & Wagner, G. (2003). Interpreting sustainability in economic terms: Dynamic efficiency plus intergenerational equity. *Economics Letters*, 79(3), 339–343. [https://doi.org/10.1016/S0165-1765\(03\)00036-3](https://doi.org/10.1016/S0165-1765(03)00036-3)
- UNCED. (1992). Earth Summit'92. The UN Conference on Environment and Development. Reproduction, Rio de Jan(June), 351. <https://doi.org/10.1007/s11671-008-9208-3>
- UN (1997). A/RES/S-19/2 - Programme for the Further Implementation of Agenda 21. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&nr=319&type=111&menu=35>
- UN (2017, fevereiro). 2017 International Year of Sustainable Tourism for Development. Disponível em: <http://www.tourism4development2017.org/>.
- UN (2015). Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf.
- UNRIC (2016). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável - 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pt_pages.pdf.
- Van Bellen, H. M. (2004). Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 67–87. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100005>
- Wackernagel, M., & Yount, J. D. (1998). The ecological footprint: An indicator of progress toward regional sustainability. *Environmental Monitoring and Assessment*. <https://doi.org/10.1023/A:1006094904277>
- White, M. A. (2013). Sustainability: I know it when I see it. *Ecological Economics*, 86, 213–217. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.12.020>
- Wilderer, P. A. (2007). Sustainable water resource management: The science behind the scene. *Sustainability Science*, 2(1), 1–4. <https://doi.org/10.1007/s11625-007-0022-0>
- XXI Governo – República Portuguesa (2017, março). Documentos de Consulta Pública sobre a Reforma das Florestas. Disponíveis em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/consultas-publicas/consultas-legislativas-encerradas/cm-florestas.aspx>.

Bibliografia de Legislação

Constituição da República Portuguesa (2005). VII Revisão Constitucional. Disponível em:
<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.

Decreto Lei nº 221/97 de 20 de Agosto do Ministério do Ambiente. Diário da República n.º 191/1997, Série I-A de 1997-08-20 [Consultado a 02 jan. 2017]. Disponível em:
<https://dre.tretas.org/dre/84792/decreto-lei-221-97-de-20-de-agosto>.

Decreto Lei nº 76/2016 de 9 de Novembro de 2016 de Ambiente. Plano Nacional da Água. Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09 [Consultado a fev. 2017]. Disponível em:
https://dre.pt/home/-/dre/75701996/details/maximized?p_auth=aEW1xUPx.

Lei n.º 41/2016 de 28 de Dezembro de 2016 da Assembleia da República. Grandes Opções do Plano para 2017. Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28 [Consultado a 02 jan. 2017]. Disponível em: <http://data.dre.pt/eli/lei/41/2016/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro de 2016 da Assembleia da República. Orçamento do Estado para 2017. Diário da República n.º 248/2016, Série I de 2016-12-28 [Consultado a 02 jan. 2017]. Disponível em: <http://data.dre.pt/eli/lei/42/2016/p/dre/pt/html>.

VIII. ANEXOS

ANEXO I – Tabela de Correspondência GOP'17 vs. ODS

| Metas | Objetivos principais da Meta | Descrição da Meta | Pontuação | Argumentos | Palavras Chave | Comentário da Pontuação |
|-------|--|---|-----------|--|-------------------------------|--|
| 1.1 | Erradicar a pobreza | Erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e Coesão Social , Combate à pobreza e desigualdades "O combate às situações de pobreza e desigualdade foi já iniciado em 2016, nomeadamente através do reforço das prestações sociais direcionadas para situações de pobreza extrema, famílias com crianças, idosos e trabalhadores de baixos rendimentos (...)" (p. 4872) | Pobreza; Extrema; Rendimento; | Segundo dados do PORDATA, para o período de referência dos dados de 2015, o limiar de pobreza em Portugal é de 14,43€/dia (5 268/ano). Este valor é o mais alto desde 2007, pelo que se considera que a meta está a ser cumprida |
| 1.2 | Reduzir para metade a população que vive na pobreza | Reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e Coesão Social , Combate à Pobreza e Desigualdades "O Governo prosseguirá em 2017 uma estratégia de combate à pobreza, adotando uma abordagem integradora e articulada de diversas medidas setoriais, que se devem complementar, potenciando sinergias e apostando em medidas de proximidade"(p.4872) | Pobreza; Desigualdades | Segundo dados do PORDATA (Última atualização: 2016-10-20), existem 26,6% de pessoas em risco de pobreza. No documento das GOP não existe uma medida específica para o cumprimento da meta, no entanto há intenção evidente de combater a pobreza em diversos cenários. |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|--|---|--|
| 1.3 | Medidas e sistemas de proteção social | Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis? | 2 | O combate às situações de pobreza e desigualdade foi já iniciado em 2016, nomeadamente através do reforço das prestações sociais direcionadas para situações de pobreza extrema, famílias com crianças, idosos e trabalhadores de baixos rendimentos, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> ● A atualização dos montantes do Abono de Família e o aumento da majoração do abono de família para as famílias monoparentais, abrangendo 1,1 milhões de crianças e jovens; ● O aumento do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI), situando-o no limiar da pobreza; ● A alteração da escala de equivalência e a reposição parcial do valor de referência do Rendimento Social de Inserção (RSI); ● A atualização das pensões dos regimes contributivos e não contributivos com base na legislação aplicável que se encontrava suspensa; ● A atualização da bonificação por deficiência e o aumento do montante mensal do subsídio por assistência à 3.ª Pessoa; ● A nova medida dirigida aos desempregados que mantêm as condições de acesso ao subsídio social de desemprego 12 meses após o seu término. | Medidas; Políticas; Proteção Social; Pobreza | Existem diversas medidas a ser implementadas que transitam do ano anterior, logo a meta não é abrangida na totalidade |
| 1.4 | Igualdade de acesso | Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e Coesão Social "A redução de desigualdades através da elevação do rendimento disponível das famílias, atuando ao nível da reposição e melhoramento contínuo dos apoios que garantem os mínimos sociais aos cidadãos mais vulneráveis (Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos); da reposição das regras de atualização das pensões e, em 2017, de uma atualização extraordinária das mesmas; do aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida e de medidas que reponham e melhorem outras prestações sociais, designadamente através do descongelamento do Indexante de Apoios Sociais, acompanhadas de uma maior justiça fiscal e de maior igualdade salarial de género (...)" (p.4869-4870) | Pobreza; Desigualdade; Rendimento | No documento das GOP é claramente estabelecida uma meta que apoia os objetivos definidos por esta meta dos ODS |
| 1.5 | Reduzir a exposição dos grupos vulneráveis aos fenómenos extremos | Aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais | 1 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social "● A redução das desigualdades através do combate à pobreza e à exclusão social, ativando medidas com foco particular nos grupos mais vulneráveis e em especial nas crianças e jovens, tendo em conta não só a elevada incidência da pobreza infantil, mas igualmente a vulnerabilidade acrescida dos agregados familiares com crianças" (p. 4869) | Resiliência; Pobreza; Vulnerabilidade; Fenómenos extremos | A meta não é descrita totalmente no documento das GOP, e não são referidas medidas concretas para o cumprimento da mesma |
| 1.a | Mobilização de recursos | Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo "No que respeita à cooperação portuguesa, definido o novo modelo de atuação, mais eficaz, coerente e adaptado ao novo paradigma desenvolvido na Agenda 2030, é essencial continuar a diversificar as fontes de financiamento, as parcerias e as modalidades de execução, bem como reforçar a coordenação entre os diferentes atores comprometidos com a ajuda ao desenvolvimento (...)" (p.4839) | Cooperação; Pobreza; Recursos; Países em desenvolvimento | Existe uma referência vaga à cooperação de Portugal, no entanto não é descrita uma medida específica nem os diretos destinatários desta cooperação |

| | | | | | | |
|-----|------------------------|--|---|---|--|--|
| | | países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões. | | | | |
| 1.b | Enquadramento político | Criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis às questões da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. | 2 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social "● A redução das desigualdades através da promoção do acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, articulando as atuações na área da saúde, educação e demais serviços, e reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e à garantia da dignidade humana;" (p. 4869) | Políticas; Estratégias; Desenvolvimento; Pobreza; Investimento | A meta é apenas cumprida parcialmente pois não existem medidas para o contexto internacional descritas nas GOP |
| 2.1 | Acabar com a fome | Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano? | 1 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social A Promoção da saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "● Promover medidas de prevenção do tabagismo, de alimentação saudável, de promoção da atividade física (...)" (p.4870) | Fome; Pobreza; Alimentação; Nutrição | Não há evidências de cumprimento de grande parte da meta. No documento das GOP apenas é referida a intenção de promover a alimentação saudável, e não é abordada a questão da fome ou erradicação da mesma |
| 2.2 | Malnutrição | Acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosa? | 1 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social A Promoção da saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "● Promover medidas de prevenção do tabagismo, de alimentação saudável, de promoção da atividade física (...)" (p.4870) | Malnutrição; Saúde; Nanismo; Caquexia; Nutrição | Ao longo do documento nas GOP, não é possível identificar medidas ou ações relacionadas com as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia, pelo que a meta dos ODS está incompleta |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|---|--|---|
| 2.3 | Produtividade e agrícola e igualdade de condições | Duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola? | 3 | <p>GOP 5 Valorização do Território, Promover a Coesão Territorial "● A aquicultura e a pesca enquanto motores da inovação sustentável para uma maior produtividade, assegurando o acesso do tecido empresarial das pescas e aquicultura a financiamento em condições competitivas, através do programa operacional MAR2020, já em pleno funcionamento desde junho de 2016, e protocolos com instituições bancárias via IFAP, criando uma Rede Nacional de Circuitos Comerciais Curtos e criando modelos de negócios inovadores da pesca e aquicultura sustentáveis e implementando medidas de simplificação administrativa e ordenamento das áreas para aumento de produção aquícola;"(p. 4853)</p> <p>"A melhoria do desempenho na atividade agrícola encontra-se associada ao desenvolvimento de condições infraestruturais e de contexto que garantam, simultaneamente, a competitividade dessa atividade e a sustentabilidade do desenvolvimento rural. Para tal, importa, para além da aceleração da execução do PDR 2020, desenvolver os investimentos necessários à requalificação e expansão da rede de regadio nacional, enquanto elementos estruturantes quer de uma agricultura competitiva e sustentável, quer de territórios rurais com futuro, combatendo a desertificação e assegurando a fixação das populações, assente na dinamização económica da atividade agrícola." (p.4854)</p> | Agricultura; Pesca; Produtividade | Apesar de não estar estabelecida uma meta quantitativa nestas GOP, é possível identificar que há forte intenção em cumprir a meta em pleno pelas medidas apresentadas |
| 2.4 | Sistemas sustentáveis de produção de alimentos | Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo? | 2 | <p>GOP 5 Valorização do Território, Promover a Coesão Territorial "● Promover a adoção de sistemas de valorização de qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios, de modos de produção sustentáveis e dos produtos tradicionais, em complementaridade com outras atividades em meio rural" (p. 4854)</p> | Desenvolvimento Rural; Produção; Alterações Climáticas | A resiliência e vulnerabilidade da agricultura a fenómenos extremos não é abordada ao longo do documento das GOP, logo a meta é cumprida parcialmente |
| 2.5 | Diversidade genética | Manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respetivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal | 0 | | Diversidade genética; Animais; Plantas | No documento das GOP, a diversidade genética não é referida nem possui medidas e ações relacionadas com o tema |

| | | | | | | | |
|-----|---|--|---|---|--|--|---|
| | | como acordado internacionalmente? | | | | | |
| 2.a | Aumento do investimento | Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos? | 0 | | | Investigação; Produção Agrícola; Desenvolvimento Rural; Cooperação; Global | Não foram detetadas evidências relacionadas com a cooperação e investimento na produção agrícola internacional |
| 2.b | Ronda de Desenvolvimento de Doha | Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha? | 1 | GOP 5 Valorização do Território . Promover a Coesão Territorial "• Um território interior + competitivo, alargando as capacidades de desenvolvimento dos territórios rurais, potenciando as estratégias de valorização dos recursos endógenos e a atratividade, fortalecendo uma economia competitiva dirigida aos mercados locais, nacionais e internacionais." (p. 4855) | | Comércio; Mercados; Agricultura; Exportação; ; Importação; Ronda de Desenvolvimento de Doha | A meta possui algumas medidas direcionadas ao seu cumprimento, no entanto não é referido no documento das GOP a estreita relação com a Ronda do Desenvolvimento de Doha |
| 2.c | Funcionamento dos mercados | Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos? | 0 | | | Mercados; Matéria-prima; Agricultura; Informação; Alimentos | Não foram identificadas medidas relacionadas com esta meta |

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|--|---|
| 3.1 | Redução da taxa de mortalidade | Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nados-vivos? | 3 | | Mortalidade materna; Global; Taxa | Não foram encontradas evidências relacionadas com a temática, no entanto, após consulta de dados, foi possível constatar que esta meta já foi atingida por Portugal |
| 3.2 | Redução da taxa de mortalidade | Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nados-vivos? | 3 | | Mortalidade Infantil; Mortalidade Neonatal | Não foram encontradas evidências relacionadas com a temática, no entanto, após consulta de dados, foi possível constatar que esta meta já foi atingida por Portugal |
| 3.3 | Erradicação de doenças | Acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção do Acesso a Bens e Serviços Públicos de Primeira Necessidade - A Promoção da saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "● Reforçar a vigilância epidemiológica, da promoção da saúde, da prevenção primária e da prevenção secundária; ● Revitalizar o Programa de Controlo das Doenças Transmissíveis;" (p. 4870) | Epidemia; Sida; Doenças transmissíveis | Existem fortes evidências do cumprimento desta meta, considerando que a informação em falta se encontra disponível no Plano Nacional de Saúde, que é também referido no documento das GOP |
| 3.4 | Redução da mortalidade prematura | Reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar? | 2 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção do Acesso a Bens e Serviços Públicos de Primeira Necessidade- Saúde "● Reforçar a componente de saúde mental (...) ● Reforçar a capacidade dos cuidados de saúde primários (através do apoio complementar em áreas como a saúde mental, psicologia, oftalmologia, obstetria, pediatria e medicina física e de reabilitação) " (p. 4870) | Mortalidade prematura; Prevenção; Tratamento ; Saúde Mental | A mortalidade prematura não é abordada no documento das GOP, no entanto as medidas complementares a esta meta são todas abordadas |
| 3.5 | Abuso de substâncias | Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção do Acesso a Bens e Serviços Públicos de Primeira Necessidade- Saúde "● Desenvolver uma estratégia integrada de intervenção na área da dependência (...) ● Promover medidas de prevenção do tabagismo, de alimentação saudável, de promoção da atividade física e de prevenção do consumo de álcool e demais produtos geradores de dependência;"(p. 4870-4871) | Prevenção; Álcool; Droga; Tratamento | A meta é bem descrita no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|--|
| 3.6 | Redução do número de mortos em acidentes rodoviários | Reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários? | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de Segurança Modernas e Eficazes "● Plena execução do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (2016-2020): ○ Instalação e ampliação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade e reforço de meios das Forças de Segurança; (...) ○ Cooperação com os municípios portugueses na elaboração de planos municipais e intermunicipais de segurança rodoviária e nas avaliações técnicas das áreas de concentração de acidentes."(p. 4863) | Prevenção Rodoviária; Acidentes; Mortos; Feridos | Existem medidas específicas para reduzir a sinistralidade rodoviária, e por consequência o número de mortos e feridos na estrada. Após consulta dos dados, esses números têm vindo a reduzir ao longo dos últimos anos, logo a meta esta a ser cumprida em pleno |
| 3.7 | Planeamento familiar | Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais? | 1 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Saúde "A redução das desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde: ● Diferenciando positivamente os cidadãos mais vulneráveis, mulheres em idade fértil, crianças, pessoas idosas carenciadas, em situação de dependência e com doença rara" (p. 4870) | Serviços; Saúde; Reprodução; Informação; Educação | Não foram detetadas medidas específicas relacionadas com a meta. A intenção de salvaguardar as mulheres em idade fértil pode ser associada a esta meta, no entanto não há objetivos traçados para o cumprimento da mesma |
| 3.8 | Cobertura universal de saúde | Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da Saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "A estratégia descrita para o setor da saúde visa dar uma resposta positiva que garanta, nos mais diversos níveis de prestação, o acesso de toda a população a cuidados de saúde de qualidade."(p. 4870) | Acesso à Saúde; Medicamentos; Vacinação; Incentivos | A meta é bem descrita e abordada no documento das GOP |
| 3.9 | Redução de mortes devido a poluição | Reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo? | 0 | | Mortalidade; Químicos; Poluição; Ar; Água; Solo | Não foram detetadas referências a esta meta nem medidas ou objetivos associados |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|---|--|---|
| 3.a | Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco | Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado? | 2 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , A Promoção da saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "●Promover medidas de prevenção do tabagismo, de alimentação saudável, de promoção da atividade física e de prevenção do consumo de álcool e demais produtos geradores de dependência;" (p. 4870) | Tabaco; Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco | Existem medidas relacionadas com a prevenção do consumo de tabaco, no entanto não foi detetada uma relação direta com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco |
| 3.b | Desenvolvimento de vacinas e Declaração de Doha | Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento? Proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos? | 2 | GOP 6 Modernização do Estado , Um Estado Mais Simples e Mais Próximo "● Estimular a investigação e a produção nacional no setor medicamento." (p. 4860); GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da Saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "Apoiar a investigação científica nas suas vertentes clínicas, de saúde pública e, em especial, de administração de serviços de saúde, criando mecanismos específicos de financiamento"(p. 4870); GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Sustentabilidade do Setor da Saúde "● Implementação de medidas de política do medicamento e dos dispositivos médicos de base estratégica, tendo em vista o estabelecimento de acordos plurianuais para o acesso à inovação terapêutica disruptiva, reforço das quotas de mercado de medicamentos genéricos e biossimilares;"(p. 4871); | Investigação; Medicamentos; Vacinação; Declaração de Doha | Considera-se que esta meta está indiretamente incluída no documento das GOP, na medida que, apesar de não ser evidenciado, os resultados da investigação de medicamentos e vacinas são partilhados com os outros países |
| 3.c | Aumento dos profissionais de saúde | Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento? | 0 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Sustentabilidade do setor da saúde "● Redução progressiva dos fornecimentos de serviços externos, nomeadamente no que se refere a recursos humanos" (p.4871) | Financiamento; Formação; Saúde | Foram detetadas medidas no documento das GOP que vão no sentido contrário ao do cumprimento desta meta. Também não foram detetadas evidências que suportem o cumprimento da mesma |
| 3.d | Prevenção de riscos de saúde | Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde? | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de Segurança Modernas e eficazes "● Implementação da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva e de Robustez Operacional: ○ Reforço da capacidade de monitorização e gestão dos riscos, dos sistemas de alerta e de aviso às populações e do envolvimento dos cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes;" (p. 4863) GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da Saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública "● Reforçar a vigilância epidemiológica, da promoção da saúde, da prevenção primária e da prevenção secundária" (p. 4870) | Gestão de Risco; Catástrofes; Alerta; Epidemia | Esta meta é inteiramente cumprida no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|--|---|---|
| 4.1 | Ensino primário e secundário completo | Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Educação "Foi igualmente reforçada a ação social escolar para que todos possam cumprir a obrigação de ir à escola durante os 12 anos obrigatórios, e dado início ao Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar que permitiu já, em 2015/16, que cada escola efetuasse o seu diagnóstico interno, para posterior implementação." (p. 4871) | Educação; Ensino Secundário ; Ensino Primário | A escolaridade obrigatória no Ensino Básico e Primário é de livre acesso, pelo que a meta já foi atingida |
| 4.2 | Acesso e qualidade na fase pré-escolar | Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira fase da infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Redução do insucesso e do abandono escolar precoce "● Expansão da rede do pré-escolar, contribuindo assim para a universalização efetiva do acesso, a partir dos 3 anos, que se pretende atingir durante a legislatura. Assegurar-se-á, paralelamente, a tutela pedagógica de todos os estabelecimentos da educação pré-escolar, da rede pública e solidária" (p. 4842) | Infância; Pré-escolar; Educação | A meta é integralmente descrita como um dos objetivos a serem alcançados no documento das GOP |
| 4.3 | Igualdade de acesso ao ensino | Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Qualificação de adultos "● Criar mecanismos efetivos de aconselhamento, orientação e encaminhamento de adultos através dos Centros Qualifica, em função do perfil, necessidades de formação e oportunidades de inserção profissional e realização pessoal de cada pessoa no seu contexto territorial;"(p. 4844) GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promover a inclusão das pessoas com deficiência "Definir uma estratégia de emprego e trabalho para todos, (...) que aposte em ações de formação profissional no sistema regular de formação, no aumento da oferta de estágios profissionais em empresas e organizações do setor público e solidário e na implementação de quotas específicas para o emprego de pessoas com deficiência ou incapacidade" (p. 4873) | Igualdade; Formação profissional ; Educação; Acesso | Esta meta é inteiramente cumprida no documento das GOP |
| 4.4 | Aumentar as habilitações | Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego "Neste quadro, é identificável um conjunto de desafios chave a que é necessário dar resposta prioritária: entre os jovens, os níveis elevados de insucesso escolar, que propiciam abandono escolar precoce e baixas qualificações à saída do sistema educativo; o crescimento da taxa de jovens NEET (que não estudam nem trabalham) e o recrudescer de pressões para a emigração; nos adultos, o desemprego, em especial de longa e muito longa duração, que exponencia o risco de desencorajamento e de afastamento do mercado de trabalho, e as baixas qualificações médias da população, que exigem um melhor ajustamento com as necessidades do mercado de trabalho e o relançamento da aposta em percursos formativos qualificantes, das competências básicas e transversais às competências digitais." (p. 4842) | Habilitações; Emprego; Empreendedorismo | A meta é inteiramente cumprida, e existem diversos objetivos identificados no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|---|--|---|
| 4.5 | Acesso a todos à educação e formação profissional | Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promover a inclusão das pessoas com deficiência "• Definir uma estratégia de emprego e trabalho para todos, envolvendo os diferentes atores, que aposte em ações de formação profissional no sistema regular de formação, no aumento da oferta de estágios profissionais em empresas e organizações do setor público e solidário e na implementação de quotas específicas para o emprego de pessoas com deficiência ou incapacidade;"(p. 4873) | Educação; Formação profissional ; Pessoas com deficiência; Vulnerável | Em 2014, foi publicado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género o documento Igualdade de Género em Portugal 2014 . No que diz respeito a esta meta, pode ler-se a seguinte conclusão: "As raparigas são maioritárias em todas as áreas, com exceção da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção". Juntando ao argumento do documento das GOP, pode-se afirmar que a meta está a ser cumprida em pleno |
| 4.6 | População alfabetizada e com conhecimentos básicos de matemática | Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, sejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática | 1 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Qualificação de adultos "No que se refere à abordagem aos adultos, importa responder ao défice de formação, qualificação e certificação escolar dos adultos, em particular dos adultos ativos, e criar instrumentos que constituam uma segunda oportunidade, potenciando a aprendizagem ao longo da vida como instrumento de valorização individual do trabalhador." (p. 4844) | Alfabetização; Matemática ; Educação; Formação | Após consulta dos dados referentes à taxa de analfabetização em Portugal, foi possível constatar que em 2011, data dos últimos Censos, esse valor correspondia a 5,2 % da população nacional. Não foram detetadas medidas para atuar diretamente neste tópico, no entanto entende-se que ao apostar na formação dos adultos está-se a contribuir para a redução desta taxa |

| | | | | | | |
|-----|---|--|---|---|---|--|
| 4.7 | Conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável | Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável | 1 | GOP 6 Modernização do Estado , Participação cívica e democrática "Será implementada a Estratégia de Educação para a Cidadania nas escolas do ensino público, com o objetivo de universalizar um conjunto de competências e conhecimentos em matéria de cidadania e Direitos Humanos."(p. 4861) | Desenvolvimento Sustentável ; Direitos Humanos; Igualdade; Cidadania; Cultura | Neste momento, a meta não possui nenhuma medida específica no documento das GOP, no entanto é referido que será implementada a Estratégia de Educação para a Cidadania, que dará resposta a uma parte da meta |
| 4.a | Instalações acessíveis a todos | Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Redução do insucesso e do abandono escolar precoce "Reforço da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais, assegurando o aumento da sua presença nas atividades de turma, melhorando o sistema de avaliação e adequando a formação de técnicos e docentes." (p.4843) | Infraestruturas; Educação; Adaptada; Inclusão | Considera-se que o argumento apresentado vai de encontro aos princípios enunciados pela meta dos ODS |
| 4.b | Bolsas para países em desenvolvimento | Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento | 2 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Modernizar, qualificar e diversificar o ensino superior "● Reforçar o apoio social a estudantes carenciados, designadamente através do aumento das dotações destinadas ao Fundo de Ação Social, desburocratizar o processo de atribuição de bolsas e complementar o apoio social direto com o reforço de mecanismos de apoio a estudantes;" (p. 4843) GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Redução do insucesso e do abandono escolar precoce"● Apoio à formação em competências digitais, designadamente através da «Iniciativa Competências Digitais», num esforço coletivo das instituições de ensino superior em estreita colaboração com o setor privado para dar resposta à enorme carência de técnicos especializados em tecnologias de informação e comunicação e às necessidades de qualificação do tecido produtivo." (p. 4842) | Bolsa de Estudo; Formação Profissional ; Ciência; Tecnologia; Informação; Países em desenvolvimento | Existe intenção na atribuição de bolsas de estudo para estudantes carenciados, no entanto não é referido os destinatários são também provenientes de países em desenvolvimento, logo considera-se que a meta do ODS não é diretamente cumprida pelas GOP |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|---|--|---|
| 4.c | Aumento de professores qualificados | Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento | 0 | | Professores; Investimento; Cooperação Internacional | Nestas GOP não foram identificadas medidas que visem ao aumento do contingente de professores qualificados, quer a nível nacional como internacional |
| 5.1 | Acabar com a discriminação contra as mulheres | Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da igualdade e da não discriminação "A promoção da igualdade entre mulheres e homens enquadra-se num novo paradigma das relações sociais entre as pessoas e a sua interação com o território, um mundo que devolva o lugar da comunidade, valorizando a vida quotidiana e a proximidade. Neste contexto, o Governo prosseguirá uma política de garantia da igualdade entre mulheres e homens, através da promoção de ações específicas e integrando, em todas as políticas, a dimensão de género, uma vez que a discriminação das mulheres é multifacetada e agrava outras formas de discriminação." (p.4875) | Discriminação; Mulher; Violência | A meta é abrangida em pleno nas GOP |
| 5.2 | Eliminar formas de violência | Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e outros tipos | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Proteção às vítimas de crime e pessoas em risco "O aprofundamento do quadro legal e da estratégia de prevenção e do combate à violência de género e doméstica e da criminalidade sexual, desenvolvendo a territorialização e o alargamento das respostas através do trabalho em rede entre as diferentes entidades públicas e privadas com intervenção nesta área, num modelo financeiramente equilibrado e em linha com a Convenção de Istambul, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, os Parâmetros mínimos do Conselho da Europa e a Convenção sobre o Tráfico de Seres Humanos;" (p. 4865) | Violência; Mulheres; Tráfico; Exploração Sexual | A meta é abordada em pleno no documento das GOP, alicerçando nos princípios sugeridos e assinados pelo Estado na Convenção de Istambul para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres |
| 5.3 | Práticas nocivas | Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas | 2 | GOP 6 Modernização do Estado , Proteção às vítimas de crime e pessoas em risco "O aprofundamento do quadro legal e da estratégia de prevenção e do combate à violência de género e doméstica e da criminalidade sexual, desenvolvendo a territorialização e o alargamento das respostas através do trabalho em rede entre as diferentes entidades públicas e privadas com intervenção nesta área, num modelo financeiramente equilibrado e em linha com a Convenção de Istambul, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, os Parâmetros mínimos do Conselho da Europa e a Convenção sobre o Tráfico de Seres Humanos;" (p. 4865) | Casamento prematuro; Crianças; Mutilação Genital Feminina; Mulheres | Esta temática é abordada de uma forma indireta pelas GOP, uma vez que é referido o cumprimento da Convenção de Istambul, onde é possível identificar a meta descrita com mais detalhe |

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|---|---|--|
| 5.4 | Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado | Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais | 1 | <p>GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social, Promoção da Igualdade e da não discriminação "● Prospecção do debate com os parceiros sociais, de modo a alcançar um compromisso para introduzir nos instrumentos de contratação coletiva disposições relativas à conciliação da vida privada e familiar com a atividade profissional, à prevenção das desigualdades de género e ao assédio no local de trabalho;</p> <p>● Evolução para um referencial de exercício mínimo de 33 % do tempo total de licença efetivamente gozado por cada uma das pessoas que exerça a responsabilidade parental, replicando, de resto, outros instrumentos de promoção da igualdade de género. Esta medida implica, no regime atual, aumentar o tempo de licença gozada pelo homem para três semanas, dado que o tempo de licença irrenunciável pela mulher é de seis semanas. No restante tempo, a proporção de partilha do direito à licença deve ser incentivada, sem prejuízo da liberdade individual na organização partilhada dos tempos de licença" (p. 4875)</p> | Proteção Social; Família; Assistência | É apresentada uma medida para a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, no entanto não é abordada a questão do trabalho doméstico não remunerado, logo a meta está incompleta |
| 5.5 | Igualdade de oportunidade e de liderança | Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública | 3 | <p>GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social, Promoção da Igualdade e da não discriminação "● Equilíbrio de género no patamar dos 33 % nos cargos de direção para as empresas cotadas em bolsa, empresas do setor público e administração direta e indireta do Estado, e demais pessoas coletivas públicas;"(p. 4875)</p> | Mulheres; Igualdade; Liderança | Apesar do objetivo sugerido nas GOP não cumprir a totalidade da meta dos ODS (entende-se igualdade como 50% de oportunidades para ambos os géneros), considera-se que é um passo essencial para o desenvolvimento da mesma, pelo que é atribuída a classificação máxima |
| 5.6 | Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e Plataforma de Ação de Pequim | Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão | 2 | <p>GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social, Promoção do Acesso a Bens e Serviços Públicos de Primeira Necessidade - Saúde "A redução das desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde: ● Diferenciando positivamente os cidadãos mais vulneráveis, mulheres em idade fértil, crianças, pessoas idosas carenciadas, em situação de dependência e com doença rara;"(p. 4870)</p> | Saúde; Mulheres; Reprodução | Não é abordada diretamente a meta no documento das GOP, porém entende-se que o acesso a estes cuidados de saúde está relacionado com o argumento apontado. Também não foram identificadas referências sobre a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Plataforma de Ação de Pequim |

| | | | | | | |
|-----|---|---|---|--|--|--|
| 5.a | Direitos iguais às mulheres em relação aos recursos económicos | Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da Igualdade e da não discriminação "● Combate efetivo e eficaz às desigualdades salariais entre mulheres e homens no trabalho, de modo a contrariar a tendência de agravamento que este indicador vem registando nos últimos anos;" (p. 4875) | Direitos; Mulheres; Economia | Considera-se a pontuação máxima para esta meta, uma vez que existem medidas nas GOP que vão de encontro à igualdade financeira, e os restantes tópicos abordados na meta não se entram associados ao contexto nacional |
| 5.b | Uso tecnologias de base | Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres | 0 | | Tecnologia; Empoderamento das mulheres | Apesar de existirem medidas relacionadas com o empoderamento das mulheres, não há nenhuma descrição no documento das GOP relacionado com o uso de tecnologias de base para esse efeito |
| 5.c | Políticas para a igualdade de género | Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promoção da igualdade e da não discriminação "A promoção da igualdade entre mulheres e homens enquadra-se num novo paradigma das relações sociais entre as pessoas e a sua interação com o território, um mundo que devolva o lugar da comunidade, valorizando a vida quotidiana e a proximidade. Neste contexto, o Governo prosseguirá uma política de garantia da igualdade entre mulheres e homens, através da promoção de ações específicas e integrando, em todas as políticas, a dimensão de género, uma vez que a discriminação das mulheres é multifacetada e agrava outras formas de discriminação." (p. 4875) | Políticas; Igualdade de género; empoderamento mulheres | A meta é inteiramente descrita no documento das GOP |
| 6.1 | Acesso universal à água potável | Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos? | 3 | GOP 5 Valorização do Território "● A garantia do acesso e da sustentabilidade dos serviços públicos de água e saneamento;" (p.4852) GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "● Reforçar e harmonizar os mecanismos de garantia da acessibilidade aos serviços de águas, assegurando os serviços mínimos considerados essenciais à dignidade humana e tarifários especiais." (p.4856) | Água; Acesso; Água potável | A meta é inteiramente descrita no documento das GOP |
| 6.2 | Saneamento básico | Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos? Acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade? | 3 | GOP 5 Valorização do Território "● A garantia do acesso e da sustentabilidade dos serviços públicos de água e saneamento;" (p.4852) | Saneamento; Higiene; Água | A meta é inteiramente descrita no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|--|---|---|
| 6.3 | Qualidade da água | Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos? Reduzir para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global? | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "Promover a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e perigosas, através da implementação de um plano para estas substâncias, a realizar até final de 2017."(p.4857) GOP 5 Valorização do Território , Economia circular "(...) inclui-se a prossecução da política dos 3R (reduzir, reutilizar e reciclar), através da redução do uso de embalagens, no âmbito dos mecanismos em vigor, e incentivo ao aumento da «preparação para reutilização e reciclagem dos resíduos de embalagem» com vista a prolongar o seu uso (...)" (p. 4856) | Qualidade da Água; Poluição; Águas Residuais; Reciclagem | Existe intenção de melhorar a qualidade das águas nacionais. A meta complementa também o recurso a mecanismos de valorização, que também estão definidos como objetivos das GOP. |
| 6.4 | Eficiência no uso da água | Aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água? | 3 | GOP 5 Valorização do Território "● A garantia do acesso e da sustentabilidade dos serviços públicos de água e saneamento;" (p. 4852) GOP 5 Valorização do Território , Reabilitação humana para a sustentabilidade, eficiência e inteligência das cidades "Implementar o Programa «Casa Eficiente» com o objetivo de apoiar obras que visem a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, com especial enfoque na eficiência energética e hídrica, bem como na gestão de resíduos urbanos."(p.4852) GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "Implementar o Plano Nacional da Água (PNA) que estabelece os objetivos que visam formas de convergência entre os objetivos da política de gestão das águas nacionais e os objetivos globais e setoriais de ordem económica, social e ambiental." (p. 4856) | Eficiência; Água; Sustentabilidade; Abastecimento; Escassez | A meta é descrita com detalhe no documento das GOP, anexando como documento de base o Plano Nacional da Água |
| 6.5 | Gestão integrada dos recursos hídricos | Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado? | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "Implementar o Plano Nacional da Água (PNA) que estabelece os objetivos que visam formas de convergência entre os objetivos da política de gestão das águas nacionais e os objetivos globais e setoriais de ordem económica, social e ambiental." (p. 4856) | Gestão Recursos Hídrico; Cooperação o Transfronteiriça; Espanha | A meta não é diretamente abordada no documento das GOP, no entanto o mesmo remota as políticas de gestão da água para o Plano Nacional da Água. Nesse documento é possível identificar que a gestão é feita em sintonia com Espanha |
| 6.6 | Proteção de ecossistemas | Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos? | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "● Elaborar os Programas da Orla Costeira e os instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional (Plano de Situação) de forma articulada e concertada. Estima-se que, em 2017, os cinco Programas da Orla Costeira ganhem eficácia, estabelecendo princípios e normas orientadores e de gestão que visam a salvaguarda de recursos e valores naturais a proteger, bem como a promoção das atividades específicas da orla costeira, numa perspetiva de utilização sustentável do território; ● Elaborar um Plano de Ação «Litoral XXI», que estabelece o conjunto de ações anuais e plurianuais a desenvolver aos diversos níveis — central, de cada ARH e local — para defender a integridade da linha de costa e para valorizar a zona costeira; ● Recuperar e valorizar o património natural e cultural das comunidades ribeirinhas, através da implementação das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária." (p.4857) | Água; Ecossistemas; Proteção; Restauro | Existe forte intensão do cumprimento desta meta através de diversos objetivos a serem cumpridos nesse sentido. |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|--|--|---|
| 6.a | Apoio países em desenvolvimento | Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização? | 0 | | Cooperação internacional; Países em desenvolvimento; Água; Eficiência e Saneamento | Não foram identificadas medidas relacionadas com esta meta, inclusive após consulta do Plano Nacional da Água (Decreto-Lei n.º 76/2016) |
| 6.b | Comunidades locais | Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento? | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "●Continuar a organização do setor dos serviços urbanos de água e saneamento, revertendo o processo das fusões de vários dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, em articulação com os municípios, combinando a salvaguarda da coesão nacional, a autonomia local e o equilíbrio económico e financeiro das entidades gestoras, promovendo ainda centros de saber em locais diferentes do País; Solucionar os principais constrangimentos do setor, incentivando as entidades gestoras para a exploração e a gestão do ciclo urbano da água, integrando as redes de drenagem de águas pluviais e a sua progressiva organização a uma escala ótima;" (p. 4856) | Gestão local; Água; Saneamento | A meta é abrangida por uma medida concreta que complementa diversos objetivos com impacto direto no seu cumprimento |
| 7.1 | Acesso universal aos serviços de energia | Até 2030, assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Água e Energia "Em 2017, será criado um observatório que terá por missão acompanhar e supervisionar o processo de aplicação da tarifa social, procurando propor os mecanismos que garantam o bom funcionamento do sistema e a correta aplicação da tarifa social de energia elétrica e de gás natural aos consumidores que a ela têm direito."(p. 4872) | Acesso; Tarifa; Energia | A meta é abordada em pleno no documento das GOP |
| 7.2 | Energias renováveis na matriz energética global | Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global | 3 | GOP 5 Valorização do Território "● O desenvolvimento e crescimento do setor energético de forma sustentada, alicerçado num conjunto de medidas que promovam a produção de energia com base em fontes renováveis e a eficiência do sistema elétrico nacional"(p.4852) | Energia; Renováveis; Matriz Energética | A meta é abordada em pleno no documento das GOP |
| 7.3 | Taxa global de melhoria da eficiência energética | Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Reabilitação humana para a sustentabilidade, eficiência e inteligência das cidades "●Implementar o Programa «Casa Eficiente» com o objetivo de apoiar obras que visem a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, com especial enfoque na eficiência energética e hídrica (...) ● Recuperar, amplificar e agilizar o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública — ECO.AP;"(p.4852); | Energia; Eficiência; Taxa Global | No documento das GOP é abordada de uma forma indireta a necessidade de melhorar a eficiência energética, complementando medidas a serem executadas nesse sentido. No entanto, não é estabelecida uma meta específica nesse sentido, logo a meta não é totalmente atingida |

| | | | | | | |
|-----|---|--|---|---|---|--|
| 7.a | Cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa | Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa | 3 | <p>GOP 1.2 Portugal no mundo, Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona " (...) assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia (...) "(p. 4840)</p> <p>GOP 5 Valorização do Território, Investir num setor energético mais competitivo e sustentável " ● Aproveitar o potencial solar de Portugal, com o objetivo de promover o desenvolvimento da rede para acomodar a capacidade a instalar e continuar a afirmar o modelo de remuneração da produção de energia solar a preços de mercado; (...) ● Promover a investigação científica aplicada quanto a tecnologias limpas e novos métodos de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis;"(p. 4857-4858)</p> | Cooperação internacional; Investigação; Energias renováveis; Investimento | Existe intenção de haver cooperação internacional no acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa através dos protocolos da CPLP, pelo que a meta dos ODS é abordada na totalidade. |
| 7.b | Fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento | Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respetivos programas de apoio | 0 | | Tecnologia; Energia; Sustentabilidade; Infraestruturas | Estas GOP não complementam medidas de cumprimento desta meta dos ODS |
| 8.1 | Crescimento económico | Sustentar o crescimento económico <i>per capita</i> de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos? | 3 | GOP 2.1 Cenário Macroeconómico para 2017 "Para 2017, prevê-se um crescimento do PIB de 1,5 %, reflexo da manutenção de um contributo positivo da procura interna, conjugado com um contributo positivo da procura externa líquida."(p.4841) | Economia; PIB; Crescimento | A meta é inteiramente complementada no documento das GOP, uma vez que, considerando a realidade nacional, verifica-se um crescimento no PIB nacional |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|---|--|--|
| 8.2 | Produtividade e económica pela diversificação | Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva? | 3 | <p>GOP 2.1 Cenário Macroeconómico para 2017 "As medidas a concretizar, na promoção da I&D e da inovação, estão organizadas em quatro eixos que têm por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar o investimento em ciência e tecnologia, democratizando o conhecimento e inovação e incentivando a cooperação com as empresas; ● Renovar as atividades existentes através da inovação e da melhoria das capacidades de gestão; ● Promover o potencial criador em novas empresas, novos empreendedores e novas ofertas; ● Estimular a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais." (p.4841) <p>GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego, Valorizar a Cultura "A promoção da produtividade e da competitividade da economia portuguesa tem de assentar na valorização dos seus fatores de produção e não na redução de padrões de qualificação, remuneração ou inovação, que colocam em causa a trajetória de convergência com a média europeia."(p. 4847)</p> | Produtividade; Economia; Tecnologia; Inovação | As GOP apresentam evidências claras de cumprimento desta meta dos ODS |
| 8.3 | Políticas orientadas para o desenvolvimento | Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiro? | 3 | <p>GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: mais conhecimento, mais inovação, mais competitividade "Considera-se assim necessário reforçar o investimento em I&D, bem como ensaiar uma maior concentração de esforços de inovação em agendas e projetos mobilizadores que revelem potencialidades de produção de novos conhecimentos e potencial de inovação." (p. 4847)</p> <p>GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: mais conhecimento, mais inovação, mais competitividade, Promover o potencial criador em novas empresas, novos empreendedores e novas ofertas "No âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo — <i>Startup</i> Portugal, as políticas públicas de financiamento a <i>startups</i> estão focadas em oferecer uma alternativa ao crédito bancário e em co-investir com os melhores investidores nacionais e internacionais (...). Estas medidas permitem apoiar os empreendedores em fase de ideia, em particular aqueles que beneficiaram da ação social e não têm condições para criar e desenvolver a sua empresa; reforçar a autonomia financeira das incubadoras com base num sistema de mérito, promovendo uma maior competitividade e profissionalismos das mesmas." (p. 4850)</p> | Desenvolvimento; Produção; Emprego; Empreendedorismo; Empresas | Existem diversas medidas enunciadas no documento das GOP que vão de encontro a esta meta dos ODS |
| 8.4 | Eficiência dos recursos globais no consumo e na produção | Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se em dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança | 1 | <p>GOP 5 Valorização do Território "● Promover a adoção de sistemas de valorização de qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios, de modos de produção sustentáveis e dos produtos tradicionais, em complementaridade com outras atividades em meio rural;"(p. 4854)</p> | Eficiência; Recursos; Consumo; Produção | Esta meta é cumprida parcialmente e de uma forma muito incompleta, uma vez que apenas é considerada a eficiência dos recursos globais na produção, no documento das GOP. |

| | | | | | | |
|-----|--|--|---|---|--|---|
| 8.5 | Igualdade de emprego | Alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promover a inclusão das pessoas com deficiência "● Implementar uma nova prestação social no âmbito da deficiência que visa potenciar a eficácia da proteção social neste domínio, simplificando em simultâneo o quadro de benefícios existente. Inspirada no princípio de cidadania, esta nova prestação social permite igualmente o combate à pobreza e o incentivo à participação laboral das pessoas com deficiência/incapacidade. Assume assim uma perspetiva integrada, adaptando-se às necessidades que possam ocorrer em diferentes fases do ciclo de vida da pessoa, com especial enfoque na proteção em idade ativa;" (p. 4873) | Emprego; Produtividade; Jovens; Pessoas com Deficiência; Igualdade | A meta é plenamente considerada como um dos objetivos das GOP. |
| 8.6 | Formação jovem | Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação? | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Redução do insucesso e do abandono escolar precoce "No que se refere aos jovens, importa promover o sucesso escolar em todos os níveis de ensino e combater o abandono escolar, ao mesmo tempo que se generaliza o nível secundário como patamar mínimo, assumindo as qualificações como cruciais para o aumento da empregabilidade e da competitividade de Portugal, assentes na ciência, na cultura e no conhecimento." (p.4842) GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Promover o emprego, combater a precariedade "● Dar especial atenção, nos apoios das políticas ativas do mercado de trabalho, a grupos particularmente atingidos pela persistência de dificuldades de integração no mercado de trabalho, como os jovens, desempregados de longa e muito longa duração e trabalhadores mais velhos;" (p. 4845) | Emprego; Desemprego; Jovens; Educação | Existem diversas medidas previstas nas GOP que vão ao encontro do cumprimento desta meta |
| 8.7 | Acabar com o trabalho forçado e infantil | Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas? | 2 | GOP 6 Modernização do Estado , Proteção às vítimas de crime e pessoas em risco "O Governo irá melhorar o sistema de proteção às vítimas de crime violento e de violência doméstica, bem como às pessoas em situação de risco, nomeadamente através da concretização das seguintes medidas: ● O aprofundamento do quadro legal e da estratégia de prevenção e do combate à violência de género e doméstica e da criminalidade sexual, desenvolvendo a territorialização e o alargamento das respostas através do trabalho em rede entre as diferentes entidades públicas e privadas com intervenção nesta área, num modelo financeiramente equilibrado e em linha com a Convenção de Istambul, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, os Parâmetros mínimos do Conselho da Europa e a Convenção sobre o Tráfico de Seres Humanos; ● Dinamização dos mecanismos da vigilância eletrónica e de soluções de teleassistência no apoio a vítimas de violência doméstica."(p. 4865) | Trabalho forçado; Escravidão; Tráfico; Trabalho infantil | Considera-se que a meta é indiretamente abordada no documento das GOP. Não é referida a eliminação do trabalho infantil severo nem a utilização de crianças-soldado, pois no contexto nacional não se registam esses fatos. |
| 8.8 | Direito do trabalho | Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários? | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Promover o emprego, combater a precariedade "● Promover condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, nos setores e atividades com maior índice de sinistralidade, tendo em vista a redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais;" (p. 4846) | Direitos; Trabalho; Segurança; Emprego Precário | A meta está inteiramente relacionada com uma medida presente nas GOP |

| | | | | | | |
|------|--|---|---|--|---|---|
| 8.9 | Políticas para o turismo sustentável | Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais? | 2 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Promover a inovação no turismo aumentando a atratividade dos destinos ao longo do ano "A transversalidade do turismo requer, necessariamente, uma integração de iniciativas, projetos e agentes, exigindo uma política de turismo inclusiva e global e a definição de um compromisso que garanta estabilidade em torno das grandes opções estratégicas, razão pela qual o Governo lançou a Estratégia para o Turismo para a década — ET 27." (p. 4851) | Turismo; Sustentabilidade; Emprego; Cultura | Considera-se que a meta é indiretamente abordada no documento das GOP, visto que são apresentadas diversas medidas baseadas na ET-27, e após consulta do documento, foi possível extrair que o mesmo complementa objetivos e ações com vista ao turismo sustentável |
| 8.10 | Instituições financeiras nacionais | Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos? | 3 | GOP 7 Redução do Endividamento da Economia , Alavancagem de Financiamento e Investimento "Através deste eixo estratégico, pretende-se promover uma abordagem estruturada aos instrumentos de financiamento das empresas, estimular o recurso a fontes de financiamento alternativas ao crédito bancário e dinamizar e acelerar o acesso das empresas portuguesas aos fundos europeus e a investimento estrangeiro. Atendendo à necessidade premente de minimização das falhas do mercado ao nível do financiamento e da capitalização das empresas, designadamente ao nível da disponibilidade e do custo do financiamento e dos níveis de oferta de instrumentos de capitalização, é prioritária a disponibilização de novos instrumentos financeiros, quer de dívida, quer de capitalização, direcionados à melhoria das condições de investimento produtivo das empresas e ao reforço da sua competitividade." (p. 4867) | Incentivo; Financiamento; Serviços bancários | As GOP apresentam evidências claras de cumprimento desta meta dos ODS |
| 8.a | Iniciativa de Ajuda para o comércio para os países em desenvolvimento | Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos | 0 | | Aid for Trade; Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada | Não há qualquer referência a esta meta ao longo do documento das GOP |

| | | | | | | |
|-----|--|---|---|---|--|---|
| 8.b | Estratégia global para o emprego dos jovens | Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT] | 1 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Promover o emprego, combater a precariedade "● Dar especial atenção, nos apoios das políticas ativas do mercado de trabalho, a grupos particularmente atingidos pela persistência de dificuldades de integração no mercado de trabalho, como os jovens, desempregados de longa e muito longa duração e trabalhadores mais velhos;" | OIT; Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho | O Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho não é referido ao longo do documento das GOP. Considera-se que esta meta é abordada de uma forma indireta, uma vez que apenas existem medidas focadas no emprego dos jovens a nível nacional que, apesar de também contribuir para o contexto global, não é capaz de gerar um resultado significativo |
| 9.1 | Infraestruturas acessíveis a todos | Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "● Os portos, enquanto infraestruturas portuárias nacionais de alto valor geoestratégico e de atratividade económica e competitividade elevadas, através do lançamento da Estratégia para o Aumento da Competitividade dos Portos Comerciais e implementando medidas de reforço da segurança portuária e da melhoria na funcionalidade do transporte nos contextos insulares." (p. 4853) "Em 2017, o Governo pretende iniciar o desenvolvimento do Plano Nacional de Mobilidade, para o horizonte 2020-2030, com particular atenção à mobilidade ferroviária nacional. Este plano deverá traduzir a visão holística e de longo prazo para as infraestruturas e sistemas de transportes do País e deverá suportar a preparação atempada do próximo quadro comunitário de apoio." (p. 4854) "A melhoria do desempenho na atividade agrícola encontra-se associada ao desenvolvimento de condições infraestruturais e de contexto que garantam, simultaneamente, a competitividade dessa atividade e a sustentabilidade do desenvolvimento rural. Para tal, importa, para além da aceleração da execução do PDR 2020, desenvolver os investimentos necessários à requalificação e expansão da rede de regadio nacional, enquanto elementos estruturantes quer de uma agricultura competitiva e sustentável, quer de territórios rurais com futuro, combatendo a desertificação e assegurando a fixação das populações, assente na dinamização económica da atividade agrícola." (p. 4854) | Infraestruturas; Sustentabilidade; Economia | Foram detetadas diversas medidas no documento das GOP que vão de encontro ao cumprimento do ODS, no entanto não foi sugerida nenhuma medida que tivesse em consideração a relação com a acessibilidade nos preços, logo está incompleto |
| 9.2 | Industrialização inclusiva e sustentável | Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua participação nos países menos desenvolvidos | 0 | | Indústria; Sustentabilidade; Emprego; PIB | Não foram detetadas medidas ao longo do documento das GOP respeitantes a esta meta |

| | | | | | | |
|-----|---|--|---|--|--|--|
| 9.3 | Acesso de pequenas indústrias aos serviços financeiros | Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados | 3 | GOP 7 Redução do Endividamento da Economia "Torna-se assim premente desenhar medidas que agilizem o acesso das PME ao financiamento e promovam a sua capitalização, bem como o reforço do equilíbrio das estruturas financeiras e menos dependentes de capitais alheios. É igualmente premente criar condições que garantam a sobrevivência de empresas consideradas economicamente viáveis, contribuindo para manter a atividade económica e o emprego existente, impulsionando movimentos de reorganização e regeneração destas empresas."(p. 4865) | Industria; PME; Financiamento | A meta dos ODS é traduzida numa medida direta no documento das GOP |
| 9.4 | Reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis | Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades | 3 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: mais conhecimento, mais inovação, mais competitividade , Renovar as atividades existentes através da inovação e da melhoria das capacidades de gestão "o Governo considera determinante monitorizar e acompanhar as dinâmicas dos <i>clusters</i> reconhecidos em 2016, tratar e divulgar informação sobre o ecossistema de inovação, incluindo <i>clusters</i> , bem como promover o reforço da inter-clusterização, através do desenvolvimento de projetos comuns nos domínios da indústria 4.0, eficiência energética, utilização de materiais ambientalmente neutros e da capacitação dos clubes de fornecedores de PME."(p. 4849) | Modernizar Infraestruturas; Sustentabilidade; Eficiência; Ambiente | Esta meta encontra-se bem descrita no documento das GOP, e é suportada por outras medidas presentes nos objetivos da Indústria 4.0 |
| 9.5 | Investigação científica | Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona "Neste âmbito, assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Redução do insucesso e do abandono escolar precoce "• Estímulo à integração efetiva dos estudantes em atividades de investigação científica no âmbito dos seus planos de estudos e no contexto de iniciativas de estímulo à integração dos estudantes no ensino superior, à redução do abandono e à promoção do sucesso escolar;" (p. 4843) GOP 3 Qualificação dos Portugueses: Menos Insucesso, Mais Conhecimento, Mais e Melhor Emprego , Modernizar, qualificar e diversificar o ensino superior "• Estimular o emprego científico e académico e reduzir a precariedade dos vínculos na investigação científica, através do desenvolvimento das condições legais e financeiras adequadas à promoção do rejuvenescimento das instituições de ensino superior (...)" (p. 4844) | Investigação científica; Industria; Inovação; I&D | Ao longo do documento das GOP, é possível identificar diversas medidas que suportam o cumprimento desta meta do ODS |

| | | | | | | |
|------|--|---|---|---|--|---|
| 9.a | Infraestruturas sustentáveis em países em desenvolvimento | Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona "A participação no quadro da CPLP representa uma prioridade da política externa portuguesa. Assim, Portugal contribui para a implementação plena da Nova Visão Estratégica, a aprovar na Cimeira do Brasil. Esta Nova Visão inclui já orientações que Portugal tem defendido: o reforço do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a valorização dos observadores associados e dos observadores consultivos, a cooperação em novas áreas da tecnologia, energia, oceanos, a valorização da dimensão da cidadania." (p. 4840) | Infraestruturas; Sustentabilidade; Apoio Internacional; África | Considera-se que esta meta é referida indiretamente no documento das GOP, uma vez que o argumento apresentado não sustenta totalmente a meta do ODS, e não é traduzida numa medida específica |
| 9.b | Apoio nos países em desenvolvimento | Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às matérias-primas | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona "Neste âmbito, assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) | Tecnologia; Investigação; Diversificação Industrial | Considera-se que esta meta é referida indiretamente no documento das GOP, uma vez que o argumento apresentado não sustenta totalmente a meta do ODS, e não é traduzida numa medida específica |
| 9.c | Acesso às tecnologias nos países menos desenvolvidos | Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020 | 2 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Inovação no Sistema Educativo "No âmbito do reforço das competências digitais dos portugueses, fator essencial de uma economia e sociedade do conhecimento, procurar-se-á elevar os níveis de inclusão digital e utilização da internet."(p. 4847) | Tecnologias de Informação; Comunicação; Internet | Esta meta é parcialmente abordada no documento das GOP, uma vez que não é referida a acessibilidade a preços dos serviços consoante o poder económico de cada pessoa |
| 10.1 | Crescimento do rendimento da população empobrecida | Progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social "● A redução de desigualdades através da elevação do rendimento disponível das famílias, atuando ao nível da reposição e melhoramento contínuo dos apoios que garantem os mínimos sociais aos cidadãos mais vulneráveis (Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos); da reposição das regras de atualização das pensões e, em 2017, de uma atualização extraordinária das mesmas; do aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida e de medidas que reponham e melhorem outras prestações sociais, designadamente através do descongelamento do Indexante de Apoios Sociais, acompanhadas de uma maior justiça fiscal e de maior igualdade salarial de género, para que o País consiga retomar o caminho do crescimento e do desenvolvimento sustentado em prol da construção de uma sociedade mais digna e solidária." (p. 4869-4870) | Crescimento; Rendimento; Pobres | Esta meta dos ODS encontra-se bem evidenciada nas GOP. São apresentadas diversas medidas com efeito direto no seu cumprimento |

| | | | | | | |
|------|--|--|---|---|--|---|
| 10.2 | Inclusão social, económica e política em igualdade | Empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social "Na prossecução deste objetivo, o Governo vem privilegiando uma estratégia baseada em opções que, de forma articulada, atuam no sentido de reforçar a coesão social e combater as desigualdades nas suas múltiplas dimensões. Continua-se assim o trabalho em torno de três grandes prioridades: <ul style="list-style-type: none"> ● A redução das desigualdades através da promoção do acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, articulando as atuações na área da saúde, educação e demais serviços, e reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e à garantia da dignidade humana; ● A redução das desigualdades através do combate à pobreza e à exclusão social, ativando medidas com foco particular nos grupos mais vulneráveis e em especial nas crianças e jovens, tendo em conta não só a elevada incidência da pobreza infantil, mas igualmente a vulnerabilidade acrescida dos agregados familiares com crianças;" (p. 4869) | Inclusão; Social; Política; Económica; Igualdade | Esta meta encontra-se bem descrita no documento das GOP, e é suportada por diversas medidas benéficas ao seu cumprimento |
| 10.3 | Igualdade de oportunidades | Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Promover a inclusão das pessoas com deficiência "A inclusão destes cidadãos constitui uma prioridade central do Governo. Após a fase de levantamento dos problemas (barreiras físicas e sociais) com que se deparam as pessoas com deficiência na sua participação na sociedade, e que carecem de respostas e de apoios distintos, irá intensificar-se um conjunto de políticas transversais que procurará, a curto prazo, promover uma efetiva igualdade de oportunidades, garantir o exercício pleno de direitos nas áreas da mobilidade, da aprendizagem ao longo da vida, do combate à violência e discriminação e o acesso à saúde." (p. 4873) | Oportunidades; Igualdade; Políticas; Legislação | Esta meta encontra-se bem descrita no documento das GOP |
| 10.4 | Políticas com vista a igualdade | Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade? | 3 | GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , "Na prossecução deste objetivo, o Governo vem privilegiando uma estratégia baseada em opções que, de forma articulada, atuam no sentido de reforçar a coesão social e combater as desigualdades nas suas múltiplas dimensões. Continua-se assim o trabalho em torno de três grandes prioridades: <ul style="list-style-type: none"> ● A redução das desigualdades através da promoção do acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade (...); ● A redução das desigualdades através do combate à pobreza e à exclusão social (...); ● A redução de desigualdades através da elevação do rendimento disponível das famílias (...)" (p. 4869-4870) | Políticas fiscais; Salário; Proteção Social; Igualdade | Nestas GOP, existem diversas medidas claramente definidas com vista a alcançar uma maior igualdade em diversas dimensões. |
| 10.5 | Mercados e instituições financeiras globais | Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações? | 0 | | Regulamentação; Monitorização; Mercados; Global | Não foram detetadas evidências que suportem esta meta dos ODS |
| 10.6 | Aumentar o papel dos países em desenvolvimento na tomada de decisão | Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomada de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas? | 0 | | Tomada de decisão; Instituições financeiras; Economia; Global | Não foram detetadas evidências que suportem esta meta dos ODS |

| | | | | | | |
|------|---|---|---|--|---|---|
| 10.7 | Políticas de migração | Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas? | 3 | GOP 1.2 Portugal no Mundo , Consolidação do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça "• Desenvolvimento de uma política de migrações equilibrada, assente no incentivo a vias de migração regular, como alternativa aos fluxos migratórios irregulares, e combate às causas das migrações através da cooperação estruturada com países terceiros de origem e de trânsito" (p. 4840) | Migração; Imigração; Políticas | As políticas de migração estão bem definidas nas GOP e possuem medidas inteiramente correspondentes à meta dos ODS |
| 10.a | Países em desenvolvimento e acordos da Organização Mundial do Comércio | Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio? | 0 | | Países em desenvolvimento; Acordos; Organização Mundial do Comércio | Não foram detetadas evidências que suportem esta meta dos ODS |
| 10.b | Assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros | Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais? | 0 | | Assistência; Investimento externo; Países menos desenvolvidos | Não foram detetadas evidências que suportem esta meta dos ODS |
| 10.c | Transação de remessas de migrantes | Reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%? | 0 | | Transação; Remessas; Migrantes | Apesar de o documento das GOP abordar a questão da migração, este não complementa medidas relativas aos custos de transação |
| 11.1 | Acesso à habitação | Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços? Melhorar as condições nos bairros de lata? | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Reabilitação urbana para a sustentabilidade, eficiência e inteligência das cidades "• Relançar os programas PER (Programa Especial de Realojamento) e PROHABITA (Programa de financiamento para acesso à habitação), através da atribuição de dotações orçamentais;" (p. 4852) | Habitação; Segurança; Serviços básicos | Embora não seja enunciado diretamente nas GOP, prevê-se que os programas acima descritos sejam aplicados, e que a meta do ODS seja cumprida |

| | | | | | | |
|------|-------------------------------|---|---|---|---|---|
| 11.2 | Sistema de transportes | O acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos? Dar especial atenção às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos? | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "Em 2017, o Governo pretende iniciar o desenvolvimento do Plano Nacional de Mobilidade, para o horizonte 2020-2030, com particular atenção à mobilidade ferroviária nacional. Este plano deverá traduzir a visão holística e de longo prazo para as infraestruturas e sistemas de transportes do País e deverá suportar a preparação atempada do próximo quadro comunitário de apoio"(p. 4853) | Transportes; Mobilidade; Sustentabilidade; Público | Existe intenção nas GOP de melhorar os sistemas de transporte, no entanto, apenas quando for publicado o Plano Nacional de Mobilidade, é que será possível apurar se a meta do ODS é cumprida por completo. |
| 11.3 | Urbanização sustentável | Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países? | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Participação cívica e democrática "O Governo considera ainda que devem ser reforçados os mecanismos de participação cívica dos cidadãos, promovendo o seu envolvimento e mobilização nas escolhas que democraticamente se colocam perante a sociedade. De modo a promover essa participação, o Programa do XXI Governo consagra o compromisso de criação de um Orçamento Participativo de nível nacional, a nível do Orçamento do Estado, através da afetação de uma verba anual à concretização de projetos propostos e escolhidos pelos cidadãos." (p. 4861) | Urbanização; Sustentabilidade; Participação Pública | A meta é bem evidenciada no documento das GOP pois traduz-se numa medida específica que leva à sua concretização. |
| 11.4 | Património cultural e natural | Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo? | 3 | GOP 3 Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego , Valorizar a Cultura "● Garantir as condições necessárias para assegurar as intervenções na área do património cultural, sobretudo ao nível do investimento na sua recuperação, considerando as candidaturas aprovadas e em análise, no quadro dos fundos disponíveis;" (p. 4847) GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "Um território interior + sustentável, potenciando a diversidade geográfica, integrando a paisagem, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos;" (p. 4855) GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "Implementar os Planos de Gestão de Riscos de zonas de Inundação (PGRI), (...) com o objetivo de reduzir as consequências associadas a estes fenómenos, prejudiciais para a saúde humana, para o Ambiente, para o património cultural, para as infraestruturas e para as atividades económicas (...)" (p. 4857) | Proteção; Património; Cultura; Natural | A meta é bem evidenciada ao longo do documento das GOP. |
| 11.5 | Catástrofes | Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes? E diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das | 2 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de Segurança Modernas e Eficazes "● Implementação da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva e de Robustez Operacional: ○ Reforço da capacidade de monitorização e gestão dos riscos, dos sistemas de alerta e de aviso às populações e do envolvimento dos cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes;"(p. 4863) | Catástrofes; Economia; PIB; Água | A premissa "Reduzir significativamente o número de mortos" não é abordada ao longo das GOP, porém o restante conteúdo da meta é abordado. |

| | | | | | | |
|------|--|--|---|--|--|---|
| | | <p>peças em situação de vulnerabilidade?</p> | | | | |
| 11.6 | Impacte ambiental negativo | <p>Reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> nas cidades? Inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros?</p> | 3 | <p>GOP 5 Valorização do Território "Destaca-se a importância da descarbonização da economia, enquanto política transversal e com contributos dos diversos setores de atividade. Neste sentido, os instrumentos que concretizam esta política, como sejam o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (2020 e 2030), através da implementação do Sistema de Política e Medidas (SPeM) e efetiva entrada em funcionamento da Comissão Interministerial para o Ar e para as Alterações Climáticas (CIAAC), o Roteiro Nacional de Baixo Carbono para 2050 e a Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, estabelecem o enquadramento para a prossecução das diversas políticas que promovem a valorização do território." (p. 4851)</p> <p>GOP 5 Valorização do Território, Reabilitação urbana para a sustentabilidade, eficiência e inteligência das cidades "Em 2016, o Governo lançou um conjunto de iniciativas que respondem aos desafios da revitalização e regeneração urbana, tornando, em paralelo, as nossas cidades territórios inteligentes e sustentáveis (...). A ação do Governo em 2017 visa dar continuidade ao que já foi realizado em 2016, tendo em consideração os objetivos acima enunciados para a regeneração urbana." (p. 4852)</p> | Impacto ambiental; Qualidade do Ar; Gestão de Resíduos | <p>Apesar de não ser referido o termo "impacto ambiental negativo per capita " nas GOP, existem diversas medidas com o propósito do cumprimento do ODS.</p> |
| 11.7 | Espaços públicos seguros | <p>Garantir o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência?</p> | 3 | <p>Promover a inclusão das pessoas com deficiência "• Garantir a efetivação da legislação e monitorizar a implementação da obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário (pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo), em todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público; (...) • Desenvolver, em articulação com os municípios, de um programa «Territórios Inclusivos», que assegure as acessibilidades físicas e comunicacionais;" (p. 4873)</p> | <p>Acessibilidade; Espaços Verdes; Igualdade</p> | <p>Considera-se que a meta é inteiramente descrita no documento das GOP</p> |
| 11.a | Relações entre áreas urbanas e periurbanas | <p>Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento</p> | 3 | <p>GOP 5 Valorização do território, Reabilitação urbana para a sustentabilidade, eficiência e inteligência das cidades "A sua revitalização (das cidades) é fundamental para a manutenção destas características (...). Em Portugal, cerca de um milhão de edifícios necessitam de intervenções de reabilitação (...). Estas intervenções devem permitir a construção de novas centralidades nas cidades, dinamizando zonas em declínio, assim como a melhoria do desempenho energético dos edifícios. Os instrumentos através dos quais se implementa esta política devem ainda promover a inclusão social, tendo em consideração que a habitação é um direito constitucionalmente garantido, bem como a re dinamização do comércio local e de proximidade, enquanto fatores que, conjuntamente, atuam no sentido de garantir a vitalidade do tecido económico e social das cidades. Em 2016, o Governo lançou um conjunto de iniciativas que respondem aos desafios da revitalização e regeneração urbana, tornando, em paralelo, as nossas cidades territórios inteligentes e sustentáveis, como sejam a operacionalização do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) (...)" (p. 4852)</p> | <p>Cidades; Economia; Planeamento; Regional; Nacional; Urbanismo</p> | <p>Considera-se que a meta é atingida no documento das GOP, existem diversas iniciativas em curso com vista à sua concretização</p> |

| | | | | | | |
|------|---|---|---|---|--|--|
| 11.b | Cidades-Planos integrados de adaptação às alterações climática | Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres? Desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis? | 2 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de segurança modernas e eficazes "● Implementação da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva e de Robustez Operacional: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da capacidade de monitorização e gestão dos riscos, dos sistemas de alerta e de aviso às populações e do envolvimento dos cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes; ○ Reforço do patamar municipal do Sistema Nacional de Proteção Civil, através da descentralização de competências, da consolidação dos serviços municipais de proteção civil e da melhoria dos níveis de coordenação operacional à escala concelhia; ○ Promoção da criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias, enquanto estruturas de concretização das ações fixadas pelas juntas de freguesia, em articulação com os serviços municipais de proteção civil; ○ Valorização do voluntariado, através do reforço do financiamento das associações e de novos incentivos aos bombeiros; ○ Modernização das infraestruturas e dos equipamentos dos bombeiros e demais agentes de proteção civil, com recurso a fundos comunitários." | Cidades; Inclusão; Eficiência; Alterações Climáticas; Sendai 2015-2030 | Considera-se que a meta está presente nas GOP mas não de uma forma completa, pois não é abordado o Enquadramento para a Redução de Risco de Desastres de Sendai nas as implicações que poderá ter nas políticas e planos nacionais |
| 11.c | Apoio a países menos desenvolvidos | Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, nas construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais? | 0 | | Países menos desenvolvidos; Assistência financeira; Construção Sustentável | Não foram detetadas evidências do cumprimento desta meta no documento das GOP |
| 12.1 | Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis | Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a tomar medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento? | 0 | | Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis; Produção; Sustentabilidade | Este Programa proposto pela meta dos ODS não se encontra mencionado no documento das GOP |
| 12.2 | Gestão sustentável | Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "● Assegurar a consistência e articulação dos diferentes instrumentos de planeamento e gestão das áreas classificadas, incluindo nesse desiderato a efetividade dos programas especiais de ordenamento do território que estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, salvaguardando o planeamento e a gestão integrada e coerente da rede de áreas protegidas, bem como da orla costeira, dos estuários e das albufeiras" (p. 4857) | Gestão; Sustentabilidade; Eficiência; Recursos Naturais | A meta encontra-se totalmente inserida no documento das GOP |

| | | | | | | |
|------|--|--|---|---|---|---|
| 12.3 | Desperdício alimentar | Reduzir para metade o desperdício de alimentos <i>per capita</i> a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita? | 2 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Promover a Coesão Territorial "Promover a adoção de sistemas de valorização de qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios, de modos de produção sustentáveis e dos produtos tradicionais, em complementaridade com outras atividades em meio rural;" (p. 4854) | Desperdício alimentar; alimento; Sustentabilidade | Considera-se que a meta se encontra referida de uma forma incompleta no documento das GOP, uma vez que são enunciadas medidas respeitantes apenas ao panorama nacional, excluindo a realidade internacional. Também não é enunciada uma meta específica em termos quantitativos |
| 12.4 | Gestão dos produtos químicos e resíduos | Alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente? | 2 | GOP 4 - Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Economia Circular - "De modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas em matéria de gestão de resíduos, será promovida a concretização das ações estabelecidas no «Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020» em articulação com os objetivos estratégicos do «Plano Nacional de Gestão de Resíduos (2014-2020)»" (p. 4856) | Gestão; ambiente; químicos; resíduos; ciclo de vida | Consultando ambos os Planos enunciados, foi possível extrair que a meta é referida de uma forma fragmentada entre os dois, não sendo por isso descrita de uma forma completa e objetiva. |
| 12.5 | Reduzir resíduos | Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização | 3 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Economia Circular "(...) inclui-se a prossecução da política dos 3R (reduzir, reutilizar e reciclar) (...) e incentivo ao aumento da «preparação para reutilização e reciclagem dos resíduos de embalagem» com vista a prolongar o seu uso, em conformidade com a economia circular" (p. 4856) | Resíduos; Prevenção; Reciclagem ; Valorização | A meta dos ODS é inteiramente descrita nas GOP. |
| 12.6 | Práticas sustentáveis | Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade | 2 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Estimular a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais "(...) devem ser desenvolvidos projetos de investimento multifatoriais, envolvendo vários parceiros (investidores-âncora, PME, Universidades), para: (...) v) desafiar a eficiência e sustentabilidade das cadeias de logística, de modo a reforçar a competitividade dos fornecedores aos investidores-âncora." (p.4849) GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Economia Circular "• Promover e difundir o conhecimento em matéria de economia circular, através de mecanismos como o portal e conferências ECO.NOMIA, dedicadas a setores-chave e estratégias de promoção deste modelo em toda a cadeia de valor do produto/serviço, sensibilizando empresas e cidadãos;" p.(4856) | Indústria; Sustentabilidade; Incentivo | Os argumentos apresentados tornam-se incompletos para o cumprimento da meta dos ODS, uma vez que não é abordado ao longo do documento das GOP a intenção integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade |

| | | | | | | |
|------|---|--|---|---|--|--|
| 12.7 | Compras públicas sustentáveis | Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais | 3 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Economia Circular "(...)foi aprovada a Estratégia de Compras Públicas Ecológicas 2020, cuja implementação deverá ser assegurada ao longo da legislatura, nomeadamente através da atuação. "p.(4856) | Compras públicas; Sustentabilidade; Orçamento | O documento enunciado tem, nos seus próprios objetivos, os princípios descritos pela meta dos ODS. |
| 12.8 | Divulgação da informação | Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030" (p. 4839) | Desenvolvimento Sustentável; Comunicação; Educação; Natureza | Esta meta é referida no documento das GOP de uma forma muito indireta, uma vez que é reconhecida a importância e cumprimento dos ODS, mas não é especificada a intenção de consciencializar a população para o desenvolvimento sustentável |
| 12.a | Apoio aos países em desenvolvimento | Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer as suas capacidades científicas e tecnológicas para mudarem para padrões mais sustentáveis de produção e consumo | 0 | | Países em desenvolvimento; ciência; tecnologia; Sustentabilidade; Eficiência | Não foram detetadas medidas nem ações que visem ao apoio à sustentabilidade na produção e consumo de outros países |
| 12.b | Monitorizar os impactes do desenvolvimento sustentável | Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais | 3 | GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "Concretizar modelos de gestão participativa e colaborativa das áreas protegidas de âmbito nacional, beneficiando da cultura desenvolvida pelas autoridades locais que olham hoje para as áreas protegidas como ativos relevantes para o desenvolvimento dos seus territórios, promovendo atividades económicas singulares e com procura reconhecida além-fronteiras e reforçando os meios humanos adstritos à proteção da natureza e da biodiversidade;" p.(4857) | Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Emprego; Cultura; Local | Considera-se que o argumento apresentado pelo documento das GOP está em sintonia com os objetivos traçados por esta meta |

| | | | | | | |
|------|---|---|---|---|--|--|
| 12.c | Subsídios combustíveis fósseis | Racionalizar subsídios ineficientes nos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive através da reestruturação fiscal e da eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Investir num setor energético mais competitivo e sustentável "Promover a competitividade, a concorrência do mercado, a transparência dos preços e o bom funcionamento do mercado dos combustíveis e restantes derivados do petróleo;" (p. 4858) | Combustíveis fósseis; Redução; Subsídios; Consumo | Não há intensão clara do cumprimento da meta nas GOP, no entanto, consultando o Orçamento de Estado de 2017, é possível identificar que existem diversas medidas que iram ser aplicadas e que estão de acordo com o ODS. |
| 13.1 | Capacidade de adaptação | Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de Segurança Modernas e Eficazes "Implementação da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva e de Robustez Operacional: Reforço da capacidade de monitorização e gestão dos riscos, dos sistemas de alerta e de aviso às populações e do envolvimento dos cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes" (p. 4863) | Risco; Catástrofes; Clima; Resiliência | A meta é claramente definida no documento das GOP |
| 13.2 | Alterações climáticas e o planeamento | Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais | 3 | GOP 5 Valorização do Território "O padrão de desenvolvimento preconizado pelo Governo enquadra-se igualmente no cumprimento dos compromissos de Portugal, designadamente no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se a importância da descarbonização da economia, enquanto política transversal e com contributos dos diversos setores de atividade. Neste sentido, os instrumentos que concretizam esta política, como sejam o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (2020 e 2030), através da implementação do Sistema de Política e Medidas (SPeM) e efetiva entrada em funcionamento da Comissão Interministerial para o Ar e para as Alterações Climáticas (CIAAC), o Roteiro Nacional de Baixo Carbono para 2050 e a Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, estabelecem o enquadramento para a prossecução das diversas políticas que promovem a valorização do território."(p. 4851) | Alterações Climáticas; Estratégia; Planeamento | A meta é claramente definida no documento das GOP |
| 13.3 | Educação da população para as alterações climáticas | Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas | 1 | GOP 5 Valorização do Território, Promover a Coesão Territorial "Enquadrado na educação e valorização ambiental do mar, o Governo pretende ainda promover a cultura marítima na identidade nacional, através de iniciativas de dinamização da literacia oceânica e dos desportos náuticos, avaliando igualmente o potencial de criação de novas áreas marinhas."(p. 4853) | Educação; Mitigação; Impacto; Alterações Climáticas | A meta é referida de forma indireta no documento das GOP, abordando apenas os assuntos relacionados com o Mar |

| | | | | | | |
|------|--|---|---|--|---|--|
| 13.a | Compromisso UNFCCC | Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível | 0 | | UNFCCC; Fundo Verde; Alterações Climáticas | Não foram detetadas evidências relativas à transferência de fundos monetários para o combate às Alterações Climáticas nestas GOP |
| 13.b | Mecanismos para os países menos desenvolvidos e pequenos lidarem com as alterações climáticas | Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas | 0 | | Planeamento e gestão; Alterações Climáticas; Países menos desenvolvidos | Não foram detetadas evidências relacionadas com esta meta no documento das GOP |
| 14.1 | Reduzir a poluição marítima de todos os tipos | Prevenir e reduzir a poluição marítima? Especialmente a que provém de atividades terrestres? Detritos marinhos e poluição por nutrientes? | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "No que se refere ao Mar, a estratégia do Governo assenta no desenvolvimento e internacionalização da economia do mar, através da investigação científica e da proteção e monitorização do meio marinho (...)"(p. 4853) GOP 5 Valorização do Território , Acessibilidade e sustentabilidade do ciclo urbano da água e dos recursos hídricos "● Promover a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e perigosas, através da implementação de um plano para estas substâncias, a realizar até final de 2017." (p. 4857) | Poluição; Mar; Água; | Considera-se que a meta se encontra parcialmente presente nas GOP, devido à falta de referência da poluição por nutrientes |
| 14.2 | Gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros | Assegurar oceanos saudáveis e produtivos? Medidas para minimizar os impactos e reforçar a capacidade de resiliência? | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "A aquicultura e a pesca enquanto motores da inovação sustentável para uma maior produtividade, assegurando o acesso do tecido empresarial das pescas e aquicultura a financiamento em condições competitivas, através do programa operacional MAR2020, já em pleno funcionamento desde junho de 2016, e protocolos com instituições bancárias via IFAP, criando uma Rede Nacional de Circuitos Comerciais Curtos e criando modelos de negócios inovadores da pesca e aquicultura sustentáveis | Ecossistemas; Mar; Sustentabilidade; Proteção; Resiliência; Restauro | A meta é plenamente abrangida pelas GOP, em sintonia com o programa operacional MAR2020, como é referido no documento |

| | | | | | | |
|------|--------------------------------------|---|---|--|---|--|
| | | | | e implementando medidas de simplificação administrativa e ordenamento das áreas para aumento de produção aquícola;"(p. 4853) | | |
| 14.3 | Acidificação | Minimizar e enfrentar os impactes da acidificação? Recorrendo ao reforço da cooperação científica a todos os níveis? | 0 | | Oceanos; Acidificação; Ciência | Não foram encontradas evidências relativas à acidificação dos oceanos no documento das GOP |
| 14.4 | Regular a extração de recursos | Acabar com a sobrepesca, pescas ilegais, não reportada e não regulamentada? Combater práticas de pesca destrutivas? Ações para implementar planos de gestão com base científica? Objetivo: restaurar populações de peixes no menor tempo possível (pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável (como determinado pelas suas características biológicas). | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona " (...) assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "A aquicultura e a pesca enquanto motores da inovação sustentável para uma maior produtividade, (...) e criando modelos de negócios inovadores da pesca e aquicultura sustentáveis (...)" (p. 4853) | Pesca; Sobrepesca; Proteção; Mar; Ecossistema | A meta encontra-se bem implementada, pois são apresentadas nas GOP de forma clara as intenções de acabar com a pesca destrutiva, bem como as medidas compensatórias que garantam a exploração sustentável. |
| 14.5 | Conservar zonas costeiras e marinhas | Conservar pelo menos 10% destas áreas de acordo com a legislação nacional e internacional (base informação científica). | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "• Elaborar os Programas da Orla Costeira e os instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional (Plano de Situação) de forma articulada e concertada. Estima-se que, em 2017, os cinco Programas da Orla Costeira ganhem eficácia, estabelecendo princípios e normas orientadores e de gestão que visam a salvaguarda de recursos e valores naturais a proteger, bem como a promoção das atividades específicas da orla costeira, numa perspetiva de utilização sustentável do território; • Elaborar um Plano de Ação «Litoral XXI», que estabelece o conjunto de ações anuais e plurianuais a desenvolver aos diversos níveis — central, de cada ARH e local — para defender a integridade da linha de costa e para valorizar a zona costeira; • Recuperar e valorizar o património natural e cultural das comunidades ribeirinhas, através da implementação das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária." (p. 4857) | Zona Costeira; Mar; Proteção; Ciência | Existe intenção de cumprir esta meta através de várias medidas definidas nas GOP, no entanto não foi estipulada uma percentagem ou qualquer objetivo por quantificação. Também não foram detetadas evidências fora das GOP que sustentem que esta meta já se encontra em cumprimento |

| | | | | | | |
|------|---------------------------------------|---|---|--|--|--|
| 14.6 | Subsídios à pesca (Proibição) | Proibir/controlar os subsídios que contribuem para controle da sobrepesca, pesca ilegal, não reportada e não regulamentada? Abstem-se de introduzir novos subsídios deste tipo? Admite tratamento especial para países em desenvolvimento e menos desenvolvidos que deve constar nas negociações sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio? | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona " (...) assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) | Pesca; Sobrepesca; Subsídios; Organização Mundial do Comércio | Ao longo do documento das GOP não foi possível detetar a existência de incentivos financeiros à pesca. Após consulta do Orçamento de Estado para 2017, foi possível identificar que não existem subsídios dessa natureza, logo considera-se que a meta está em conformidade. |
| 14.7 | Uso sustentável dos recursos marinhos | Aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo? | 0 | | Benefícios; Países em Desenvolvimento; Sustentabilidade; Pesca; Agricultura; Turismo | Não foram detetadas evidências que suportem esta meta dos ODS |
| 14.a | Melhorar a saúde dos oceanos | Através dos critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental para melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento (em particular os pequenos Estados Insulares)? Ações para o aumento do conhecimento científico e desenvolvimento da capacidade de adaptação e tecnologia marinha? | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona " (...) assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar (...) " (p. 4040) GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "No que se refere ao Mar, a estratégia do Governo assenta no desenvolvimento e internacionalização da economia do mar, através da investigação científica e da proteção e monitorização do meio marinho, dinamizando um tecido empresarial de base tecnológica que tenha como centro da sua atividade o mar, consolidando as atividades marítimas tradicionais (pesca, transformação do pescado, aquicultura, indústria naval, turismo, náutica de recreio) e dinamizando as atividades emergentes (biotecnologia marinha, extração de recursos minerais, exploração petrolífera, energias renováveis), com impacto direto na economia e na criação de emprego, que permitirão, até 2020, duplicar o peso da economia do mar no PIB nacional." (p. 4853) | Tecnologia; Investigação; Mar; Oceano; Biodiversidade; Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental | Sabendo que esta meta procura promover a saúde dos oceanos, é necessário avaliar as medidas das GOP que prejudicam e beneficiam os mesmos. Tendo em consideração que foi localizado um argumento potencialmente prejudicial (extração petrolífera), a pontuação desta meta desce ao nível 1 por essa razão |

| | | | | | | |
|------|---|---|---|--|---|--|
| 14.b | Igualdade no acesso aos recursos | Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados? | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "● A aquicultura e a pesca enquanto motores da inovação sustentável para uma maior produtividade, assegurando o acesso do tecido empresarial das pescas e aquicultura a financiamento em condições competitivas, através do programa operacional MAR2020, já em pleno funcionamento desde junho de 2016, e protocolos com instituições bancárias via IFAP, criando uma Rede Nacional de Circuitos Comerciais curtos e criando modelos de negócios inovadores da pesca e aquicultura sustentáveis e implementando medidas de simplificação administrativa e ordenamento das áreas para aumento de produção aquícola;"(p. 4853) | Pesca; Recursos; Incentivo | Considera-se que a meta é descrita no documento das GOP de uma forma incompleta, uma vez que o argumento apresenta evidências de cumprimento, mas não especifica o apoio direto à pesca artesanal |
| 14.c | Conservação e uso sustentável dos oceanos | Conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos recursos, conforme o registado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"? Assegurando a implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar)? | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona "No domínio da cidadania lusófona, sublinha -se o desenvolvimento e a implementação da Nova Visão Estratégica da CPLP e incremento das atividades da Comunidade, promovendo também a abertura da CPLP à sociedade civil, aos Observadores Associados e Consultivos e às comunidades lusófonas vivendo fora do espaço da CPLP. Neste âmbito, assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) | Conservação; Sustentabilidade; UNCLOS; Oceanos; Recursos Marinhos | A meta é descrita de uma forma incompleta no documento das GOP, uma vez que a intenção de conservar os Oceanos e os recursos marinhos não é expressa numa medida específica, e a UNCLOS não é referida ao longo do documento |
| 15.1 | Uso dos ecossistemas | Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "(...) a estratégia do Governo assenta no aproveitamento de quatro recursos específicos: o mar, a conectividade territorial, o interior do País e a floresta. Para tal, é necessário garantir a integração e interdependência dos programas de desenvolvimento nacional e regional com os instrumentos de gestão territorial, evitando a duplicação de planos e estratégias, promovendo por esta via um verdadeiro planeamento estratégico do desenvolvimento e uma eficaz operacionalização do mesmo."(p. 4853) "Um território interior + sustentável, potenciando a diversidade geográfica, integrando a paisagem, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos;"(p. 4855) | Ecossistema; Conservação; Sustentabilidade; Floresta; Montanha | As GOP pretendem alavancar a economia nacional numa relação muito estreita com os ecossistemas nacionais, no entanto admitem o uso sustentável e responsável dos mesmos, garantindo o cumprimento da meta. |
| 15.2 | Gestão sustentável florestas | Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "O Governo desenvolverá incentivos e apoios para a gestão florestal, assente em diversos modelos, como as Sociedades de Gestão Florestal, as Zonas de Intervenção Florestal, os agrupamentos de baldios, os Fundos Florestais, ou através das autarquias locais. (...) Importa ainda atualizar e monitorizar o Inventário Florestal, enquanto instrumento fundamental de conhecimento e diagnóstico setorial."(p. 4854) | Floresta; Desflorestação; Restauração | A meta encontra-se bem descrita no documento das GOP, e é sustentada pelos documentos disponíveis para consulta pública relativos à Reforma da Floresta |

| | | | | | | |
|------|---------------------------------|--|---|--|--|--|
| 15.3 | Desertificação | Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "A melhoria do desempenho na atividade agrícola encontra-se associada ao desenvolvimento de condições infraestruturais e de contexto que garantam, simultaneamente, a competitividade dessa atividade e a sustentabilidade do desenvolvimento rural. Para tal, importa, para além da aceleração da execução do PDR 2020, desenvolver os investimentos necessários à requalificação e expansão da rede de regadio nacional, enquanto elementos estruturantes quer de uma agricultura competitiva e sustentável, quer de territórios rurais com futuro, combatendo a desertificação e assegurando a fixação das populações, assente na dinamização económica da atividade agrícola."(p. 4854) | Desertificação; Restauro; Solo; Degradação | As GOP não complementam medidas de mitigação da degradação do solo, logo a meta não é abordada na totalidade |
| 15.4 | Ecossistemas de montanha | Assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável | 3 | GOP 5 Valorização do Território "A promoção dos valores naturais e da biodiversidade, através de uma abordagem integrada quer à temática das alterações climáticas, com os efeitos que implicarão sobre os sistemas naturais, a atividade económica e as condições de vida dos cidadãos, quer à conservação da natureza, tomando as áreas classificadas como ativos estratégicos para o desenvolvimento nacional" (p. 4852) GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "Um território interior + sustentável, potenciando a diversidade geográfica, integrando a paisagem, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos"(p. 4855) GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "Assegurar a consistência e articulação dos diferentes instrumentos de planeamento e gestão das áreas classificadas, incluindo nesse desiderato a efetividade dos programas especiais de ordenamento do território que estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, salvaguardando o planeamento e a gestão integrada e coerente da rede de áreas protegidas, bem como da orla costeira, dos estuários e das albufeiras"(p. 4857) | Montanha; Conservação; Biodiversidade; Sustentabilidade | Estão presentes no documento das GOP diversas medidas que vão de encontro ao cumprimento desta meta dos ODS |
| 15.5 | Degradação de habitat | Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas | 2 | GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "A conservação da natureza tem por objetivo, no essencial, projetar as áreas classificadas enquanto ativos estratégicos para o desenvolvimento nacional, orientando a ação para a realidade objetiva das espécies e dos habitats, mas também da ação do próprio homem naquilo em que cria relações simbióticas com a natureza. Neste contexto, constitui-se como particularmente importante criar dinâmicas de fruição destes territórios, para efeitos de habitação ou de turismo, reabilitando o edificado ocioso existente de acordo com a sua traça original, mas com maior comodidade e eficiência energética." (p. 4857) | Biodiversidade; Degradação; Habitat; Espécies ameaçadas | Ao longo do documento das GOP, não foi possível identificar qualquer referência às espécies em vias de extinção existentes no território nacional, logo não existe nenhuma medida específica sobre esse tema. O cumprimento da meta torna-se deste modo incompleto |
| 15.6 | Recursos genéticos | Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos | 0 | | Genética; Recursos; Acesso | A meta é bem referida no documento das GOP |

| | | | | | | |
|------|--|---|---|---|---|---|
| 15.7 | Vida selvagem | Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem | 0 | | Caça ilegal; Tráfico de espécies; Espécies protegidas; Fauna; Flora | A meta é bem referida no documento das GOP |
| 15.8 | Controlo de espécies exóticas invasoras | Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias | 0 | | Espécies exóticas; Ecossistemas; Terrestre; Aquático | Não há qualquer referência a esta meta ao longo do documento das GOP. Também não foram detetadas intenções ou medidas de proteção de espécies indígenas, que poderiam ajudar à pontuação desta meta |
| 15.9 | Valor dos ecossistemas no planeamento | Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promoção dos valores naturais e da biodiversidade "● Concretizar modelos de gestão participativa e colaborativa das áreas protegidas de âmbito nacional, beneficiando da cultura desenvolvida pelas autoridades locais que olham hoje para as áreas protegidas como ativos relevantes para o desenvolvimento dos seus territórios, promovendo atividades económicas singulares e com procura reconhecida além-fronteiras e reforçando os meios humanos adstritos à proteção da natureza e da biodiversidade; ● Promover as condições que concorram para a fixação das populações residentes em áreas protegidas, estimulando práticas de desenvolvimento sustentável, designadamente no setor agrícola e pecuário, promovendo os produtos identitários das áreas protegidas através do Natural.pt." (p. 4857) | Ecossistemas; Biodiversidade; Planeamento; Estratégias | A meta é bem referida no documento das GOP |
| 15.a | Uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas | Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas | 0 | | Conservação; Recursos financeiros; Sustentabilidade; Biodiversidade; Ecossistemas | Nestas GOP não foram identificadas intenções de mobilizar recursos financeiros para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas |

| | | | | | | |
|------|-------------------------------------|---|---|--|--|---|
| 15.b | Gestão florestal sustentável | Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e a todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento | 3 | GOP 5 Valorização do Território , Promover a Coesão Territorial "O Governo desenvolverá incentivos e apoios para a gestão florestal, assente em diversos modelos, como as Sociedades de Gestão Florestal, as Zonas de Intervenção Florestal, os agrupamentos de baldios, os Fundos Florestais, ou através das autarquias locais. (...) Importa ainda atualizar e monitorizar o Inventário Florestal, enquanto instrumento fundamental de conhecimento e diagnóstico setorial."(p. 4854) | Floresta; Gestão; Sustentabilidade; Conservação; Reflorestamento | A meta encontra-se bem descrita no documento das GOP, e é sustentada pelos documentos disponíveis para consulta pública relativos à Reforma das Florestas |
| 15.c | Combate à caça ilegal | Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável | 0 | | Caça ilegal; Tráfico de espécies; Subsistência; Sustentabilidade | Não foram detetadas evidências ao longo do documento das GOP relativas ao combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas |
| 16.1 | Reduzir formas de violência | Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Forças de segurança modernas e eficazes "A modernização das forças e serviços de segurança constitui uma prioridade estratégica para a consolidação democrática de um Estado seguro, garantindo quer a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade, quer a capacidade de resposta do sistema de proteção e socorro."(p. 4862) GOP 6 Modernização do Estado , Proteção às vítimas de crime e pessoas em risco "O aprofundamento do quadro legal e da estratégia de prevenção e do combate à violência de género e doméstica e da criminalidade sexual, desenvolvendo a territorialização e o alargamento das respostas através do trabalho em rede entre as diferentes entidades públicas e privadas com intervenção nesta área (...);"(p. 4865) | Violência; Mortalidade | No documento das GOP não é referido como medida a redução da taxa de mortalidade associada à violência, no entanto os valores respeitantes ao contexto Nacional contrastam pela positiva com os de outros países. |

| | | | | | | |
|------|---|---|---|---|--|---|
| 16.2 | Proteger as crianças | Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças | 2 | <p>GOP 6 Modernização do Estado, Proteção às vítimas de crime e pessoas em risco "O Governo irá melhorar o sistema de proteção às vítimas de crime violento e de violência doméstica, bem como às pessoas em situação de risco, nomeadamente através da concretização das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O aprofundamento do quadro legal e da estratégia de prevenção e do combate à violência de género e doméstica e da criminalidade sexual, desenvolvendo a territorialização e o alargamento das respostas através do trabalho em rede entre as diferentes entidades públicas e privadas com intervenção nesta área, num modelo financeiramente equilibrado e em linha com a Convenção de Istambul, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, os Parâmetros mínimos do Conselho da Europa e a Convenção sobre o Tráfico de Seres Humanos; • Dinamização dos mecanismos da vigilância eletrónica e de soluções de teleassistência no apoio a vítimas de violência doméstica." (p. 4865) | Crianças; Tortura; Violência; Abuso | A meta não é diretamente abordada no documento das GOP, no entanto considera-se que está implícita nos argumentos apresentados, justificando a classificação atribuída |
| 16.3 | Igualdade de acesso à justiça | Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos | 3 | <p>GOP 1.2 Portugal no mundo, Um Portugal global "• Contribuir para a afirmação e reputação de Portugal num mundo alargado, promovendo, pela sua ação, o respeito pelo direito internacional e de uma cultura de defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, do respeito pelo direito internacional humanitário, da promoção da Paz, da Democracia e do Estado de Direito"(p. 4839)</p> <p>GOP 6 Modernização do Estado "Valorizar as funções do Estado implica dotá-lo de capacidade de resposta atempada às necessidades das pessoas e das empresas, tornando-o um fator de desenvolvimento social e económico, e garantia de equidade, justiça e segurança." (p. 4858)</p> <p>GOP 6 Modernização do Estado, Administração da Justiça "O Governo está fortemente comprometido em tornar a justiça mais próxima dos cidadãos e um fator de competitividade da economia e das empresas, adotando uma perspetiva da adoção de instrumentos de gestão orientada para a modernização, simplificação e racionalização de meios, adotando uma perspetiva de gestão" (p. 4863)</p> | Justiça; Estado de Direito; Igualdade; Acesso | O cumprimento da meta é assegurado não só a nível nacional como internacional |
| 16.4 | Reduzir fluxos ilegais financeiros | Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado | 1 | <p>GOP 6 Modernização do Estado, Prevenção e combate à criminalidade "criminalidade constitui uma ameaça grave para os valores da democracia, o que requer a capacitação adequada da Polícia Judiciária de modo a garantir a efetividade da prevenção e da reação criminal nos segmentos da criminalidade mais grave e organizada, contribuindo igualmente para a segurança do espaço europeu." (p. 4864)</p> | Armas; Crime; Crime organizado | A meta encontra-se referida de uma forma incompleta no documento das GOP, uma vez que este não complementa medidas de combate aos fluxos ilegais financeiros e de armas |
| 16.5 | Corrupção e o suborno | Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas | 3 | <p>GOP 6 Modernização do Estado, Prevenção e combate à criminalidade "Promoção de políticas pró-ativas de prevenção e de investigação da corrupção." (p. 4864)</p> | Corrupção; Crime; Suborno | Esta meta é inteiramente cumprida no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-------|---|--|---|---|--|---|
| 16.6 | Instituições eficazes e transparentes a todos os níveis | Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Administração da Justiça "●Aproximação da justiça aos cidadãos e qualidade do serviço público de justiça — Neste terceiro eixo é essencial, por um lado, facilitar o acesso à informação, aumentar a transparência, a comunicação e o reforço da proximidade aos utentes dos serviços de justiça, e por outro, reforçar a qualidade dos serviços assegurados." (p. 4864) GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Sustentabilidade no setor da saúde "● Reforço dos mecanismos de transparência e de auditoria" (p. 4871) GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social , Garantia de sustentabilidade da segurança social "O Governo mantém como prioridade a realização de uma avaliação rigorosa da situação do sistema de segurança social, procurando melhorar a respetiva sustentabilidade" (p.4873) | Transparência; Instituições; Responsabilidade | No documento das GOP é evidente a intenção de desenvolver as instituições nacionais em diversos setores, pelo que o cumprimento da meta é inteiramente atingido |
| 16.7 | Tomada de decisão responsável | Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis | 0 | | Tomada de decisão; Responsabilidade; Justiça; Paz | Não foram detetadas evidências que apoiem o cumprimento desta meta |
| 16.8 | Participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global | Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global | 0 | | Participação; Países em desenvolvimento; Governação Global | Não foram detetadas evidências que apoiem o cumprimento desta meta |
| 16.9 | Identidade legal para todos | Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Capacitação na área dos registos públicos "● Incentivar e promover o uso dos atuais e de novos serviços <i>online</i> , como o certificado do registo criminal ou o acesso público às certidões do registo de nascimento, através de sistemas de autenticação seguros, mais simples para os cidadãos;" (p. 4864) | Identidade legal; Registo de Nascimento ; | A meta é totalmente atingida no documento das GOP, com a vantagem adicional de estar mais evoluída através do registo digital |
| 16.10 | Acesso público à informação | Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais | 3 | GOP 6 Modernização do Estado , Administração da Justiça "● Aproximação da justiça aos cidadãos e qualidade do serviço público de justiça — Neste terceiro eixo é essencial, por um lado, facilitar o acesso à informação, aumentar a transparência, a comunicação e o reforço da proximidade aos utentes dos serviços de justiça, e por outro, reforçar a qualidade dos serviços assegurados." (p. 4864) | Informação; Acesso; Liberdades fundamentais; Legislação | A meta dos ODS está traduzida diretamente numa medida das GOP |

| | | | | | | |
|------|--|--|---|--|--|---|
| 16.a | Melhorar a capacidade de resposta a todos os níveis | Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Uma nova política para a Europa "Portugal continuará a contribuir, no quadro europeu, para o reforço dos princípios da solidariedade, da coesão e da convergência entre os Estados membros da União Europeia (UE) e as suas instituições, e a promover o investimento, o crescimento e o emprego. O Governo continuará a defender a aplicação transversal destes princípios às políticas da UE (sejam económicas, sociais, financeiras ou outras), para assim garantir uma maior identificação dos cidadãos com a Europa, promover o reencontro com os valores e desígnios do ideal europeu e encontrar soluções partilhadas para desafios comuns." GOP 1.2 Portugal no mundo , Consolidação do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça "● Promoção de uma estratégia de luta contra o terrorismo, nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente através da promoção de programas de reabilitação de cidades e comunidades em risco de exclusão." (p. 4840) | Instituições; Cooperação Internacional; Prevenção da violência; Terrorismo; Crime | A meta é identificada no documento das GOP em duas medidas diferentes, no entanto estas complementam-se, sendo por isso atribuída a pontuação máxima |
| 16.b | Desenvolvimento sustentável | Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável | 1 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e o desenvolvimento da parceria privilegiada com os países de língua portuguesa"(p. 4839) GOP 5 Valorização do Território "O território português possui características e recursos únicos e de elevado potencial que devem ser utilizados de forma racional, de modo a promover um desenvolvimento económico equilibrado e ambientalmente sustentável. O padrão de desenvolvimento preconizado pelo Governo enquadra- se igualmente no cumprimento dos compromissos de Portugal, designadamente no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável." (p. 4851) | Legislação; Política; Desenvolvimento Sustentável | No documento das GOP é referida a intenção de desenvolver políticas de cooperação para o desenvolvimento baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no entanto essa intenção não se encontra traduzida em nenhuma medida específica, pelo que se considera uma abordagem incompleta |
| 17.1 | Mobilização de recursos internos | Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita | 0 | | Mobilização; Recursos Internos; Apoio; Países em Desenvolvimento; Impostos; Fontes de Receita | Nestas GOP, não estão previstas medidas de mobilização de recursos com fim ao apoio internacional |
| 17.2 | Assistência oficial ao desenvolvimento | Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto | 0 | | Assistência; Desenvolvimento; Rendimento; Países em | Ao longo do documento das GOP não é sugerida a canalização de fundos com a finalidade de AOD |

| | | | | | | |
|------|---|--|---|--|--|--|
| | | [RNB] para AOD aos países em desenvolvimento, e alocar 0,15% a 0,20% desse valor para os países menos desenvolvidos. | | | desenvolvimento; Países menos desenvolvidos | |
| 17.3 | Recursos financeiros para os países em desenvolvimento | Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes | 0 | | Recursos financeiros; Países em desenvolvimento; Fontes | Nestas GOP, não estão previstas medidas de mobilização de recursos com fim ao apoio internacional |
| 17.4 | Sustentabilidade da dívida a longo prazo nos países em desenvolvimento | Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e analisar a dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o superendividamento | | | Sustentabilidade; Dívida; Políticas; Financiamento; Dívida externa | Esta meta não está diretamente relacionada com a realidade nacional |
| 17.5 | Investimento nos países menos desenvolvidos | Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos | 0 | | Promoção de investimentos; Países menos desenvolvidos | Nestas GOP não estão previstas medidas de implementação de promoção de investimento para outros países |
| 17.6 | Facilitação da tecnologia global | Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo "Também no contexto das relações multilaterais, o Governo continuará a desenvolver todos os esforços para reforçar a participação portuguesa no sistema das Nações Unidas e assegura a participação em fóruns e organizações multilaterais e regionais relevantes." (p. 4838) GOP 1.2 Portugal no mundo , Promover a língua, a cultura portuguesa e a cidadania lusófona "Neste âmbito, assinala -se também a participação no desenvolvimento de espaço de cooperação multifacetado da CPLP, no âmbito da investigação científica em torno do mar, da energia, dos portos e transporte marítimo, da valorização da orla costeira, do combate à pesca ilegal e promoção da pesca marinha, e da exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos." (p. 4840) | Acesso; Tecnologia; Inovação; Conhecimento; Coordenação; Nações Unidas; Global | Esta meta encontra-se bem evidenciada no documento das GOP |

| | | | | | | | |
|------|---|---|---|--|--|---|---|
| | | um mecanismo de facilitação de tecnologia global | | | | | |
| 17.7 | Difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento | Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado | | | | Desenvolvimento; Tecnologia; Ambiente; Países em desenvolvimento | Esta meta não está diretamente relacionada com a realidade nacional |
| 17.8 | Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência | Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação | | | | Banco de Tecnologia; Ciência; Inovação; Países menos desenvolvidos; TIC | Esta meta não está diretamente relacionada com a realidade nacional |
| 17.9 | Apoio à capacitação para os países em desenvolvimento | Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular | 1 | GOP 1.2 Portugal no Mundo , Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e o desenvolvimento da parceria privilegiada com os países de língua portuguesa." (p. 4839) | | Apoio internacional; Países em desenvolvimento; Objetivos Desenvolvimento Sustentável | A meta é referida de forma indireta no documento das GOP. Existe uma intenção de apoiar o desenvolvimento sustentável através de parcerias com a CPLP, mas não é referida uma medida concreta |

| | | | | | | |
|-------|--|---|---|--|--|---|
| 17.10 | Comercio universal | Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha | 2 | GOP 1.2 Portugal no mundo "Um dos desígnios políticos deste Governo, cujo enfoque é preciso manter em 2017, é a atuação da diplomacia na sua vertente económica, para assim potenciar a internacionalização das empresas portuguesas e a promoção do comércio externo." (p. 4839) GOP 4 Promoção da Inovação na Economia Portuguesa: Mais Conhecimento, Mais Inovação, Mais Competitividade , Estimular a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais "Neste sentido, a atuação do Governo em prol da internacionalização da economia portuguesa, para a promoção do comércio externo, a captação de investimento direto estrangeiro (nomeadamente em países com excessos de liquidez ou com uma forte apetência para a exportação de capitais para a Europa) e a promoção do investimento português no estrangeiro, passa pelo reforço da eficácia da rede externa e interna de apoio às empresas, em articulação funcional com a rede diplomática e consular portuguesa e com a rede de turismo, tirando todo o partido da ação da AICEP e da diplomacia económica." (p. 4851) | Comércio Universal; Organização Mundial do Comércio; Agenda de Desenvolvimento de Doha | As GOP apresentam evidências do cumprimento desta meta, no entanto não está sustentada a relação com a Agenda de Desenvolvimento de Doha, logo o cumprimento da meta é incompleto |
| 17.11 | Exportações dos países em desenvolvimento | Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020 | | | Exportações; Países menos desenvolvidos; Global | Esta meta não está diretamente relacionada com a realidade nacional |
| 17.12 | Acesso a mercados livres de cotas e taxas | Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado | | | Acesso; Mercados; Organização Mundial do Comércio; Importações | Esta meta não está diretamente relacionada com a realidade nacional |

| | | | | | | |
|-------|---|---|---|---|---|--|
| 17.13 | Estabilidade macroeconómica global | Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas | 3 | <p>GOP 1.2 Portugal no mundo, Uma nova política para a Europa "No âmbito da política orçamental e crescimento económico, Portugal irá desenvolver, em 2017, as seguintes medidas de política:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Empenho na defesa dos interesses nacionais e europeus no quadro da União Económica e Monetária e do desenvolvimento do mercado interno; ● Potenciar os instrumentos financeiros e políticos da União Europeia no sentido da redução dos desequilíbrios económicos e sociais entre Estados membros; ● Criação de um Eurogrupo da Coesão Social e do Emprego; ● Defesa dos interesses europeus e nacionais na revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014 -2020 e na preparação do período pós 2020, bem como nas discussões sobre a Política de Coesão e a avaliação do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos; ● Apoio a uma estratégia europeia de relançamento do investimento." (p. 4840) | Estabilidade; Macroeconomia; Políticas | Através da cooperação económica e financeira no âmbito da União Europeia, considera-se que Portugal tem um papel de impacto na macroeconomia global, logo o cumprimento desta meta é totalmente atingido |
| 17.14 | Políticas para o desenvolvimento sustentável | Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável | 3 | <p>GOP 1.2 Portugal no mundo, Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e o desenvolvimento da parceria privilegiada com os países de língua portuguesa." (p. 4839)</p> <p>GOP 5 Valorização do Território "O padrão de desenvolvimento preconizado pelo Governo enquadra-se igualmente no cumprimento dos compromissos de Portugal, designadamente no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. (p. 4851)</p> | Políticas; Desenvolvimento Sustentável | Existem diversas referências ao longo do documento das GOP relativas a esta meta |
| 17.15 | Erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável | Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável | 3 | <p>GOP 1.2 Portugal no mundo, Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e o desenvolvimento da parceria privilegiada com os países de língua portuguesa." (p. 4839)</p> <p>GOP 5 Valorização do Território "O padrão de desenvolvimento preconizado pelo Governo enquadra-se igualmente no cumprimento dos compromissos de Portugal, designadamente no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. (p. 4851)</p> <p>GOP 8 Reforço da Igualdade e da Coesão Social, Combate à pobreza e desigualdades "Em Portugal, a pobreza e a exclusão social são fenómenos ainda fortemente marcados por fatores estruturais, que exigem, por um lado, uma intervenção de médio e longo prazo e, por outro, uma intervenção integrada a vários níveis: um sistema educativo mais abrangente, que favoreça a diminuição das desigualdades nos rendimentos primários, e interventivo na quebra da transmissão intergeracional da pobreza; um mercado de trabalho mais inclusivo e sustentável; uma repartição de rendimentos mais equilibrada, por via de transferências sociais e impostos; um sistema de proteção social mais eficaz, eficiente e capaz de se ajustar às mudanças da realidade social." (p. 4872)</p> | Espaço Público; Liderança; Erradicação da Pobreza; Desenvolvimento Sustentável | A meta encontra-se bem evidenciada ao longo do documento das GOP |

| | | | | | | |
|-------|--|--|---|---|--|--|
| 17.16 | Desenvolvimento sustentável | Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento | 2 | GOP 1.2 Portugal no mundo , Um Portugal global "No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam -se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e o desenvolvimento da parceria privilegiada com os países de língua portuguesa." (p. 4839) GOP 5 Valorização do Território "O padrão de desenvolvimento preconizado pelo Governo enquadra-se igualmente no cumprimento dos compromissos de Portugal, designadamente no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. (p. 4851) | Parceria Global; Conhecimento; Perícia; Tecnologia; Recursos Financeiros; Objetivos Desenvolvimento Sustentável | Esta meta encontra-se presente nas GOP, mas não de uma forma completa, uma vez que existem medidas nacionais com vista ao desenvolvimento sustentável, mas a relação de cooperação a nível internacional não é evidenciada |
| 17.17 | Promover parcerias | Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias | 3 | GOP 1.2 Portugal no mundo "No que respeita à cooperação portuguesa, definido o novo modelo de atuação, mais eficaz, coerente e adaptado ao novo paradigma desenvolvido na Agenda 2030, é essencial continuar a diversificar as fontes de financiamento, as parcerias e as modalidades de execução, bem como reforçar a coordenação entre os diferentes atores comprometidos com a ajuda ao desenvolvimento — tanto públicos, nomeadamente o Camões, IP, e a SOFID, como privados, nacionais e multilaterais. Aprofundam -se, neste âmbito, as parcerias já estabelecidas com os países de língua portuguesa" (p. 4839) | Incentivo; Parcerias; Público; Privado; Sociedade civil | Esta meta dos ODS encontra-se bem evidenciada nas GOP |
| 17.18 | Apoio à capacitação para os países em desenvolvimento | Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais | 0 | | Apoio; Capacitação; Países em desenvolvimento | Esta meta não se encontra descrita no documento das GOP |

| | | | | | | |
|-------|--|---|---|--|--|---|
| 17.19 | Medidas para o progresso do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento | Até 2030, aumentar as iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento | 0 | | Progresso; Desenvolvimento Sustentável; PIB; Capacitação estatística | Nestas GOP, não é reconhecida a relação entre o desenvolvimento sustentável e o PIB, logo a meta não é cumprida |
|-------|--|---|---|--|--|---|